



Relatório
Anual
Integrado

2025

Sumário

Introdução

- 03 Sobre o relatório
- 04 Mensagem da liderança

Panorama

- 09 Panorama geral
- 10 Modelo de negócio
- 11 Destaques financeiros
- 12 Contexto macroeconômico
- 13 Estratégia e cultura
- 14 Tecnologia e inteligência artificial
- 18 Criação de valor
- 19 Abordagem e gestão dos capitais

Governança

- 22 Comitê Executivo
- 23 Governança de gestão de risco
- 34 Governança de riscos e oportunidades ESG e climáticas

Abordagem climática

- 41 Plano de transição climática
- 43 Nosso modelo de atuação climática
- 44 Riscos e oportunidades climáticas

Estratégia climática

- 56 Gestão de riscos climáticos
- 65 Estratégia climática e plano de transição

Métricas e objetivos

- 75 Métricas e resultados de emissões
- 78 Emissões financiadas
- 83 Métricas e resultados de negócio relacionados às mudanças climáticas
- 85 Objetivos de descarbonização: abordagem setorial

Informações adicionais

- 98 Anexo de notas
- 99 Índice remissivo GFANZ
- 101 Índice remissivo TCFD
- 104 Asseguração independente
- 105 Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações não financeiras contidas no Relatório Anual Integrado 2025

Introdução

Sobre o Relatório

Orientadores

Este relatório tem o objetivo de oferecer a todos os nossos públicos uma visão multidisciplinar e integrada dos impactos positivos e negativos gerados e sofridos pelo negócio, bem como as estratégias, gestão dos riscos, iniciativas para sua mitigação e adaptação, governança, metas e os resultados alcançados.

Este reporte também faz parte do nosso conjunto de relatórios anuais, que reflete o nosso compromisso contínuo com a transparência, a responsabilidade social, ambiental e climática e a governança corporativa.

A construção desta publicação é orientada pelas diretrizes da GFANZ (Glasgow Financial Alliance for Net Zero), pelo Integrated Reporting

Framework e aproxima seu objetivo e conteúdo das exigências dos Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à sustentabilidade e ao clima (IFRS S1 e S2), que iremos atender conforme exigência a legislação brasileira (CBPS 01 e 02), para o reporte sobre o ano fiscal de 2026.

Responsabilidade da alta liderança

O Conselho de Administração é responsável por zelar pela integridade deste relatório. O Diretor de Relações com Investidores e a Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade participaram da preparação, revisão, validação e apresentação do documento e acreditam que o relatório segue as principais diretrizes do International

Integrated Reporting Framework. Este relatório foi aprovado pelos responsáveis em 30/04/2026.

Asseguração

O Relatório Anual Integrado foi assegurado por terceira parte. A PricewaterhouseCoopers (PwC), auditoria independente, verificou as informações divulgadas nesse documento e seu alinhamento às orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 09) para Relato Integrado (IR), bem como às premissas da Base de Preparação, disponível no Índice Suplementar.

Dúvidas sobre nossos relatórios?

Fale com o nosso time de Relações com Investidores

ri@itau-unibanco.com.br

www.itau.com.br/relacoes-com-investidores

Este documento é referente ao período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e faz parte do nosso conjunto de relatórios anuais:

- Conheça nosso [Relatório ESG](#): Reporte completo e detalhado da nossa participação em temas ambientais, sociais, de governança, e climáticos com destaque para nossos negócios, práticas de gestão, metas e desempenho no ano.
- Navegue pelo [Índice Suplementar](#) com ODS, GRI, SASB, Princípios de Responsabilidade Bancária e Plano de Efetividade da Política PRSAC.
- Acesse a [Planilha de Indicadores ESG](#) com dados quantitativos dos últimos três anos.

Mensagem dos Copresidentes do Conselho de Administração

Prezado(a) leitor(a),

No Itaú, nossa atuação é orientada por valores claros e consistentes: centralidade no cliente, ética inegociável, disciplina na execução, visão de longo prazo e geração de valor para o acionista. Esses princípios influenciam diretamente nossas práticas de gestão, a forma como tomamos decisões e as iniciativas que priorizamos para garantir a evolução sustentável do banco.

Atuamos de forma consistente para entregar experiências cada vez melhores aos nossos clientes, com foco permanente na qualidade, simplicidade e segurança das jornadas, sustentadas por uma cultura que valoriza responsabilidade e excelência na execução.

Como evolução desse processo, em 2025 formalizamos mais uma característica em nossa cultura: a

gente faz escolhas e toma decisões, como um suporte a um novo ciclo de transformação que incentiva nossos colaboradores para um caminho de autonomia e assertividade, sem nunca perder a obstinação por encantar nossos clientes, a eficiência em nosso trabalho e, acima de tudo, a fidelidade aos nossos princípios éticos.

Avançamos também na nossa transformação digital. Modernizamos nossa tecnologia, lançamos o Instituto de Ciência e Tecnologia e aceleramos o uso de Inteligência Artificial generativa e dados.

Em 2025, essas orientações se refletiram na evolução das jornadas, integração das plataformas e fortalecimento da cultura organizacional. Alcançamos a máxima histórica do índice de satisfação dos clientes, com recordes nos segmentos de média e alta

renda, reforçando nossa convicção de que a centralidade no cliente é o caminho correto. Essa mesma disciplina orienta nossa gestão de riscos, que segue integrada a toda a organização e é fundamental para a expansão responsável do crédito.

Como destaques de 2025, no banco de atacado, continuamos na posição de liderança e seguimos expandindo nossa presença. Além disso, para Pequenas e Médias Empresas, lançamos o Itaú Emps, nossa plataforma digital para clientes do segmento de empresas. Também tivemos o lançamento da “Inteligência de Investimentos Itaú”, que é o primeiro agente de investimentos do mercado brasileiro a usar inteligência artificial generativa.

Nossa história é marcada pela solidez e constância nos resultados e seguimos gerando valor com consistência. Registramos um

resultado recorrente gerencial de R\$ 46,8 bilhões¹, crescimento de 13,1% em relação a 2024, com retorno sobre o patrimônio líquido médio anualizado de 23,4%². A carteira de crédito atingiu R\$ 1,5 trilhão, com crescimento de 6,0% no ano, mantendo os indicadores de inadimplência entre os melhores patamares históricos, o que demonstra a qualidade do crédito mesmo em um ciclo de crescimento.

Essa performance operacional e financeira se traduziu em reconhecimento do mercado, nos levando ao maior valor histórico de nossas ações. Ao mesmo tempo, seguimos comprometidos com uma gestão prudente de capital: com um índice de capital principal (CET1) de 12,3%, demonstrando robustez de balanço para sustentar o crescimento futuro.

Com essa solidez, distribuímos valor relevante aos nossos acionistas.

1. Dado gerencial em BRGAAP - Consolidado. Em 2025, o lucro líquido contábil em IFRS foi de R\$ 45,8 bilhões.

2. Dado gerencial em BRGAAP - Consolidado. Em 2025, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio Anualizado em IFRS foi de 21,6%.

Em 2025, foram R\$ 33,7 bilhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, correspondendo a um payout bruto de 72,0%, demonstrando que é possível crescer, investir no futuro e remunerar o capital de forma consistente.

Para manter a consistência desses resultados, o desenvolvimento sustentável de nossos negócios é condição indispensável. Por isso, estamos atentos às agendas e demandas sociais, ambientais e climáticas. Nosso compromisso com o futuro sustentável é guiado pela nossa Estratégia ESG³ que determina três principais pilares de atuação: Finanças Sustentáveis, Transição Climática e Diversidade e Desenvolvimento. Todos eles são sustentados por uma base sólida de Governança e Conduta, em linha com nosso principal elemento da cultura, a ética é inegociável.

Seguimos com nosso objetivo de atingir R\$ 1 trilhão em Finanças Sustentáveis até 2030, e já direcionamos R\$ 565 bilhões entre janeiro de 2020 e dezembro de 2025. Também nos reunimos

na COP30 para construirmos junto aos nossos clientes e parceiros soluções climáticas de impacto positivo. Isso porque queremos ser o banco da transição climática para nossos clientes, e temos o compromisso de nos tornar um banco carbono neutro até 2050.

Além de questões ambientais, a diversidade do nosso capital humano é essencial para atender nossa base de clientes. Atingimos, em 2025, nosso objetivo de mulheres e de pessoas negras em cargo de liderança, além do nosso objetivo no fluxo de contratação de mulheres. Seguimos evoluindo no ciclo de contratação de negros.

Em linha com nossas contribuições para a sociedade, investimos R\$ 867,6 milhões em projetos incentivados e não incentivados⁴, principalmente nas áreas de Educação e Cultura, e contribuímos com 1,8 mil projetos sociais. Isto representa um avanço de 5% no volume de recursos e de 11% no total de projetos em relação a 2024, consolidando nossa posição como uma das empresas com maior



investimento social privado na América Latina.

Esses resultados não são pontuais. Eles refletem a consolidação de uma agenda contínua de evolução do banco, sustentada por valores sólidos, práticas responsáveis e iniciativas que fortalecem nossa capacidade de gerar valor de forma consistente e sustentável.

Atenciosamente,

**PEDRO MOREIRA SALLES
E ROBERTO SETUBAL**

**Copresidentes do Conselho
de Administração**

3. Sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança.

4. O investimento não incentivado vem dos recursos próprios das empresas do banco e dos orçamentos próprios das fundações e institutos, enquanto o incentivado vem por meio de leis como Ancine, Lei de Incentivo ao Esporte, entre outras.

Carta do CEO

POR MILTON MALUHY FILHO

Nossa trajetória tem sido guiada por três princípios que consideramos inegociáveis: disciplina na alocação de capital, foco no cliente e visão de longo prazo.

É essa combinação que nos permite atravessar diferentes ciclos econômicos, responder com responsabilidade às mudanças regulatórias, seguir investindo com consistência na evolução do banco e entregar valor aos nossos acionistas.

Em 2025, essa consistência se refletiu em resultados sólidos, conforme destacado na carta dos copresidentes do nosso Conselho de Administração, mostrando a força de um modelo de negócios diversificado, disciplinado e preparado para gerar valor de forma sustentável para clientes, acionistas e sociedade.

Esses resultados não são fruto de decisões pontuais. Eles decorrem de um processo consistente de transformação que conduzimos nos últimos anos, combinando evolução



cultural, modernização tecnológica e fortalecimento das nossas capacidades em dados, automação e inteligência artificial.

Nossa escolha foi transformar o banco de forma estrutural, e não apenas adicionar soluções isoladas.

Ao integrar negócios, tecnologia e operações em uma mesma agenda de execução, ganhamos velocidade, escala e capacidade de adaptação — sempre com o cliente no centro.

Nosso foco em ganho de principalidade nos ajudou a

aumentar o engajamento de clientes com o banco.

Em 2025, avançamos de forma significativa, aumentamos em 35% a velocidade de implantação de tecnologia em relação ao ano anterior.

O uso de inteligência artificial cresceu 84% nas iniciativas de IA generativa e 34% nos modelos de machine learning, reforçando nossa capacidade de transformar dados em soluções concretas, com qualidade e segurança. Isso também se refletiu no índice de eficiência no Brasil, que chegou a 36,9%, mostrando ganhos de produtividade e disciplina de custos.

A modernização da arquitetura de dados e das plataformas tecnológicas permitiu ganhos operacionais nos últimos anos, contribuindo para a redução de 99% dos incidentes de alto impacto, um aumento de 2.606% no volume de atualizações e uma redução de 45% no custo de transações únicas, evidenciando a maturidade da nossa engenharia e dos nossos processos.

Seguimos investindo de forma relevante em tecnologia e em pessoas. Contamos com mais de 17 mil profissionais de tecnologia e possuímos uma estratégia de ampliar as habilidades de nossos mais de 90 mil colaboradores em questões de tecnologia, alterando o perfil geral de nossa força de trabalho.

Esse conjunto de capacidades viabilizou a criação de soluções exclusivas que geram impacto diretamente para o cliente.

Olhando para frente, no varejo, avançaremos na migração para modelos cada vez mais digitais, com a meta de, nos próximos dois a três anos, ter aproximadamente 75% dos clientes em modelo digital only, digital first ou atendimento remoto.

Para os nossos clientes pessoa jurídica, temos o conceito de daily bank, oferecendo soluções integradas para as necessidades financeiras das empresas de forma simples.

No atacado, continuaremos modernizando plataformas, digitalizando processos e ampliando soluções integradas e especializadas para empresas, instituições, investidores e clientes de alta renda.

A agenda estratégica do atacado prioriza a eletronificação de operações, a expansão de produtos inovadores – com crédito estruturado, investimentos e assessoria personalizada – e o fortalecimento de parcerias, buscando entregar experiências

ágeis, seguras e customizadas, alinhadas às necessidades de um mercado cada vez mais sofisticado.

Seguimos nossa agenda de modernização para além do Brasil, principalmente nos países da América Latina, onde as operações têm evoluído em rentabilidade e desempenho, benefício direto da maturidade e experiência adquiridos no mercado brasileiro.

Nos próximos anos, visamos manter patamares de liderança e evolução contínua nos mercados em que atuamos, por meio de direcionadores claros, da integração de jornadas, e de investimentos em novas avenidas de crescimento. Nosso objetivo é alavancar nossos diferenciais competitivos, garantindo complementariedade no portfólio em segmentos, portes de clientes, modelos de negócio e uso de capital, mirando em carteiras sólidas, com disciplina de risco e aprofundando o relacionamento.

Investimos em previsibilidade e acompanhamos as tendências do mercado global, buscando oportunidades sem perder de vista nossa excelência na gestão de risco, a promoção da estabilidade e da baixa

volatilidade mesmo em um cenário em constante evolução.

Nosso olhar para oportunidades e riscos está conectado com as pautas ESG, cada vez mais relevantes. Estamos atentos às demandas regulatórias ESG e climáticas, como a adequação aos requisitos do IFRS S1 e S2. Queremos ser o banco da transição, ampliando operações de crédito e financiamento para o desenvolvimento sustentável e promovendo transparência por meio de relatórios e iniciativas alinhadas às melhores práticas globais.

Entramos em 2026 com confiança, mas sem complacência. Sabemos que liderança não é um ponto de chegada. Ela exige capacidade contínua de execução, disposição para evoluir e disciplina para fazer as escolhas certas no longo prazo.

Seguiremos investindo onde acreditamos que estão os principais diferenciais competitivos do Itaú: a solidez do nosso modelo, a qualidade da nossa execução, a força da nossa cultura e a capacidade de combinar escala, tecnologia e relacionamento para gerar valor real.

Boa leitura!

Panorama

- 09** Panorama geral
- 10** Modelo de negócio
- 11** Destaques financeiros
- 12** Contexto macroeconômico
- 13** Estratégia e cultura
- 14** Tecnologia e inteligência artificial
- 18** Criação de valor
- 19** Abordagem e gestão dos capitais



Panorama Geral

Com 101 anos de história, somos um banco universal com um ecossistema completo de serviços financeiros para pessoas físicas e jurídicas.

Maior banco da América Latina¹

Maior banco privado brasileiro em total de ativos e em valor de mercado²

Marca mais valiosa da América do Sul³

US\$ 9,9 bi

Segmentos

Pessoa física



Renda mensal até R\$ 7 mil



Uniclass

Renda entre R\$ 7 mil e R\$ 15 mil



Personnalité

Renda superior a R\$ 15 mil ou R\$ 250 mil investidos



Private Bank

Acima de R\$ 10 milhões investidos



Emps

Micro empreendedores



Empresas

Micro e pequenas empresas



Médias e grandes empresas

Principais resultados 2025 (vs 2024)⁴

Resultado recorrente gerencial

R\$ 46,8 bilhões

↑ 13,1%

Carteira de crédito⁵

R\$ 1,5 trilhão

↑ 6,0%

Índice eficiência (IE)

38,8%

↓ 0,7 p.p.

ROE recorrente gerencial consolidado

23,4%

↑ 1,3 p.p.

Índice de Capital Principal (CET1)

12,3%

↓ 1,4 p.p.

Atuação em 18 países

Principais negócios:

1. Corporate & Investment Banking | 2. Asset Management | 3. Private Banking | 4. Varejo

Américas

	Argentina	1,3
	Brasil	1, 2, 3, 4
	Chile	1, 2, 3, 4
	Colômbia	1, 2, 3, 4
	Paraguai	1, 2, 3, 4
	Peru	1
	Uruguai	1, 2, 4
	Bahamas	1, 3
	Estados Unidos da América	1, 2, 3
	Ilhas Cayman	1, 2, 3
	México	1
	Panamá	1, 3, 4

Europa

	Espanha	1
	França	1
	Luxemburgo	1
	Portugal	1, 3
	Reino Unido	1
	Suíça	3

1. Em total de ativos em 31/12/2025 e em valor de mercado em 30/01/2026 | 2. Em 31.12.2025. | 3. Brand Finance Global 500 (2026) | 4. Resultado gerencial em BRGAAP. | 5. Carteira de Crédito com Garantias Financeiras Prestadas e Títulos Privados. | 6. O Itaú BBA também atende aos segmentos Agro, Infra e Energia, Tech, Imobiliário, Multinacionais e Instituições Financeiras.



Modelo de negócio

O Itaú Unibanco opera por meio de um modelo bancário universal, tendo relevância em todos os mercados em que atua. Nosso modelo é estruturado a partir da centralidade no cliente e da visão integral da jornada, gerando mais negócios. Assim, temos avançado também em verticais de receitas além das tradicionais do sistema financeiro para atender nossos clientes como, por exemplo, o Itaú Shop.

Ao longo do ano, avançamos em iniciativas que fortalecem a consistência das decisões e a clareza dos direcionadores estratégicos. A experiência acumulada em diferentes ciclos,

econômicos ou tecnológicos, ao decorrer dos nossos 101 anos de história segue como referência para conduzir prioridades, manter disciplina de execução e sustentar um posicionamento alinhado às transformações atuais.

Com o uso de tecnologias e dados, criamos um ecossistema que permite acompanharmos nossos clientes de maneira global e conectada, garantindo engajamento crescente e oferta de serviços full bank cada vez mais adequados ao seu momento.

No segmento de pessoa física atuamos com clientes de perfil alta renda, média renda e

massificados. Nossa competitividade tem como alicerces a combinação de escala, credibilidade da marca e inovação digital. Buscamos o aumento de engajamento e principalidade com nossos clientes pessoas físicas, o que nos permite entregar experiências mais personalizadas, sem abrir mão da segurança e solidez.

Utilizamos o conceito de daily bank para os nossos clientes pessoas jurídicas, democratizando o acesso ao crédito e oferecendo soluções de alto valor agregado às empresas brasileiras. O programa inclui a oferta de experiências digitais fim-a-fim combinadas,

para atuarmos em diferentes momentos do ciclo empresarial, oferecendo crédito, assessoria especializada e suporte na reestruturação quando necessário.

Nosso negócio de atacado é operado pelo Itaú BBA, que atua como banco de investimento e em operações com grandes empresas, pelas frentes de Global Markets, Tesouraria e responsável pelas nossas atividades no exterior, além da frente de administração de ativos e do Private Banking, que cuida de clientes de alta renda. Também realizamos o atendimento de médias empresas e dos nossos clientes institucionais por meio do Itaú BBA.

Destaques financeiros

Informações de resultado (R\$ bilhões em IFRS)	2025	2024	variação (%) YoY (25–24)
Produto bancário ¹	175,1	174,7	0,2 %
Receita financeira líquida ²	120,0	110,5	8,6 %
Receitas de prestação de serviços e resultados de contratos de seguros e previdência privada ³	55,7	54,1	3,1 %
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros	(28,8)	(32,3)	-10,8 %
Despesas gerais e administrativas	(79,2)	(79,4)	-0,3 %
Lucro líquido contábil	45,8	42,1	8,8 %
Lucro líquido contábil atribuível aos acionistas controladores	44,9	41,1	9,2 %
Resultado recorrente	45,4	41,4	9,5 %
Retorno sobre o patrimônio líquido médio anualizado ⁴	21,6 %	20,9 %	0,6 p.p.
Retorno recorrente sobre o patrimônio líquido médio anualizado ⁵	21,8 %	21,1 %	0,7 p.p.
Dividendos e JCP líquidos por ação (R\$) ⁶	2,87	2,32	23,4 %
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores por ação (R\$) ⁶	4,05	3,71	9,4 %

1. Produto Bancário: Soma das (i) Receitas de Juros e similares, (ii) Despesas de Juros e Similares, (iii) Resultado ao Valor Justo por meio do Resultado, (iv) Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior, (v) Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias, (vi) Resultado de Contratos de Seguro e Previdência Privada, líquidos de Resseguros, e (vii) Outras Receitas. Para melhor comparabilidade, foram reclassificados os efeitos fiscais dos ajustes gerenciais. | 2. Receita financeira líquida: Soma das (i) Receitas de Juros e Similares, (ii) Despesas de Juros e Similares, (iii) Resultado de Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado, (iv) Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior. Para melhor comparabilidade, foram reclassificados os efeitos fiscais dos ajustes gerenciais. | 3. Receitas de Prestação de Serviços e Resultados de Seguros e Previdência: Soma das Receitas da Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias e dos Resultados de Contratos de Seguros e Previdência Privada, líquidos de Resseguros. | 4. Retorno sobre o patrimônio líquido médio anualizado: O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Lucro Líquido Contábil Atribuível aos Acionistas Controladores pelo Patrimônio Líquido Médio. O quociente dessa divisão foi multiplicado pelo número de períodos no ano para se obter o índice anual. | 5. Retorno recorrente sobre o patrimônio líquido médio anualizado: O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Resultado Recorrente pelo Patrimônio Líquido Médio. O quociente dessa divisão foi multiplicado pelo número de períodos no ano para se obter o índice anual. | 6. Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores por ação: O número de ações em circulação foi ajustado para refletir as bonificações de (i) 10% ocorrida em 20 de março de 2025; e (ii) 3% ocorrida em 30 de dezembro de 2025. Sendo assim, a série histórica dos indicadores por ação foi reclassificada a partir de jan/22.

i SAIBA MAIS Sobre a análise de resultado no [Formulário 6-K 4T25](#).

Contexto macroeconômico¹

A inflação global continuou a desacelerar ao longo de 2025, refletindo os efeitos do aperto monetário adotado nos últimos anos, a normalização das cadeias de suprimento e a menor pressão dos preços das commodities. Nos Estados Unidos, após o início de um ciclo de redução de juros em 2024, o Federal Reserve voltou a cortar as taxas em 2025, que encerraram o ano em 3,6%. Ainda assim, a atividade econômica permaneceu resiliente e o mercado de trabalho seguiu aquecido, o que indica riscos de pressão inflacionária em 2026. O crescimento do PIB norte-americano desacelerou para 2,3% em 2025, após 2,8% em 2024.

Na Europa, a economia apresentou melhora em 2025, após um desempenho mais fraco em 2024. O PIB da zona do euro cresceu 1,5% no ano, apoiado por uma demanda interna mais forte e por condições financeiras mais favoráveis. A inflação continuou se aproximando da meta do Banco Central Europeu,

permitindo que a política monetária atingisse níveis considerados neutros. Na China, o PIB cresceu cerca de 5,0% em 2025, sustentado pelas exportações e por estímulos fiscais direcionados, apesar de desafios estruturais e das tensões comerciais ainda existentes com os Estados Unidos.

A incerteza relacionada à política comercial global permaneceu elevada. Embora um conjunto relevante de tarifas de importação dos Estados Unidos introduzidas em 2025 tenha sido invalidado no início de 2026 por decisão da Suprema Corte, permanece a possibilidade de adoção de medidas alternativas com efeito restritivo. Além disso, conflitos geopolíticos e tensões internacionais continuam a gerar instabilidade. Conflitos no Oriente Médio, a guerra entre Rússia e Ucrânia e as tensões entre Estados Unidos e China têm contribuído para maior volatilidade nos mercados financeiros, incertezas sobre o comércio internacional e riscos de

interrupções nas cadeias globais de suprimento. Esses fatores podem pressionar os preços de energia e commodities, influenciar a inflação e afetar negativamente o crescimento econômico global.

Como banco brasileiro, com a maior parte de nossas operações concentradas no Brasil, somos diretamente impactados pelas condições econômicas, políticas e sociais do país. O PIB brasileiro cresceu 2,3% em 2025, após alta de 3,4% em 2024, e deve desacelerar ainda mais em 2026. A inflação medida pelo IPCA recuou para 4,3% em 2025, ante 4,8% no ano anterior, em função principalmente da desaceleração dos preços livres, enquanto os preços administrados apresentaram aumento. Para 2026, projetamos IPCA de 4,0%.

Após interromper o ciclo de redução de juros iniciado em 2024, o Banco Central do Brasil manteve uma política monetária restritiva ao longo de 2025. A taxa Selic subiu no

primeiro semestre, atingindo 15,0%, e permaneceu nesse nível até o final do ano, com o objetivo de assegurar a convergência da inflação à meta. Em março de 2026, a Selic foi reduzida para 14,75%. Juros elevados tendem a continuar afetando a atividade econômica, a demanda por crédito e a capacidade de pagamento de famílias e empresas.

No campo fiscal, apesar do cumprimento do arcabouço fiscal em 2025, o aumento da dívida pública, a desaceleração do crescimento das receitas e o controle limitado das despesas geram preocupações quanto à sustentabilidade fiscal. O cumprimento das metas fiscais em 2026 deverá seguir desafiador e depender da obtenção de receitas extraordinárias e da manutenção de uma disciplina rigorosa. Essas condições macroeconômicas podem afetar adversamente nossos negócios, nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

1. As perspectivas, projeções e tendências da economia apresentadas são meras previsões. Tais expectativas são altamente dependentes das condições do mercado, do desempenho econômico geral do país, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, estão sujeitas a mudanças.

Estratégia e cultura

Nossa visão: Ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes.

Nossa estratégia

Obsessão pelos clientes: Manter o cliente no centro para apoiar, encantar e inovar continuamente – sendo a sua principal escolha.

Crescimento robusto e acelerado

Possuir direcionadores claros para os negócios e mercados em que atuamos, visando manter patamares de liderança e evolução contínua.

Alavancar o potencial do ecossistema Itaú Unibanco oferecendo jornadas cada vez mais integradas e centradas no cliente.

Continuar investindo em novas avenidas de crescimento, alavancando diferenciais competitivos e garantindo complementariedade no portfólio.

Gestão de risco de excelência

Garantir um portfólio diversificado em segmentos, portes de clientes, modelos de negócio e uso de capital.

Crescer com foco em carteiras sólidas, com disciplina de risco e aprofundando o relacionamento.

Manter a excelência na gestão de risco, promovendo estabilidade e baixa volatilidade.

Escalabilidade e inovação

Impulsionar novos modelos de negócio e elevar o engajamento a partir da evolução tecnológica e do uso intensivo e responsável de dados, viabilizando a personalização em escala.

Potencializar equipes por meio de tecnologia avançada e inteligência artificial, aumentando produtividade e densidade de talentos.

Cultura, Dados e Tecnologia como principais viabilizadores da nossa estratégia

Nossa cultura

Ética é inegociável

A gente trabalha para o cliente

- Ser Ituber é ser obstinado por encantar o cliente.
- Ser Ituber é inovar a partir das necessidades dos clientes.
- Ser Ituber é simplificar sempre.

A gente é movido por resultado

- Ser Ituber é ser ambicioso nos objetivos e eficiente na execução.
- Ser Ituber é sempre buscar o crescimento sustentável.
- Ser Ituber é gerar impacto positivo para a sociedade.

A gente não sabe tudo

- Ser Ituber é olhar para fora e aprender o tempo todo.
- Ser Ituber é testar, errar, aprender e melhorar.
- Ser Ituber é usar dados intensamente para tomar as melhores decisões.

A gente faz escolhas e toma decisões

- Ser Ituber é ter coragem para se posicionar.
- Ser Ituber é saber priorizar.
- Ser Ituber é saber fazer renúncias.

A gente vai de turma

- Ser Ituber é confiar e saber trabalhar com autonomia.
- Ser Ituber é ajudar e pedir ajuda.
- Ser Ituber é ser um só Itaú.

A gente quer diversidade e inclusão

- Ser Ituber é ser diverso como os nossos clientes.
- Ser Ituber é estar aberto para diferentes pontos de vista.
- Ser Ituber é ser você mesmo e se expressar de forma transparente.

Nota: Itubers são nossos colaboradores.

Tecnologia e inteligência artificial como viabilizadores da nossa estratégia

"Evoluímos significativamente as nossas capacidades digitais, uso intensivo de dados, inteligência artificial, automação, design e metodologias ágeis. Criamos ambientes que aceleram a inovação e a experimentação. E mais do que atender às expectativas atuais, construímos uma base tecnológica que nos permite evoluir continuamente rumo à hiperpersonalização do relacionamento com os nossos clientes."

Milton Maluhy Filho, CEO

O Itaú tem mais de um século de história, marcada por sucessivos ciclos de reinvenção. Ao longo do tempo, nossa capacidade de incorporar novas tecnologias, adaptar modelos de operação e responder às transformações do

mercado foi decisiva para nos mantermos como um parceiro relevante na vida de nossos clientes.

Nas últimas décadas, no entanto, o ritmo e a profundidade dessas transformações se intensificaram de forma inédita. A evolução acelerada da tecnologia alterou profundamente os hábitos da sociedade. Hoje, clientes esperam experiências personalizadas, fluidas, disponíveis sob demanda e, cada vez mais, capazes de antecipar suas necessidades.

Para responder a esse novo contexto, há cerca de uma década iniciamos uma estratégia de transformação, que reestruturou a forma como pensamos, operamos e construímos nossas soluções. Essa jornada representa uma mudança contínua de mentalidade e de modelo operacional, desenhada para acompanhar a velocidade com que a vida dos nossos clientes evolui.

A nossa estratégia de transformação digital está estruturada em seis pilares complementares:

Método

Reorganizamos nossos times em equipes multidisciplinares orientadas por jornadas de clientes e problemas reais a serem resolvidos. A adoção de metodologias ágeis ampliou nossa capacidade de aprender rapidamente, testar hipóteses, ajustar rotas e entregar valor de forma contínua.

Tecnologia

Modernizamos nossa plataforma tecnológica e migramos sistemas para a nuvem, com foco em arquiteturas mais escaláveis, resilientes e modulares. Esse movimento sustenta maior velocidade de desenvolvimento, maior confiabilidade operacional e maior capacidade de evolução contínua.

Dados

Estruturamos uma estratégia de democratização de dados baseada em uma infraestrutura self-service. Dessa forma, diferentes áreas podem acessar e utilizar informações de forma segura, responsável e governada, o que as permite orientar suas decisões com base em dados. Além disso, também evoluímos no uso intensivo e responsável de dados, por meio da capacitação de colaboradores e fortalecimento de uma cultura que contempla a disciplina como um de seus pilares.

Design

Incorporamos a experiência do usuário como disciplina central do nosso modelo de desenvolvimento, apoiada por princípios de excelência em design e por uma linguagem unificada de experiência. Essa abordagem orienta a criação de experiências simples, intuitivas, consistentes e alinhadas às expectativas de nossos clientes.

Produtos

Desenvolvemos uma metodologia própria para criação e evolução de produtos, que unifica linguagem, orienta decisões e define prioridades. Essa abordagem busca garantir coerência entre estratégia, execução e valor entregue ao cliente, ao mesmo tempo em que sustenta competitividade em um ambiente de inovação constante.

Inteligência artificial (IA)

A incorporação transversal de IA aos nossos processos internos e às disciplinas de transformação amplia nossa eficiência operacional e nossa capacidade de construir soluções mais completas, relevantes e contextuais em escala, sempre orientadas por princípios de segurança, privacidade e uso responsável da tecnologia.

Com base nessa estratégia, já colhemos resultados concretos em velocidade, qualidade e eficiência operacional. Em relação a 2018, quando iniciamos nossa transformação, reduzimos em 99% o número de incidentes de alto impacto na experiência dos clientes. No mesmo intervalo, aumentamos em mais de 2.606% o volume de atualizações tecnológicas realizadas em nossas plataformas, ao mesmo tempo em que reduzimos em 45% o custo por transação única.

Entre os resultados mais relevantes dessa trajetória está a capacidade que desenvolvemos de continuar nos transformando de forma contínua, mantendo nossa relevância de

maneira competitiva e adaptativa frente às transformações tecnológicas e de mercado.

Em 2025, anunciamos a aquisição de 15% de participação na startup NeoSpace, especializada no desenvolvimento de modelos fundacionais de IA generativa para o setor financeiro. Para além do investimento, firmamos um acordo comercial estratégico que envolve o uso de seus modelos-base e o desenvolvimento conjunto de produtos exclusivos, que serão integrados à nossa experiência digital para alavancar a personalização de soluções, produtos e serviços para clientes do varejo.

No mesmo ano, fundamos o Instituto de Ciência e Tecnologia Itaú (ICTi), voltado ao fortalecimento do nosso pilar de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e ao fomento do ecossistema brasileiro de inovação.

O Instituto aprofunda a produção de conhecimento científico aplicado em temas como inteligência artificial e outras tecnologias emergentes, incluindo computação quântica, por meio de pesquisas conduzidas por seus colaboradores em parceria com especialistas e bolsistas de universidades parceiras, como a Universidade de São Paulo (USP), a

Universidade Federal de Goiás (UFG), Stanford e MIT.

Atualmente, o ICTi conta com 195 pesquisadores externos e mantém 21 depósitos de patentes em andamento. Essas iniciativas ampliam nossas capacidades de desenvolvimento em inteligência artificial e sustentam avanços relevantes na compreensão do cliente, na prevenção de fraudes cada vez mais sofisticadas, na identificação de vieses implícitos em modelos de linguagem e na evolução contínua de experiências conversacionais mais seguras, eficientes e contextualizadas.



Inteligência Artificial

Com base nessa estratégia de transformação digital, fomos capazes de adotar uma postura pioneira em relação à inteligência artificial e, em especial, à inteligência artificial generativa. Essa modalidade da tecnologia permite que modelos computacionais criem, interpretem e transformem conteúdos em linguagem natural, código, imagens e outros formatos, ampliando de forma significativa as possibilidades de automação e de criação de soluções digitais em escala.

Especificamente em engenharia de software, em 2025 realizamos uma das maiores adoções coordenadas de agentes autônomos de IA por uma instituição financeira no mundo todo, ao incorporá-los ao nosso ciclo de desenvolvimento. Esses agentes têm atuado como uma camada de conhecimento institucional e como suporte especializado ao dia a dia de nossos engenheiros, apoiando desde consultas a sistemas legados até tarefas de desenvolvimento, revisão de código, escrita de testes e iniciativas de modernização e remediação de vulnerabilidades. Com isso, o banco ampliou o foco dos engenheiros humanos em atividades de maior valor agregado, como

arquitetura e resolução de problemas de negócio, resultando em ganhos de produtividade de até 30% e na adoção da solução por cerca de 75% das equipes de engenharia.

De forma mais ampla, ao longo de 2025, desenvolvemos novas capacidades para que a tecnologia ganhasse ainda mais escala em nossa organização. Entre os principais avanços, destaca-se o desenvolvimento de uma plataforma interna para a criação e gestão de casos de uso de IA generativa, que simplificou e acelerou a criação, experimentação e gestão dessas iniciativas em todo o banco.

Essa plataforma organiza e padroniza o acesso a modelos de IA, disponibiliza componentes reutilizáveis e integra mecanismos de memória, gestão de conhecimento e orquestração de agentes, permitindo que diferentes áreas desenvolvam, testem e levem à produção seus casos de uso com maior agilidade e eficiência. Além de contribuir com ganhos expressivos de velocidade, a solução incorpora mecanismos que mitigam riscos e ampliam a conformidade com os padrões internos de segurança, privacidade e governança, permitindo que a inovação ganhe escala de forma responsável.

A partir dessa base, ampliamos de forma relevante o uso de IA generativa em toda a organização, tanto com foco em eficiência operacional quanto na criação de novas capacidades para aprimorar a experiência dos clientes. Atualmente, são mais de 760 iniciativas de IA generativa em desenvolvimento no banco, das quais mais de 150 já se encontram em produção. Esses casos de uso estão distribuídos por diferentes áreas de negócio, incluindo crédito, operações, jurídico, atacado e tesouraria, contribuindo para ganhos contínuos de produtividade, qualidade e agilidade em processos críticos.

Em todo o banco, plataformas de IA generativa já contam com mais de 56 mil usuários. Esse número avançou mais de 50% entre o primeiro e o segundo semestre de 2025.

Essa estrutura também nos permitiu desenvolver soluções que facilitam o dia a dia dos clientes e promovem o seu bem-estar financeiro. A Inteligência Itaú reúne nossas iniciativas de IA generativa que se materializam em experiências conversacionais voltadas ao cliente. Ela nos permite facilitar transações e oferecer apoio consultivo de forma contextual e individualizada sobre diferentes produtos e serviços,

funcionando como um assessor financeiro no cotidiano. Para o desenvolvimento da Inteligência Itaú, aplicamos inovações proprietárias desenvolvidas por meio do Instituto de Ciência e Tecnologia Itaú (ICTi), o que nos permite posicionar a solução como uma iniciativa pioneira no setor, ancorada em capacidades tecnológicas próprias e em pesquisa científica aplicada ao contexto real dos clientes.

A primeira solução lançada no âmbito da Inteligência Itaú foi o Pix no WhatsApp, que permite a realização de transações por texto, imagem e comando de voz diretamente no aplicativo de mensagens mais utilizado pelos brasileiros.

Em 2025, essa funcionalidade foi disponibilizada para 100% da base de clientes do banco, ampliando o acesso a meios de pagamento digitais de forma simples, segura e integrada à rotina dos usuários.

Ainda em 2025, a Inteligência Itaú passou a contar com uma solução especializada em investimentos, a Inteligência de Investimentos Itaú. Por meio de uma interface em linguagem natural, clientes podem receber recomendações e orientações contextualizadas com base em seu perfil, histórico de uso

e dados de mercado atualizados em tempo real.

A aplicação se apoia em mais de 50 bases de conhecimento especializadas em produtos financeiros e conceitos de investimento para enriquecer as respostas, além de integrar modelos proprietários de recomendação do banco, capazes de realizar mais de 22 mil simulações por chamada para identificar as alternativas mais adequadas a cada perfil de cliente.

Outra solução lançada ao longo do ano foi a Inteligência Itaú no Itaú

Emps, integrada ao aplicativo voltado a empreendedores. A aplicação oferece recomendações personalizadas no contexto de negócios, combinando dados proprietários do Itaú com inteligência artificial generativa para entregar personalização em escala.

As orientações incluem previsões, alertas e recomendações sob medida, apoiando a gestão financeira e decisões estratégicas dos empreendedores ao longo de toda a sua jornada, do fluxo de caixa à contratação e integração com outros produtos do banco.



Inteligência Itaú: Uma plataforma de experiências baseadas em IA generativa

Estruturas de IA que transformam dados em experiências personalizadas

Interfaces de Programação de Aplicações (APIs), Grandes Modelos de Linguagem (LLMs) e modelos de machine learning

Capacidade de memória e aprendizado contínuo

Governança e IA responsável

Mecanismos de orquestração de agentes de IA

Fundação de dados que habilita decisões inteligentes e contextuais

Conhecimento profundo e tempestivo do cliente

Bases de conhecimento com informações corretas, atualizadas e confiáveis

Estrutura sólida de controles de segurança, ética e compliance

Criação de valor

GRI 201-1*

Somos o maior banco privado brasileiro em total de ativos e em valor de mercado¹ e a marca mais valiosa da América do Sul, avaliada em US\$ 9,9 bilhões, segundo a Brand Finance Global 500 (2026).

Nossa estratégia tem como pilar estrutural a centralidade nos clientes e nossa organização se move orientada pela evolução contínua nas jornadas em busca da satisfação dos nossos clientes.

A transformação cultural e digital que fizemos no banco ao longo dos últimos anos foi essencial para entregarmos essa centralidade no cliente.

Temos evoluído nossa proposta de valor com uma maior personalização aos grupos de clientes, atendendo-os com produtos, serviços e modelos de atendimento ajustados às suas necessidades.

Nossa cultura de gestão de riscos está integrada à gestão de todas as áreas e não é uma

responsabilidade exclusiva da área de riscos.

Temos uma visão de longo prazo e somos capazes de aprofundar a análise de todos os riscos aos quais o conglomerado está exposto diariamente.

Em nossos modelos de gestão, temos disciplina de alocação de capital que é: escolher o lugar certo, para alocar no preço correto e com a rentabilidade adequada. Sempre mantendo a visão do cliente e de longo prazo. Esse olhar prospectivo é fundamental para criação de valor.

Como consequência de como organizamos, desde a remuneração dos nossos executivos até nossas decisões comerciais com foco em eficiência, fortalecemos a capacidade de sustentação e perenidade do negócio aumentando nossa criação de valor.

Temos sido capazes de investir na transformação digital, e entregar resultados com rentabilidade.

O ROE gerencial, que era de 19,3% em 2021, atingiu 23,4% em 2025, um aumento substancial no período.

A receita tem crescido mais do que nossos custos ao longo dos últimos anos, o que tem melhorado nosso índice de eficiência que passou de 44,0% em 2021 para 38,8% em 2025.

A criação de valor dobrou no período, passando de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 18,5 bilhões. Esse desempenho reflete um crescimento relevante, com qualidade, sustentabilidade, consistência, disciplina e criação de valor.

Financeiramente, uma forma de expressar nossa criação de valor se dá por meio da Demonstração de Valor Adicionado (DVA)², que representa fatores que contribuíram para a criação de riqueza e sua distribuição aos stakeholders, permitindo que estes comparem empresas e tirem conclusões sobre o desempenho de cada uma delas no âmbito social.

**Em 2025:
Demonstração de
Valor adicionado R\$
108,4 bilhões²**

**Remuneração, benefícios e
incentivos: R\$ 34,3 bi**

**Impostos e Contribuições:
R\$ 26,7 bi**

**Dividendos e Juros Sobre o
Capital Próprio (JCP): R\$
33,7 bi**

Valor por ação: R\$ 2,87 (2025)³ x R\$ 2,32 (2024)³. +24,71%

**A Prestadores de Serviços e
Outros Setores: R\$ 1,6 bi**

R\$ 1.564 (2025) x R\$ 1.011 (2024).
+54,7%

**Reinvestidos no negócio:
R\$ 12,1 bi**

*Consulte a nota referente ao GRI 201-1 [no anexo](#). | 1. Valor de mercado e valor de ativos em 31.12.2025. | 2. A DVA foi calculada com base nos resultados em IFRS e preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 9. A DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas (BRGAAP), mas não é requerida pelas Normas Internacionais de Contabilidade. | 3. O número de ações em circulação foi ajustado para refletir as bonificações de (i) 10% ocorrida em 20 de março de 2025; e (ii) 3% ocorrida em 30 de dezembro de 2025. Sendo assim, o indicador por ação foi reclassificado para 2024.

Abordagem de gestão dos capitais

Conheça a seguir nossa abordagem de gestão dos capitais que compõem nosso negócio, a geração de valor esperada e os resultados já alcançados.

Função do capital

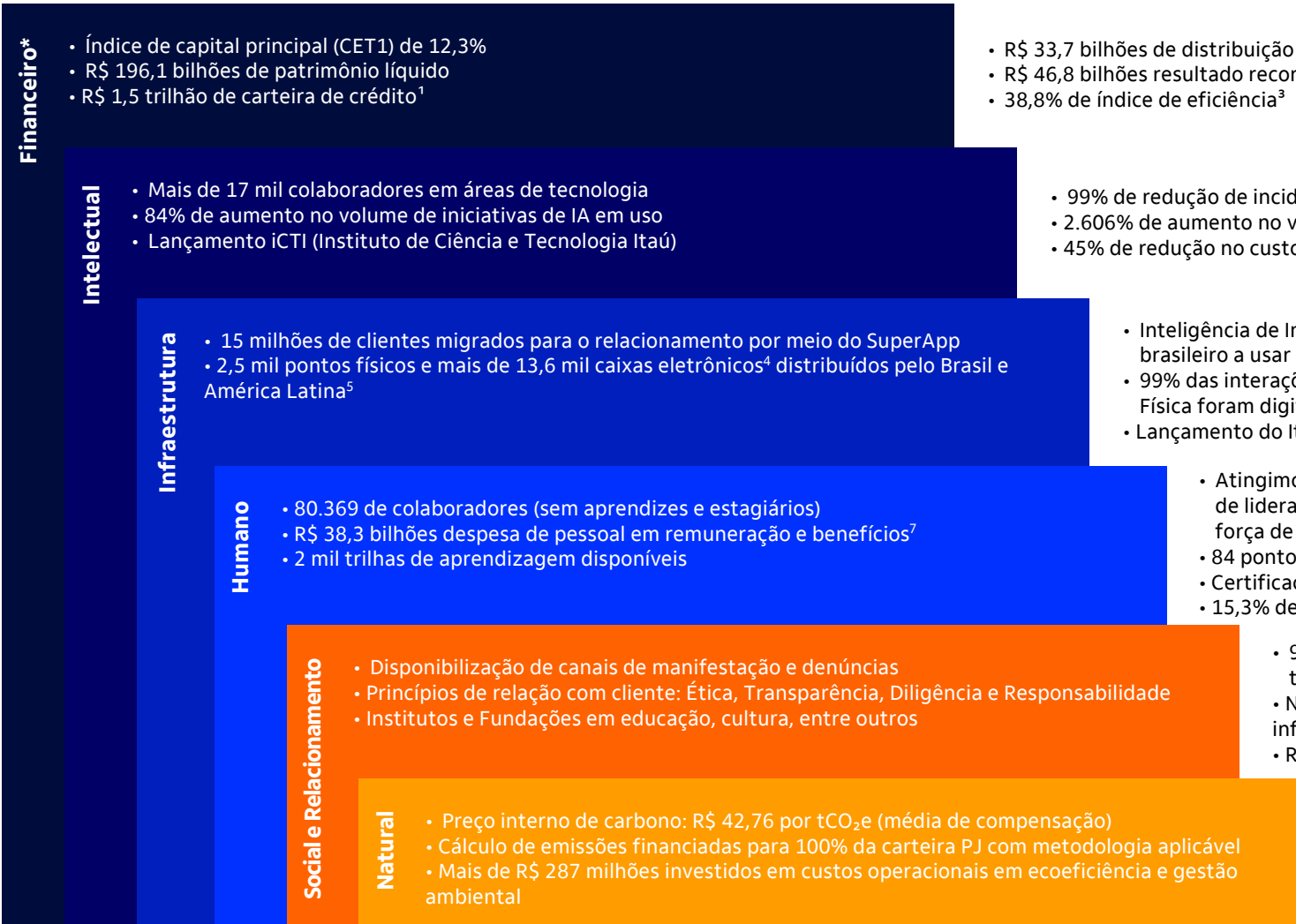
Abordagem no Itaú

Criação de valor para stakeholders

<p>Capital financeiro Viabiliza financeiramente a operacionalização dos demais capitais.</p>	<p>Demonstra aplicação adequada de capital de acordo com uma priorização alinhada à estratégia e à segurança para a empresa, gerando ganhos de eficiência.</p>	<p>Melhora as ofertas para o cliente, aumenta o investimento em questões estratégicas, maior retorno para investidores e acionistas.</p>
<p>Capital intelectual Direciona estrategicamente os demais capitais.</p>	<p>Expertise da liderança, atuação em comunidades com equipes multidisciplinares e uso de dados e IA geram mais eficiência, rapidez e assertividade na solução de problemas.</p>	<p>Soluções inteligentes para o negócio e convenientes para o cliente considerando seus diferentes perfis.</p>
<p>Capital infraestrutura Infraestrutura base necessária para o alcance da estratégia.</p>	<p>Atendimento físico e digital, estrutura tecnológica em módulos e gestão de dados possibilitam variadas formas de atendimento e adaptabilidade de produtos e soluções.</p>	<p>Produtos e soluções adequadas e de rápida adaptação e atendimento conforme necessidade ou preferência do cliente.</p>
<p>Capital humano Executa atividades necessárias, viabilizando o alcance da estratégia.</p>	<p>Equipe capacitada, satisfeita e diversa, com diferentes experiências de vida, gera melhores resultados.</p>	<p>Expertise adequada da equipe, tratamento respeitoso e empático gera produtos e soluções de qualidade, que consideram os diferentes perfis de cliente.</p>
<p>Capital social e de relacionamento Permite a edificação de iniciativas estratégicas com e para nossos stakeholders.</p>	<p>Integridade e ética no relacionamento com diferentes stakeholders, como clientes, sociedade e governo, por meio de investimento social, políticas públicas, agendas coletivas. Incentivo a fornecedores para adoção de boas práticas, inclusive sociais, ambientais e climáticas, gerando confiança e boa reputação.</p>	<p>Ofertas responsáveis para clientes, promoção do desenvolvimento de questões importantes para a sociedade (educação, cultura, mobilidade, etc.), incentivo às boas práticas no governo, no setor e em fornecedores com benefícios para a sociedade como um todo.</p>
<p>Capital natural Estrutura a gestão adequada de impactos climáticos e gera redução de custos.</p>	<p>Iniciativas de ecoeficiência e definição de estratégia climática alinhada à estratégia dos negócios geram redução de custos, aumento de oportunidades e redução dos riscos.</p>	<p>Aumento da eficiência e de oportunidades e redução dos riscos climáticos nos negócios, reduz impactos ambientais para a sociedade e gera valor para os acionistas.</p>

Alocação de recursos e seus resultados

RECURSOS



RESULTADOS

- R\$ 33,7 bilhões de distribuição bruta de JCP e dividendos² com um payout de 72,0%
- R\$ 46,8 bilhões resultado recorrente gerencial em BRGAAP
- 38,8% de índice de eficiência³
- 99% de redução de incidentes de alto impacto no cliente (vs. 2018)
- 2.606% de aumento no volume de atualizações tecnológicas (vs. 2018)
- 45% de redução no custo de transações únicas (vs. 2018)
- Inteligência de Investimentos Itaú, 1º agente de investimentos do mercado brasileiro a usar IA generativa
- 99% das interações com Pessoa Jurídica e 97% das interações com Pessoa Física foram digitais⁶ no 4T25
- Lançamento do Itaú EMPs
- Atingimos as metas de ter entre 35% a 40% de mulheres em cargos de liderança⁸ e entre 27% a 30% de representatividade negra na força de trabalho⁹
- 84 pontos de satisfação eNPS (indicador varia de -100 a 100)
- Certificação ISO 45.001, de Saúde e Segurança Ocupacional
- 15,3% de rotatividade total
- 97,9% dos colaboradores e administradores concluíram os treinamentos de Integridade e Ética¹⁰
- NBR ISO/IEC nº 27.701 e 27.001 de privacidade e segurança da informação¹¹
- R\$ 867,6 milhões em investimento social privado
- 100% de emissões¹² residuais de Escopo 1 compensadas
- 21,9 MM tCO₂e de emissões financiadas
- 100% da energia do Brasil com Certificados de Energia Renovável (RECs)

*Dados financeiros em BRGAAP.

Nota: Consulte as notas de explicação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 referentes à alocação de recursos e seus resultados [no anexo](#).

Governança

GFANZ | Governança

22 Comitê Executivo

23 Governança de gestão de risco

34 Governança de riscos e oportunidades ESG e climáticas

Governança

Comitê Executivo | É responsável pela implementação da estratégia e a gestão do dia a dia.



Milton Maluhy Filho
Presidente (CEO)



André Rodrigues
Pessoa Física Varejo e Seguros



Carlos Constantini
Wealth Management & Services (WMS)



Carlos Vanzo
Pequenas e Médias Empresas e Adquirência (Rede)



Flávio Souza
Presidente do Itaú BBA



Gabriel Moura
Finanças (CFO)



José Vita Neto
Jurídico, ESG e Assuntos Corporativos



Matias Granata
Riscos, Segurança corporativa e Compliance (CRO)



Pedro Lorenzini
Mercados Globais, Tesouraria e Latam



Ricardo Guerra
Tecnologia, Design, Dados e Operações (CIO)



Sérgio Fajerman
Pessoas, Marketing e Comunicação Corporativa

Governança robusta dedicada à conquista de nossos objetivos estratégicos

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Navegue para conhecer a composição de cada fórum e o currículo de cada membro.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Entenda nossas participações acionárias.

Contexto regulatório

SUPERVISÃO E REGULAÇÃO

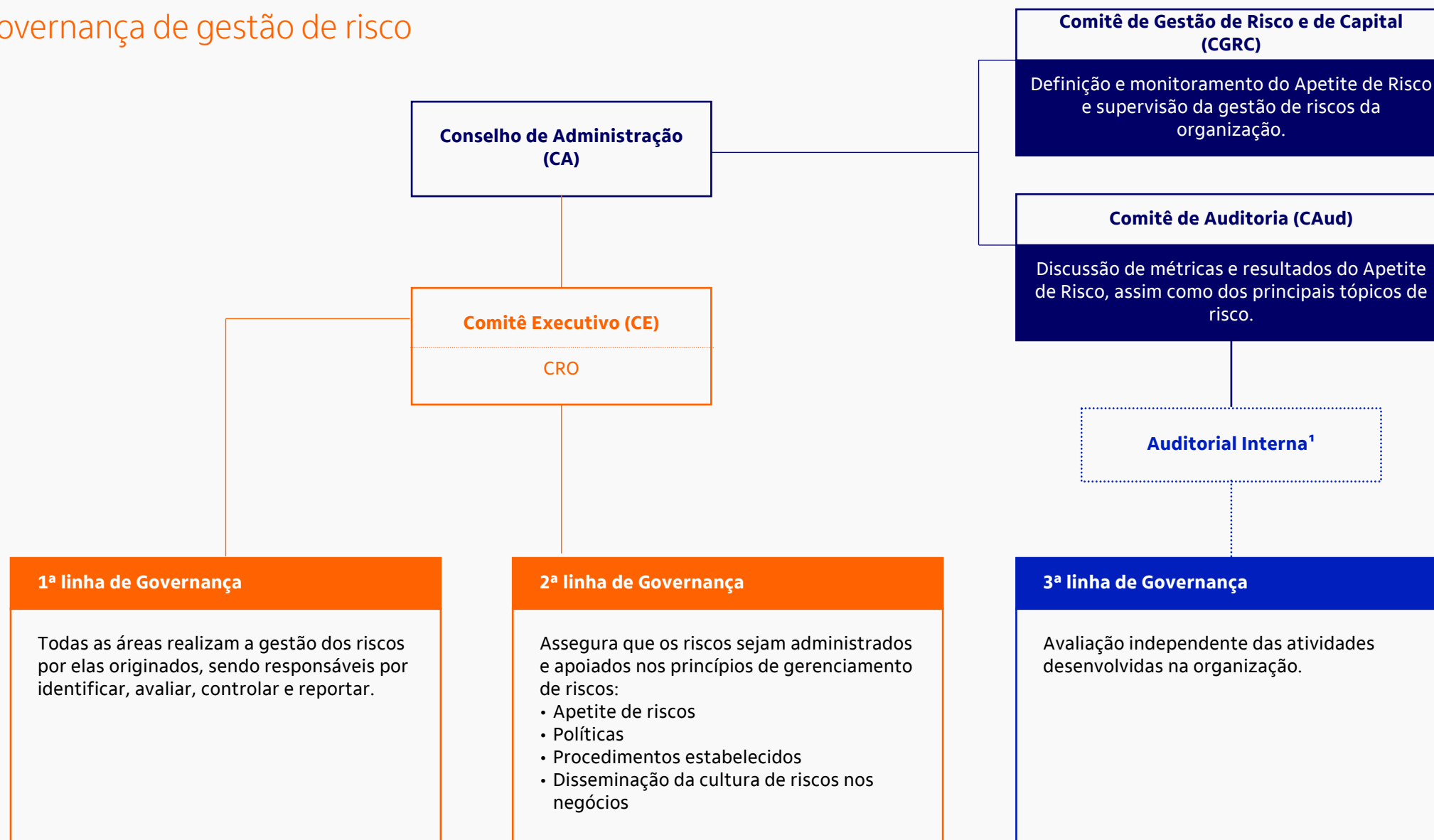
Entenda as regulações que nos impactam, acessando o Formulário 20-F 2025: Item 4B. Business Overview – Supervision and Regulation.



SAIBA MAIS

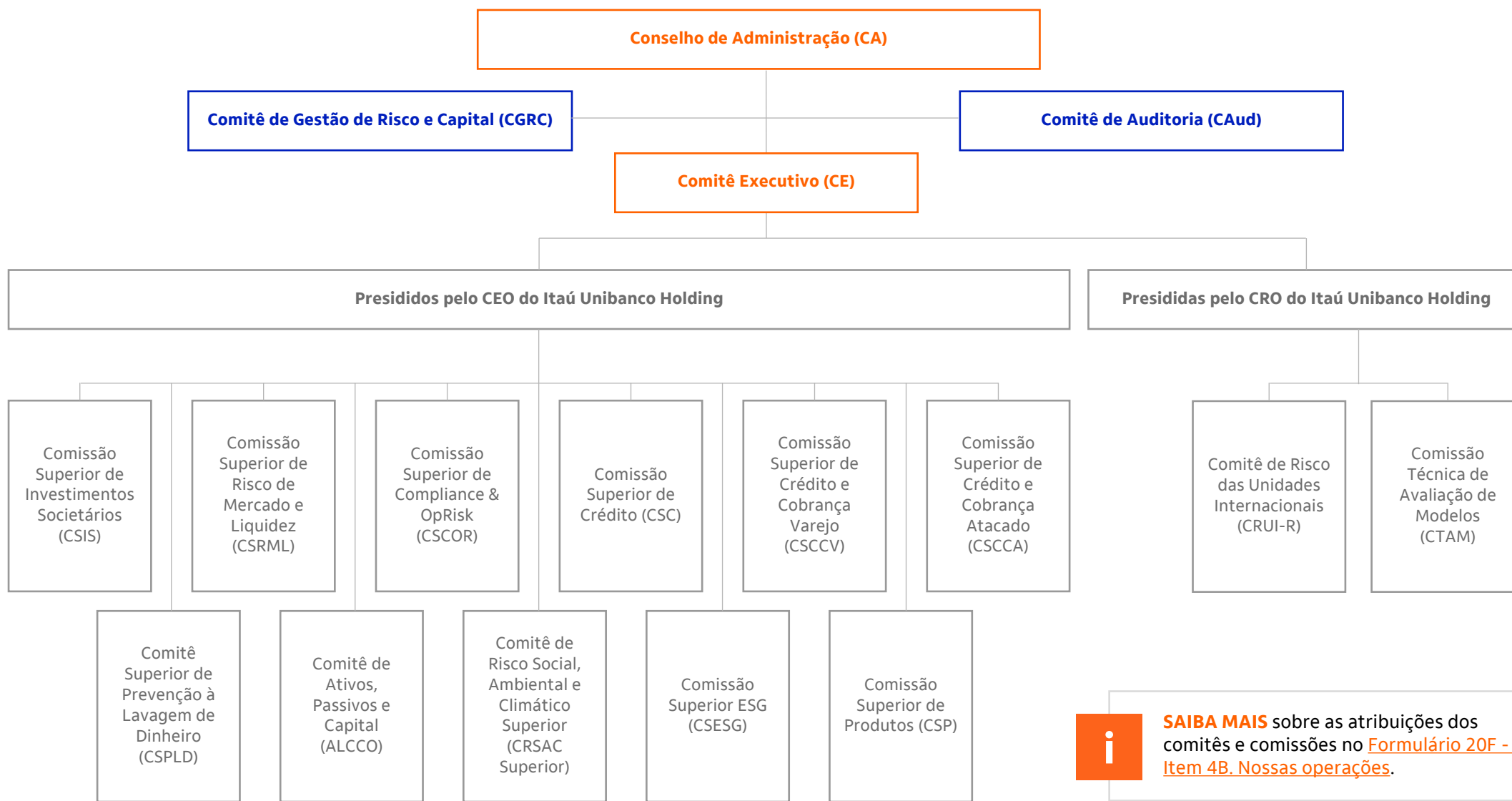
sobre a experiência de nosso Comitê Executivo navegando no nosso [site](#).

Governança de gestão de risco



1. A Auditoria Interna reportar-se administrativamente ao CA, sendo que sua supervisão técnica é competência do Comitê de Auditoria.

Comitês e comissões de apoio à gestão de risco



SAIBA MAIS sobre as atribuições dos comitês e comissões no [Formulário 20F - Item 4B. Nossas operações.](#)

Cultura de gestão de risco

Ações de educação focadas em gestão de riscos têm o objetivo de aprofundar o conhecimento dos administradores e colaboradores sobre suas diretrizes, sua aplicação aos negócios e à gestão de processos e de pessoas. Essas ações também visam capacitá-los para identificar, prevenir e comunicar situações adversas que possam representar riscos aos negócios, aos relacionamentos, às operações e à nossa imagem e à reputação.

As iniciativas de educação contemplam treinamentos a distância e/ou presenciais, incluindo treinamentos obrigatórios do Programa de Integridade e Ética, e abrangem tanto colaboradores quanto administradores no Brasil e nas Unidades Internacionais. São ministrados também treinamentos específicos para áreas sensíveis e fornecedores.

Nossa cultura tem a ética como valor transversal, presente em todas as nossas ações; sendo assim, reforça e fortalece o gerenciamento de riscos, para que colaboradores de todos os níveis avaliem e gerenciem riscos que possam impactar o nosso negócio e os nossos clientes. Vale ressaltar que,

anualmente, a avaliação comportamental que impacta a evolução de carreira e a remuneração considera sua adesão à nossa cultura corporativa.

Dentre as questões avaliadas, destacamos: a busca pela mitigação de riscos que impactam a experiência do cliente, incluindo questões de segurança de informação e cibersegurança; o conhecimento de oportunidades e riscos socioambientais envolvidos no negócio; a priorização da eficiência considerando os riscos envolvidos; a busca por crescimento sustentável com atenção aos riscos e impactos das soluções, produtos ou serviços, para avançar com segurança e visão de longo prazo; a busca por auxílio e sinalização, no momento correto, de questões que podem evitar ou mitigar quaisquer riscos.

A gestão de risco está presente em tudo o que fazemos, sendo inerente ao principal valor da nossa cultura “Ética é inegociável”.



Modelo de gestão de risco

Assumir e gerenciar riscos é a essência da nossa atividade e uma responsabilidade de todos os nossos colaboradores. Nosso Apetite de Risco define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis e nossa Cultura de Risco orienta as iniciativas e ferramentas de gestão estratégica para mitigação de risco e geração de oportunidades.

Nossa estrutura organizacional de gerenciamento de risco está em conformidade com as regulamentações brasileiras e internacionais e está alinhada com as melhores práticas de mercado.

Nosso modelo de gestão é composto por três linhas de governança: as áreas de negócios carregam a responsabilidade primária pela gestão do risco (identificação, avaliação, controle e reporte), seguidas pela área de riscos, que avalia os riscos de acordo com políticas, procedimentos e com o Apetite de Risco estabelecidos. E, por fim, a terceira linha de governança, a auditoria interna, que promove uma avaliação independente e reporta ao Conselho de Administração. Também contamos com diversas comissões, ligadas ao Comitê Executivo, que apoiam a gestão de riscos específicos.

Princípios de gestão e definição do apetite ao risco



Abordagem de risco

- **Capitalização:** manter capital suficiente para se proteger de recessões e eventos de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis.
- **Liquidez:** suportar longos períodos de estresse mantendo a liquidez.
- **Composição:** focar principalmente em negócios na América Latina, com diversificação de clientes e produtos e baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado.
- **Risco operacional:** controlar riscos operacionais que possam impactar negativamente nossa estratégia.
- **Reputação:** identificar e acompanhar riscos que possam impactar o valor da marca e a reputação da instituição junto aos seus stakeholders.
- **Clientes:** acompanhar riscos que possam comprometer a satisfação, a oferta adequada e a experiência do cliente.

Principais fatores de risco

Os fatores de risco da Companhia são as relações dos riscos que atualmente consideramos financeiramente relevantes para os nossos negócios e para os investimentos em nossos valores mobiliários, podendo nos afetar negativamente caso ocorram.

SAIBA MAIS sobre os fatores de risco no [Formulário 20F - Item 3D. Fatores de Risco.](#)

Riscos emergentes

Riscos emergentes são aqueles com potencial impacto material sobre os negócios, a médio e longo prazo, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação e mitigação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, tais como os riscos descritos nesta seção.

Suas causas podem ser originadas por eventos externos e resultarem no surgimento de novos riscos ou na intensificação de riscos já

acompanhados pelo Itaú Unibanco Holding.

A identificação e monitoramento dos riscos emergentes são assegurados pela governança do Itaú Unibanco Holding, permitindo que estes riscos também sejam incorporados aos processos de gestão de riscos.

Riscos geopolíticos e instabilidade macroeconômica global

A intensificação dos conflitos geopolíticos e a fragmentação das relações econômicas globais despontam como o principal risco emergente no cenário internacional. Em outras palavras, a escalada de fricções geopolíticas tende a elevar a incerteza econômica global, com impacto sobre o comércio internacional e os fluxos de capitais. Esse fenômeno pode trazer instabilidade macroeconômica: interrupções em cadeias de suprimentos estratégicas, maior volatilidade nos preços de commodities e moedas, além de redução dos investimentos internacionais.

Para o Itaú Unibanco, os potenciais impactos podem ser significativos. As tensões globais podem reduzir investimentos e enfraquecer a demanda, levando à desaceleração econômica. A volatilidade nos mercados financeiros, abrangendo preços de ativos, taxas de juros, inflação e câmbio, pode afetar negativamente nossas operações, provocar retração do crédito, elevar o desemprego e reduzir o poder de compra. Esses choques também podem comprometer a capacidade de pagamento dos clientes, elevando a inadimplência e gerando impacto relevante sobre as operações e os resultados da instituição.

Em resposta, o Itaú Unibanco vem adotando várias ações de mitigação: intensificou seus testes de estresse e planejamento de cenários extremos – avaliando, por exemplo, o impacto de choques globais severos como recessões nas maiores economias ou novas ondas de sanções – para garantir que mantenha folga de capital e liquidez suficiente mesmo em situações adversas. O banco também tem diversificado exposições, reforçado programas de hedge (proteção cambial e de

taxas) e ajustado criteriosamente seu apetite a risco em financiamentos de setores mais vulneráveis a essas turbulências.

Além disso, o Itaú Unibanco participa ativamente de fóruns internacionais e acompanha de perto as tendências de reorganização de cadeias produtivas, buscando antecipar problemas e identificar oportunidades – como atração de investimentos ao Brasil em um contexto de relocalização regional (“nearshoring”).

Vale notar que organismos globais alertam para a gravidade desse risco: um estudo do FMI estima que uma fragmentação intensa do comércio global poderia reduzir em até 7% o PIB mundial no longo prazo. O Fórum Econômico Mundial, por sua vez, classificou o “confronto geoeconômico” como o principal risco global de curto prazo para 2026, destacando o uso crescente de instrumentos econômicos como armas de competição geopolítica, a fragmentação das cadeias de suprimento e o enfraquecimento da capacidade de resposta coordenada a choques.

Nesse contexto, a recente intervenção militar dos Estados Unidos na Venezuela acrescentou novos elementos às tensões geopolíticas na região, ampliando a percepção de fragmentação internacional. O episódio gerou reações variadas de governos e organismos multilaterais e contribuiu para maior incerteza nos mercados, com atenção redobrada aos possíveis efeitos sobre preços de commodities, fluxos de capitais e condições financeiras globais. Para o Brasil, a instabilidade regional tende a não ter impacto direto significativo, dados os limitados níveis de integração financeira e comercial da Venezuela com o resto da região.

O Itaú Unibanco, no entanto, segue atento aos riscos de contágio e reforçou seus mecanismos de monitoramento e resposta, incorporando cenários de estresse geopolítico em seus modelos de risco, com foco especial em volatilidade cambial, preços de commodities e disponibilidade de funding internacional. A instituição também segue avaliando oportunidades e ameaças

decorrentes de possíveis mudanças na geopolítica regional, mantendo seu compromisso com a solidez financeira e o apoio aos seus clientes em um ambiente global cada vez mais incerto.

Em suma, a fragmentação geopolítica e volatilidade global formam um risco emergente central desta década – um risco que o Itaú Unibanco aborda com prudência, planejamento e visão de longo prazo, protegendo a instituição e contribuindo para a estabilidade econômica em meio às mudanças do panorama internacional.¹

Risco de polarização social

A polarização social caracteriza-se pelo aumento de tensões ideológicas, fragmentação do debate público e menor confiança nas instituições. Para um banco com atuação nacional e exposição diversificada a famílias, empresas e setores produtivos, esse contexto amplia incertezas operacionais e institucionais. No Brasil, fatores domésticos relacionados ao ciclo político e ao ambiente institucional podem ampliar volatilidade e sensibilidade a choques sociopolíticos. Esse

ambiente pode afetar percepção de risco, estabilidade macroeconômica, consumo e decisões de investimento, tornando a polarização um risco emergente relevante para a estratégia e os negócios do Itaú Unibanco.

A intensificação da polarização pode gerar impactos sistêmicos sobre o Itaú Unibanco. No âmbito macroeconômico, tensões sociais elevam incertezas, afetam a confiança de agentes econômicos, pressionam prêmios de risco e influenciam variáveis como consumo, investimento e emprego. No crédito, podem ocorrer deterioração de capacidade de pagamento, maior volatilidade setorial e aumento da inadimplência em cenários adversos. Conflitos reputacionais e desinformação também podem afetar relacionamentos com clientes e demais públicos. Adicionalmente, a instabilidade institucional pode influenciar a previsibilidade regulatória e o ambiente de negócios, afetando a atuação em segmentos sensíveis ao cenário político-social.

O Itaú Unibanco integra a polarização social ao seu framework de riscos emergentes, com acompanhamento contínuo em comitês de risco e

análises macroeconômicas periódicas. São utilizados cenários internos que incorporam volatilidade sociopolítica, bem como indicadores proprietários de confiança e tensões sociais.

As carteiras são avaliadas com sensibilidade a choques políticos e institucionais, com ajustes em limites, apetite e modelos de crédito quando necessário. No campo ESG, o banco fortalece práticas de comunicação responsável, inclusão financeira e educação, contribuindo para reduzir vulnerabilidades sociais. Internamente, incentiva diversidade de ideias, ambiente seguro de diálogo e governança robusta para assegurar atuação neutra, transparente e resiliente.

Risco cibernético sistêmico de dependência tecnológica no Itaú Unibanco

Nos últimos anos, a transformação digital foi acelerada pela pandemia e pelas mudanças no cenário regulatório e competitivo, impulsionando um crescimento expressivo no número de clientes que operam de forma totalmente digital. Nesse contexto, o banco passa a depender de maneira

¹ Fontes externas: Reuters/IMF – “IMF warns against fragmentation of global economy, sees 7% hit to GDP” (28/09/2023): <https://finance.yahoo.com/news/imf-warns-against-fragmentation-global-150000265.html>

crescente de tecnologia e de serviços prestados por terceiros – especialmente de provedores de serviços em nuvem – o que aumenta sua exposição a riscos cibernéticos e à concentração de serviços em poucos provedores de cloud.

A combinação de ameaças avançadas – como malwares de última geração, ataques de ransomware e ações coordenadas – com a elevada dependência tecnológica dos sistemas bancários configura um risco sistêmico crítico. Ataques cada vez mais sofisticados podem paralisar infraestruturas digitais essenciais, como o Pix e outros sistemas de pagamento, afetando simultaneamente diversas instituições.

Com a digitalização de praticamente todos os serviços bancários e o uso compartilhado de infraestruturas e fornecedores de TI, uma falha em um único elo pode interromper transações de milhões de clientes e empresas. Esse risco ficou evidente no episódio de 2025, quando invasores comprometeram a rede de um fornecedor do Pix, desviaram cerca de R\$ 1 bilhão e levaram o Banco Central a suspender temporariamente parte das operações.

O Itaú Unibanco está potencialmente exposto a eventos cibernéticos capazes de gerar prejuízos imediatos, como fraudes eletrônicas, pagamento de resgates em ataques de ransomware e interrupções de serviço que dificultam ou impedem o acesso dos clientes ao seu dinheiro. Esses incidentes também podem desencadear consequências reputacionais relevantes, além de riscos legais e regulatórios – já que vazamentos de dados pessoais podem resultar em multas previstas na LGPD e em ações judiciais. No longo prazo, tais eventos contribuem para o desgaste da confiança dos clientes, podendo estimular migração para concorrentes e elevar as exigências de capital e controles por parte de reguladores e investidores. Em nível sistêmico, a elevada volumetria de transações diárias faz com que falhas localizadas tenham potencial de se propagar pelo sistema financeiro nacional.

Para mitigar esse risco, o Itaú Unibanco adota uma estratégia abrangente de proteção e exige de seus parceiros e prestadores de serviço o mesmo nível de compromisso. A instituição investe em processos rigorosos de controle voltados a detectar, prevenir, monitorar continuamente e

responder de forma rápida e eficaz a incidentes de segurança. Sua arquitetura de TI, robusta e resiliente, combina o uso de múltiplos provedores de nuvem (multicloud) — reduzindo a dependência de um único fornecedor e evitando pontos únicos de falha — com a manutenção de data centers próprios por um determinado período como uma medida de segurança adicional.

Além disso, o banco opera com monitoramento 24/7, realiza testes periódicos, simulações de ataque e auditorias independentes e externas para validar a eficácia dos controles. Nossas ações buscam prevenir violações, minimizar riscos de indisponibilidade, proteger a integridade e evitar o vazamento de informações.

O Itaú Unibanco também reforça suas políticas de segurança da informação entre os colaboradores, promovendo treinamentos recorrentes, campanhas de conscientização e disseminação de boas práticas. A instituição participa ativamente de fóruns internacionais, como a Aliança de Segurança na Nuvem (CSA), além de iniciativas setoriais e regulatórias que fortalecem a resiliência do sistema financeiro como um todo.

Riscos associados à inteligência artificial

No Itaú, a inteligência artificial ocupa um papel central na nossa estratégia para alcançar a ambição de sermos a empresa de serviços financeiros mais centrada no cliente do mundo, orientando escolhas de negócio e impulsionando a criação de produtos, serviços e experiências cada vez mais personalizadas, preditivas e eficientes. Mais do que uma tecnologia de apoio, a IA transforma profundamente a maneira como nós trabalhamos, tomamos decisões e construímos soluções em escala, ampliando capacidades humanas e redefinindo processos ao longo de toda a cadeia de valor.

Na prática, isso se traduz em novas formas de lidar com grandes volumes de dados, otimizar fluxos de trabalho e apoiar decisões cada vez mais bem informadas. A tecnologia também permite viabilizarmos interações digitais mais fluidas, contextualizadas e relevantes, que contribuem para o bem-estar financeiro de nossos clientes. Essas capacidades vêm sendo mobilizadas de maneira ampla no ecossistema financeiro, da análise de políticas monetárias ao monitoramento de mercados e previsões econômicas.

Nesse contexto, a estrutura legal para tecnologias de inteligência artificial e aprendizado de máquina se mantém em rápida evolução e ainda apresenta incertezas, exigindo atenção contínua das organizações. No mundo todo, diferentes jurisdições têm avançado na construção de marcos de governança para orientar o uso responsável da tecnologia, como o AI Act da União Europeia, com abordagem baseada em risco e implementação gradual. Nos Estados Unidos, não há ainda uma lei federal abrangente sobre Inteligência Artificial, e o país mantém um arranjo regulatório descentralizado e busca estabelecer um padrão nacional mínimo e conter a fragmentação regulatória.

Já no Brasil, o Projeto de Lei nº 2.338/2023 propõe a criação de um sistema nacional de regulação e governança de IA, com diretrizes de transparência, avaliação de riscos e responsabilização, reforçando a necessidade de estruturas internas que conciliem inovação, conformidade regulatória e gestão de riscos.

Diante desse ambiente regulatório, nos mantemos atentos à evolução dos marcos regulatórios e participamos ativamente do diálogo

com autoridades públicas, reguladores e demais partes interessadas, contribuindo para a construção de um ambiente regulatório que promova a inovação responsável. Para além do avanço do debate regulatório, assumimos o compromisso de desenvolver e aplicar a inteligência artificial de forma responsável como parte de nossa cultura e como um compromisso compartilhado com a sociedade, orientada à geração de valor positivo de longo prazo, ao fortalecimento da confiança no sistema financeiro e à promoção do desenvolvimento econômico sustentável.

Nosso futuro envolve o uso amplo e estratégico da inteligência artificial – o que exige uma aplicação responsável, segura e sustentável, dado que o seu uso em larga escala introduz riscos relevantes. A utilização inadequada da tecnologia pode resultar na reprodução ou amplificação de vieses, na geração de conteúdos imprecisos ou inadequados por modelos generativos, em limitações de explicabilidade de decisões automatizadas e em vulnerabilidades relacionadas à segurança da informação.

Esses riscos podem comprometer a qualidade das decisões e a experiência de clientes, gerar impactos indesejados sobre pessoas e grupos específicos e, sobretudo, afetar a confiança de clientes e parceiros no banco – um de nossos ativos mais importantes – uma vez que episódios de uso inadequado de IA podem resultar em danos reputacionais e perda de credibilidade.

Para enfrentar os desafios relacionados à reprodução de vieses, conteúdo impróprio e interações inadequadas com clientes, o Itaú Unibanco adota uma abordagem proativa e multidisciplinar para sua mitigação, que envolve a análise contínua de dados, processos e resultados, auditorias regulares dos sistemas de IA, ferramentas de monitoramento e avaliação, além da promoção da diversidade nos times de desenvolvimento. Equipes com perfis diversos são mais capazes de identificar riscos, questionar premissas e construir soluções mais justas, equitativas e alinhadas aos princípios éticos do banco.

Estes mecanismos são reforçados por uma política de inteligência artificial responsável que orienta o desenvolvimento e o uso de seus

sistemas de forma ética e segura. Essa política estabelece princípios claros que fortalecem a mitigação de vieses e veiculação de conteúdo impróprio, além de contemplar diretrizes para a proteção de dados dos usuários e para promover a transparência no funcionamento das soluções.

Também determina a existência de mecanismos que mantêm humanos em processos de avaliação de modelos, fronteiras bem definidas sobre o que a IA pode ou não fazer e responsabilização pelos resultados produzidos por modelos e ferramentas de inteligência artificial. Esses princípios se refletem diretamente nas experiências proporcionadas pela plataforma Inteligência Itaú, que utiliza inteligência artificial para criar interações conversacionais adaptadas ao contexto e às necessidades dos clientes.

Entre elas, o banco já oferece a toda sua base de clientes a solução Pix no WhatsApp, em que clientes podem realizar transações por meio do aplicativo de mensagens via texto, imagem ou voz. Além disso, a Inteligência Itaú também conta com experiências que apoiam clientes com consultorias para investimentos e na

gestão de pequenas e médias empresas, combinando dados do banco com informações de mercado para oferecer orientações personalizadas, relevantes e responsáveis.

O olhar estratégico sobre os riscos e oportunidades da inteligência artificial e outras tecnologias emergentes é aprofundado por meio do Instituto de Ciência e Tecnologia Itaú (ICTi), um hub de pesquisa, desenvolvimento e inovação criado pelo banco em 2025 para fomentar conhecimento científico e fortalecer o ecossistema de inovação brasileiro. O ICTi atua em temas relacionados às tecnologias emergentes, o que inclui inteligência artificial e computação quântica, por exemplo, conduzindo pesquisas aplicadas em parceria com universidades brasileiras e internacionais, especialistas e pesquisadores bolsistas.

Em 2025, o Instituto desenvolveu tecnologias proprietárias como o Enviesador, uma solução criada para identificar vieses implícitos em aplicações de inteligência artificial, incluindo modelos de IA generativa. Além disso, desenvolveu, em parceria com o Massachusetts Institute of Technology Computer Science and AI

Lab, novos métodos para a detecção e prevenção de modalidades emergentes de fraudes que utilizam a IA para burlar sistemas de reconhecimento facial.

Em um escopo mais amplo, outra inovação de destaque desenvolvida pelo Instituto no período foi um sistema criado para otimizar interações conversacionais contínuas – aquelas em que um agente de IA entende o contexto da conversa, lembra o que já foi dito e responde de forma conectada a cada nova pergunta. Ele foi desenvolvido para transformar a forma como agentes inteligentes interagem com clientes durante o atendimento em tempo real, garantindo experiências conversacionais mais inteligentes, adaptáveis e escaláveis. Entre seus projetos de destaque, o ICTi também foi responsável pelo desenvolvimento do Corpus Aroeira, um dos maiores conjuntos de dados de texto em português brasileiro para o treinamento de modelos de IA, publicado sob licença aberta não comercial.

O Aroeira amplia as possibilidades de inovação em português, o que contribui com o desenvolvimento científico na região ao reduzir a

dependência de bases de dados predominantemente em inglês ou mandarim, fortalecendo a competitividade do Brasil no cenário global de IA. Além destes exemplos, o ICTi ainda investe em projetos, estudos e pesquisas voltados à eficiência no processamento de linguagem natural, ao desenvolvimento de novos algoritmos, soluções de interpretação automatizada de vídeos para geração de laudos, avaliação automatizada de agentes especializados baseados em modelos de linguagem e inovações em mecanismos de controle para proteção contra ataques em modelos de IA, mensagens impróprias e usos indevidos em interações com clientes.

Em um contexto mais amplo, o Itaú também se mantém atento aos impactos da inteligência artificial na forma como as pessoas trabalham, se desenvolvem e constroem suas trajetórias profissionais. A adoção da tecnologia em escala redefine funções, cria especializações e exige o desenvolvimento contínuo de competências técnicas e comportamentais. Reconhecendo esse cenário, o banco pesquisa, em parceria com algumas das principais universidades do mundo, os impactos da IA no futuro das carreiras e investe

de forma contínua na capacitação de seus colaboradores para que estejam preparados tanto para as transformações que já estão em curso quanto para aquelas que ainda virão.

Essas iniciativas incluem programas voltados ao uso responsável e eficiente de ferramentas de inteligência artificial no desenvolvimento de soluções, na tomada de decisão e na evolução profissional. Ao articular pesquisa e capacitação, o banco apoia a transição para novas carreiras impulsionadas pela IA e reforça seu compromisso em conduzir essa transformação de forma inclusiva, ética e sustentável.

Com uma governança sólida, investimentos contínuos em educação, pesquisa e tecnologias proprietárias e um compromisso claro com o uso responsável da inteligência artificial, avançamos em nossa ambição de ser a instituição financeira mais centrada no cliente do mundo. Ao combinar o uso de inteligência artificial em escala com uma governança bem estabelecida, princípios de segurança e responsabilidade, e experiências cada vez mais personalizadas, o banco

fortalece relações de confiança, antecipa necessidades e constrói soluções alinhadas às transformações do mercado, contribuindo para o bem-estar financeiro de seus clientes e para a construção de um futuro mais inovador, inclusivo e sustentável.

Risco de sofisticação das ameaças digitais

As ameaças digitais evoluem em ritmo acelerado, impulsionadas por tecnologias como a inteligência artificial e, em breve, a computação quântica. Criminosos vêm utilizando IA generativa para criar deepfakes cada vez mais realistas de voz e vídeo, imitando executivos ou familiares de clientes e induzindo vítimas a autorizar transações indevidas. Observa-se, nos últimos anos, um aumento relevante desse tipo de fraude em escala global. Paralelamente, ataques cibernéticos sofisticados — como o ransomware — tornaram-se mais frequentes e passam a incorporar, também, o uso de inteligência artificial para ampliar sua eficácia, automação e capacidade de evasão.

Esses ataques podem paralisar operações bancárias e expor dados

sensíveis, geralmente acompanhados de pedidos de resgate, com relatos recorrentes de crescimento desse tipo de ofensiva contra instituições financeiras na América Latina. As consequências incluem interrupção de serviços, perdas financeiras, vazamento de dados de clientes e danos reputacionais, além do risco de litígios e multas pelos órgãos supervisores.

Nos próximos anos, há o risco de a computação quântica comprometer os atuais padrões de segurança. Computadores quânticos poderão, quando atingirem maturidade tecnológica, quebrar algoritmos de criptografia hoje considerados seguros. Com isso, invasores teriam a capacidade de decifrar dados bancários anteriormente protegidos, falsificar assinaturas digitais ou acessar informações confidenciais, comprometendo a integridade de redes de pagamento e outros sistemas financeiros.

Esses riscos podem acarretar perdas financeiras crescentes, impulsionadas pelo aumento relevante dos golpes, com impacto financeiro direto ao cliente, além de maior exposição a fraudes e interrupções operacionais. O Itaú

Unibanco pode enfrentar disputas com clientes lesados e pressão de reguladores para ressarcimentos, além de abalos na reputação caso suas defesas sejam burladas. Ataques cibernéticos bem-sucedidos também implicariam custos elevados de recuperação e perda de receitas durante a paralisação dos serviços. No limite, a confiança dos clientes na segurança digital — crucial para a fidelização e uso dos canais eletrônicos — ficaria abalada.

Para enfrentar a crescente sofisticação das ameaças digitais, o Itaú Unibanco investe de forma contínua em tecnologia e no fortalecimento de seus protocolos de segurança. No âmbito da prevenção a fraudes, o banco adotou múltiplos fatores de autenticação, como biometria facial, biometria de voz e tokens, e vem aprimorando seus sistemas de detecção em tempo real com o apoio de modelos avançados de inteligência artificial, capazes de identificar comportamentos atípicos em relação ao perfil transacional do cliente.

Adicionalmente, campanhas de conscientização orientam clientes, colaboradores e o mercado sobre novos tipos de golpes e fraudes, contribuindo para o fortalecimento

do ecossistema de pagamentos como um todo e para o aumento do nível geral de segurança.

No campo da cibersegurança, o Itaú Unibanco adota uma estratégia abrangente de proteção, sustentada por monitoramento contínuo e por processos rigorosos voltados à detecção, prevenção e resposta rápida e eficaz a incidentes de segurança.

A instituição opera com monitoramento 24/7 e mantém uma arquitetura de TI robusta e resiliente, baseada em defesa em múltiplas camadas, que combina o uso de múltiplos provedores de nuvem (multicloud), com a manutenção de data centers próprios como medida adicional de segurança, reduzindo riscos de dependência e pontos únicos de falha. Além disso, o banco realiza testes periódicos, simulações de ataque e auditorias independentes e externas para validar a eficácia de seus controles, mantendo planos de continuidade atualizados para diferentes cenários de crise.

Essas ações visam prevenir violações, minimizar riscos de indisponibilidade, proteger a integridade dos sistemas e evitar o



vazamento de informações, exigindo o mesmo nível de compromisso de seus parceiros e prestadores de serviço.

Por fim, diante da evolução da ameaça quântica, o Itaú iniciou estudos para a implementação de criptografia pós-quântica, com o mapeamento e a atualização gradual dos sistemas críticos, de forma

antecipada à maturidade dessa tecnologia. O banco também participa ativamente de fóruns do setor, acompanhando os avanços tecnológicos e contribuindo para a definição de novos padrões de segurança. Dessa forma, o Itaú busca antecipar tendências e fortalecer continuamente suas defesas, preservando a confiança digital dos

clientes frente a ameaças emergentes.

Toda a nossa estratégia de adoção de inteligência artificial é fundamentada em políticas e diretrizes que promovem o uso responsável da tecnologia. Contamos com uma Política de IA Responsável, que orienta o desenvolvimento ético e seguro das

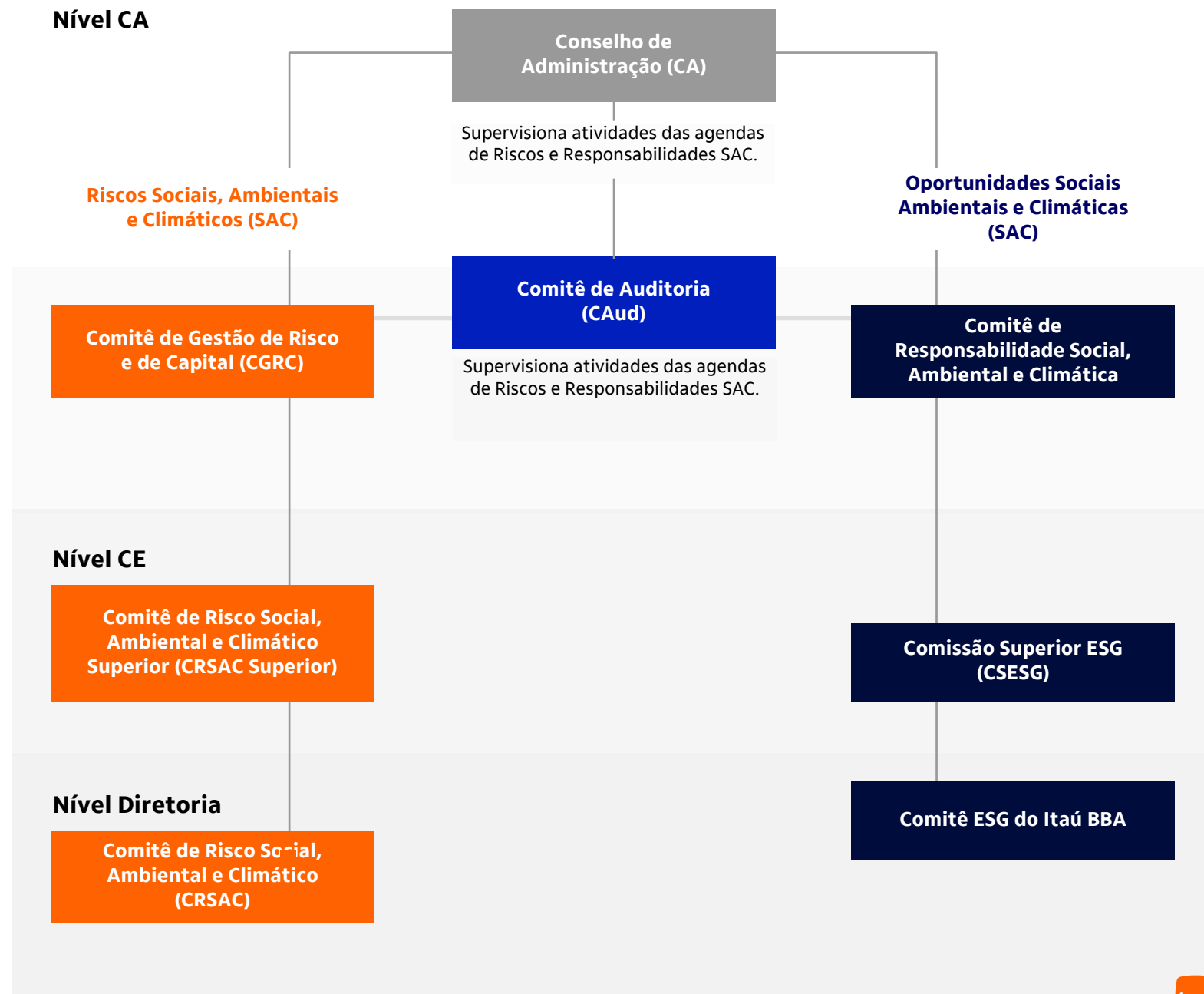
soluções, além de diretrizes de experiência do usuário voltadas às reais necessidades dos clientes. Como complemento, adotamos práticas de IA Red Teaming para identificar vulnerabilidades, testar riscos e fortalecer continuamente os controles de segurança e governança.

Governança de riscos e oportunidades ESG e climáticas

GFANZ | Governança

O Conselho de Administração e o Comitê Executivo supervisionam, gerem e monitoram os riscos e as oportunidades climáticas por meio de comitês periódicos, que discutem, direcionam e deliberam sobre o tema, levando em conta seu potencial impacto para os negócios.

Contamos com especialistas responsáveis pela incorporação do tema em nossas áreas institucionais e de negócios, garantindo a integração da agenda de sustentabilidade no centro da nossa estratégia.



Competências de conselheiros e executivos

Temos em nosso Conselho de Administração membros capacitados em questões climáticas e envolvidos com os temas de bioeconomia, proteção e preservação ambiental de biomas brasileiros e boas práticas ambientais na gestão de empresas e instituições financeiras.

Suas experiências acumulam participações executivas, de gestão, acadêmicas e em organizações voltadas a temas relacionados. Para manter as competências do nosso Conselho sobre o tema, os conselheiros consultam regularmente os times e partes interessadas externas, além de possuir pautas regulares com especialistas.

Contamos com executivos com conhecimento e experiência em mudanças climáticas, que participam ou já participaram de instituições que vêm evoluindo em questões ESG e de clima, como o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), o Pacto Global, a B3, a Comissão de Valores Mobiliários

(CVM), a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Glasgow Financial Alliance for Net Zero (GFANZ) e a IFRS Foundation. Entre as principais competências, podemos destacar a bioeconomia, mudanças climáticas e reporte de informações.

Conselho de Administração (CA)

Responsabilidades: É a instância máxima de supervisão estratégica sobre temas climáticos e ESG na instituição. Cabe ao Conselho aprovar e revisar as Políticas de Responsabilidade e Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, supervisionar riscos e oportunidades relacionados às operações, negócios e investimentos, bem como os impactos decorrentes dessas atividades sobre a sociedade, o meio ambiente e o clima. Também orienta ações voltadas à efetividade das Políticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), com suporte do Comitê de Responsabilidade SAC.

Competências: Para manter as competências do nosso Conselho sobre o tema, os Conselheiros contam com interações regulares com especialistas.

Periodicidade: Periodicamente são discutidos temas relacionados à sustentabilidade e às mudanças climáticas.

Comitês que supervisionam questões climáticas e se reportam ao Conselho de Administração

Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

Responsabilidade: Apoia o Conselho de Administração na supervisão da estratégia ESG e na aplicação das diretrizes da PRSAC, promovendo a integração dos temas sociais, ambientais, climáticos e de investimento social privado às decisões corporativas. Coordena suas atividades junto ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital (CGRC).
Linha de reporte: Conselho de Administração.

Periodicidade: três vezes ao ano.

Comitê de Auditoria (CAud)

Responsabilidade: Discute e supervisiona as ações das áreas responsáveis por Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, e as oportunidades sob responsabilidade da área de Sustentabilidade.

Linha de reporte: Conselho de Administração.

Periodicidade: questões climáticas são discutidas conforme demanda.

Comitê de Gestão de Riscos e Capital (CGRC)

Responsabilidade: é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas responsabilidades relativas à gestão de riscos, incluindo os riscos sociais, ambientais e climáticos, e à gestão de capital. Além disso, coordena suas atividades com o Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

Linha de reporte: Conselho de Administração.

Periodicidade: questões climáticas são discutidas conforme demanda.

Comitê Executivo (CE)

Responsabilidades:

Compõe a Comissão Superior ESG, responsável por garantir o cumprimento da estratégia ESG e Climática.

Compõe o Comitê de Risco Social, Ambiental e Climático Superior (CRSAC Superior), com o mandato de garantir a adequada gestão de riscos relacionados a esses temas.

No âmbito do Itaú BBA, compõe o Comitê ESG IBBA periódico, que conta com o Presidente do IBBA e com os diretores, acompanhando os nossos objetivos de descarbonização.

Implementa a estratégia climática, incorporada ao contrato de metas dos executivos, reforçando sua relevância estratégica para o negócio.

Nossos mecanismos de governança atuam na aprovação, orientação, supervisão, revisão e monitoramento:

- da participação e envolvimento em políticas públicas;
- da análise de cenários;
- do desenvolvimento e implementação do nosso plano de transição climática;
- do processo de avaliação de dependências, impactos, riscos e oportunidades;
- das prioridades de inovação e pesquisa e desenvolvimento (P&D);
- da estratégia e objetivos empresariais;
- das políticas e/ou compromissos da empresa;
- dos incentivos aos trabalhadores;
- das principais despesas de capital;
- dos processos de relatório, auditoria e verificação;
- da conformidade dos fornecedores com os requisitos organizacionais;
- dos orçamentos anuais.

Comitês que supervisionam questões climáticas e se reportam ao Comitê Executivo

Comissão Superior ESG (CSESG)

Responsabilidade: Submete pautas ao Conselho de Administração ou ao Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, conforme a necessidade. Monitora a atuação do Banco frente às principais demandas ESG e climáticas provenientes de mercado, reguladores e sociedade civil.

Composição: CEO do Itaú Unibanco, Chief Financial Officer (CFO), Chief Risk Officer (CRO), Chief Sustainability Officer (CSO) e responsáveis pela pauta discutida.

Periodicidade: três vezes ao ano.

Comitê de Risco Social, Ambiental e Climático Superior (CRSAC Superior)

Responsabilidade: Delibera sobre a tomada de decisão em relação a riscos climáticos indicados pelo CRSAC como de nível superior, pela

complexidade e materialidade do tema.

Composição: CEO do Itaú Unibanco; Presidente do Itaú BBA; Diretor de Riscos (CRO); Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade; Diretor Jurídico.

Periodicidade: questões climáticas são discutidas conforme demanda.

Executivos responsáveis pela supervisão

Chief Executive Officer do Itaú Unibanco (CEO)

Responsabilidade: Estabelece a estratégia climática da organização e supervisiona com aprovação final dos trabalhos.

Presidente do Itaú BBA

Responsabilidade: Supervisão da integração da estratégia net zero em nosso modelo de negócios.

Chief Sustainability Officer (CSO)

Responsabilidade: Lidera a área de Relações Institucionais e Sustentabilidade e atua como responsável pela implementação da estratégia de sustentabilidade, direcionando os times que atuam na implementação e monitoramento

dos compromissos assumidos, sempre alinhada às diretrizes institucionais, tendências de mercado e conhecimento técnico em mudanças climáticas.

Chief Risk Officer (CRO)

Responsabilidade: Responsável pela estrutura de riscos, também responde pela unidade que atua na integração do risco climático à gestão global de riscos da instituição, sendo responsável pela Política de Risco Social, Ambiental e Climático e pelo procedimento específico para a Gestão de Risco Climático. Atua também na interação com reguladores.

Comitê que apoia a Diretoria

Comitê de Risco Social, Ambiental e Climático (CRSAC)

Responsabilidade: delibera sobre assuntos estratégicos, de negócios e institucionais que envolvam o tema de Risco Social, Ambiental e Climático.

Composição: Diretor de Risco de Crédito e Modelagem Atacado, de Sustentabilidade, do Jurídico SAC,

de Crédito CIB /Large/ Agro/ Middle responsável pelo tema, convidados, incluindo Diretores das áreas impactadas.

Periodicidade: questões climáticas são discutidas conforme demanda.

Comitê ESG do Itaú BBA

Responsabilidade: Aprovar, supervisionar e, quando necessário, deliberar sobre o andamento e evolução dos projetos, processos, oportunidades e principais indicadores da agenda ESG do Itaú BBA para assegurar o avanço dessas iniciativas, incluindo entre elas os objetivos para descarbonização de diferentes setores e seus respectivos planos de ação e o acompanhamento do cumprimento dos objetivos de finanças sustentáveis.

Composição: Presidente do Itaú BBA, Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade, Diretor de Estratégia e Produtos do Itaú BBA, além de executivos das áreas de Riscos Social, Ambiental e Climático, Crédito e áreas comerciais.

Periodicidade: trimestral.

Políticas e procedimentos

Contamos com Políticas e Procedimentos específicos, que abordam o tema de mudanças climáticas sob a abrangência de nossa Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

Política de Governança Corporativa (pública)

Consolida os princípios e práticas de Governança Corporativa adotados pelo Itaú, apresenta os Comitês diretamente relacionados ao Conselho de Administração e à sustentabilidade.

Regimento interno do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (público)

Estabelece as diretrizes do Comitê de Responsabilidade SAC, incluindo sua composição, atribuições e funcionamento.

Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) (pública)

Apresenta os princípios e diretrizes que orientam a condução dos negócios, atividades e processos do Itaú Unibanco em relação às naturezas social, ambiental e climática, bem como na sua relação com as partes interessadas.

Política de Gerenciamento de Riscos (interna)

Estabelece as diretrizes e estrutura para gerenciamento de riscos, os papéis e responsabilidades e a integração dos Riscos Social, Ambiental e Climático aos demais riscos.

Política de Riscos Social, Ambiental e Climático (pública)

Estabelece os princípios, as regras, papéis e responsabilidades relacionados ao gerenciamento de Riscos Social, Ambiental e Climático.

Procedimento de Riscos Social, Ambiental e Climático – Crédito **(público)**

Estabelece diretrizes para o gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático para relacionamento de crédito e operações com risco de crédito, incluindo regras e critérios de análise, métricas de monitoramento e atribuição de responsabilidades.

Procedimento de Gestão do Risco Climático (interno)

Formaliza os processos para identificar, avaliar e gerenciar o risco climático, incluindo o processo de mapeamento, avaliação de sensibilidade e os papéis e responsabilidades de gestão.

Procedimento de Objetivo de Finanças Sustentáveis (interno)

Apresenta as diretrizes adotadas na construção do novo objetivo de financiamento sustentável e a classificação das atividades verdes e/ou sociais dos produtos, alinhados à Taxonomia Verde da

Febraban e aos avanços do tema em referências globais.

Procedimento de Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais (interno)

Formaliza o gerenciamento de aspectos e impactos ambientais associados às atividades, produtos e serviços dos polos certificados.

Política Corporativa de Integridade, Ética e Conduta **(pública)**

Apresenta as diretrizes complementares ao Código de Ética do Itaú Unibanco e reconhece a responsabilidade social, ambiental e climática como um pilar de nossa estratégia.

Política de Relações com Investidores (pública)

Orienta a conduta e prevê as responsabilidades dos profissionais de Relações com Investidores, incluindo sua atuação relacionada a temas de sustentabilidade.



Remuneração vinculada ao clima

De acordo com nossa Política de Remuneração dos Administradores, questões ambientais, sociais e de governança afetam a remuneração variável de Administradores e colaboradores envolvidos em atividades, negócios e compromissos relacionados à agenda ESG, por meio de indicadores de desempenho, projetos e iniciativas presentes no critério de desempenho individual em diversos níveis hierárquicos.

Além disso, a fim de mobilizar o trabalho das áreas em busca da melhor experiência para o cliente, todos os administradores possuem no critério de desempenho individual a Meta de Clientes, que tem por objetivo acompanhar e mensurar, através de indicadores, a sustentabilidade dos produtos e serviços ofertados pela organização.

Os contratos de metas são definidos conforme o escopo de atuação de cada área e devidamente desdobrados do nível executivo para os níveis gerenciais e operacionais. Os temas materiais e nossa

estratégia ESG estão refletidos nos contratos de metas de remuneração variável dessas equipes. A seguir apresentamos alguns exemplos:

Objetivos ESG

Finanças Sustentáveis e Transição climática

Temas materiais associados:

Crédito e financiamento sustentável; Adaptação às mudanças climáticas; Gestão ambiental e ecoeficiência; Responsabilidade social e influência política.

Em 2025, tanto nosso CEO quanto dois dos membros do Comitê Executivo foram avaliados por uma meta de peso 5% para questões ESG e climáticas, cujo resultado impactou sua remuneração variável. Essa meta estava vinculada à mobilização de R\$ 1 trilhão em finanças sustentáveis até 2030 para o desenvolvimento sustentável e climático e atuação na COP30 para fortalecimento do setor financeiro na agenda climática.

Nossa diretora de Sustentabilidade possui metas com peso de 60% diretamente relacionadas à agenda climática. Sua atuação, em 2025,

abrangeu, por exemplo, a condução da estratégia do banco para a COP30, o avanço da agenda de transição para a economia de baixo carbono, o direcionamento da estratégia de finanças sustentáveis, entre outros assuntos.

Nossos objetivos e metas climáticas são definidos no curto e longo prazo, garantindo o alinhamento das ações imediatas com os planos estratégicos futuros.

Assim, é possível estabelecer metas de remuneração variável relacionadas ao clima e ao financiamento sustentável nos contratos de metas de remuneração, desde o CEO até executivos, diretores, superintendentes e demais colaboradores de áreas relacionadas aos temas. Seguem, alguns temas abordados nas metas:

Embora os níveis citados, do CEO a colaboradores, tenham metas vinculadas ao ESG, a aplicação específica de cada tema varia por cargo e área sendo ajustada de acordo com as responsabilidades e escopo de cada função.

- Estruturação dos leilões Eco Invest como instrumento de incentivo à transição climática.
- Gestão de oportunidades de integração ESG nas áreas de negócios.
- Capacitação de colaboradores e engajamento de clientes.
- Posicionamentos e advocacy nos temas de mudanças climáticas.
- Estratégia Carbonplace.
- Promoção da evolução da agenda Net Zero.
- Implementação de objetivos de descarbonização, desenvolvimento de soluções e criação de produtos financeiros sustentáveis.
- Apoio técnico e implementação das normas NBC TDS 01 e 02 (correspondentes locais às normas do IFRS S1 e S2).
- Direcionamento e suporte técnico, do ponto de vista climático, na construção e evolução dos produtos da prateleira ESG.

Abordagem climática

GFANZ | Fundamentos | Governança | Estratégia de Engajamento | Estratégia e Implementação

41 Plano de transição climática

43 Nosso modelo de atuação climática

44 Riscos e oportunidades climáticas

Nossa abordagem climática

GFANZ | Fundamentos | GRI 201-2 |

O nosso objetivo transição climática é centralizado em atingir o NetZero até 2050, o que significa reduzir as emissões líquidas de CO₂ equivalente (CO₂e)¹ a zero, por meio da adoção de soluções para a descarbonização. As emissões podem ser ocasionadas pela operação direta (Escopo 1), pelo consumo de energia (Escopo 2), e por fontes que não são controladas pela Companhia, mas estão incluídas em sua atividade de forma ampla, como fornecedores e clientes (Escopo 3).

No caso de um banco, as emissões mais relevantes são aquelas relativas ao portfólio de crédito, isto é, as emissões financiadas (Escopo 3, categoria 15). Isso significa que, para atingir o Net Zero, dependemos também das jornadas de descarbonização dos nossos clientes. Essa estratégia está refletida de forma transversal em nossos negócios, gestão de portfólio, governança, gestão de riscos e oportunidades.



1.O dióxido de carbono equivalente (CO₂e) representa o potencial de aquecimento de todos os diferentes gases de efeito estufa avaliados, convertidos em seu volume equivalente de dióxido de carbono (CO₂). Nesse sentido, quando falamos em CO₂, estamos nos referindo ao dióxido de carbono, enquanto CO₂e inclui outros gases de efeito estufa.

Plano de transição climática

GFANZ | Fundamentos | Governança | Estratégia de Engajamento | Estratégia e Implementação

Governança climática

Supervisão

- Conselho de Administração
- Comitê Executivo
- Executivos (CEO Itaú; Presidente do IBBA; CSO, CRO; CFO)

Políticas de risco e responsabilidade climática

Remuneração climática

Em todos os níveis de acordo com accountability de cada área.

Fluxo de gestão

1. Informações de mercado

Contexto | região | setor | atividade | metodologias

2. Avaliação interna

Dados | informações | análise de cenários | monitoramento de métricas

3. Gestão

Definição da estratégia climática | Decisões sobre modelo de negócio, cadeia de valor, planejamento financeiro para resiliência.

Estratégia de engajamento

para transição climática com stakeholders iniciativas | soluções

Diálogos diretos e coletivos com investidas para aprofundar e discutir desafios climáticos

Parceria com a Academia

Participação em fóruns e associações setoriais

Capacitação de executivos e times comerciais sobre ESG e Clima

Ferramenta interna de diagnóstico da maturidade climática de clientes

Incentivo a melhores práticas de fornecedores

Conexão de empresas a investidores com startups focadas em transição e descarbonização

Mesa de Crédito de Carbono para a voluntária de emissões residuais

Diálogo com setores intensivos em carbono para estímulo à transição

Advocacy junto ao poder público

Reuniões, eventos e newsletter sobre finanças sustentáveis e questões climáticas com clientes e investidas

Estratégia de implementação

para transição climática com stakeholders iniciativas | soluções

Mitigar riscos | Gerar oportunidades

Nos negócios

- Descarbonização da carteira:
- Objetivos de descarbonização setoriais
 - Objetivo estratégico de R\$ 1 trilhão para Finanças Sustentáveis até 2030
 - Desenvolvimento e oferta de produtos, fundos e serviços climáticos
 - Atuação no mercado de carbono
 - Assessoramento de clientes na originação de operações ESG

Nas operações

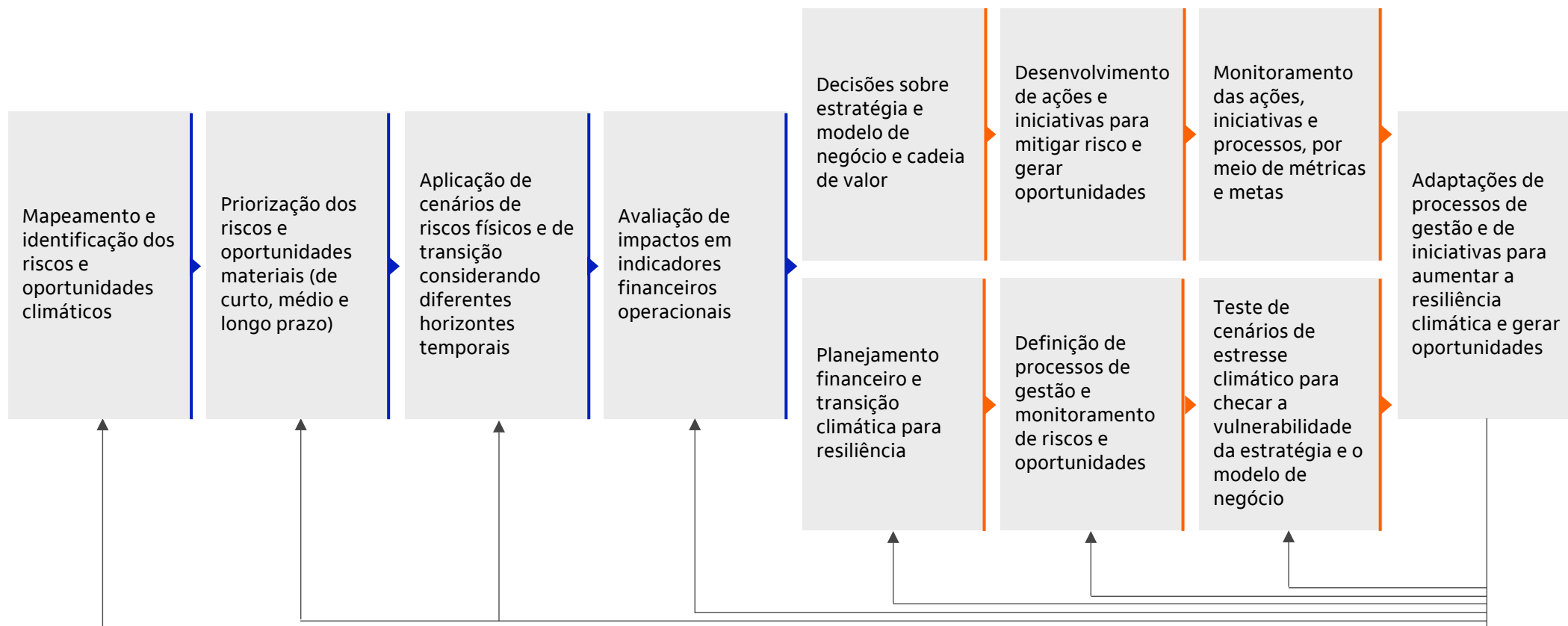
- Geração de energia solar para agências
- Emissões Escopo 2 zeradas por RECs (Certificados de Energia Renovável)
- Investimentos em geração distribuída e instalações solares
- Planos de Adaptação e contingência a riscos climáticos
- Certificações para operações próprias
- Gestão de ecoeficiência

Net Zero 2050 (emissões líquidas de CO₂e)

Nosso modelo de atuação climática para atingimento do Plano de transição

GFANZ | Estratégia de Implementação

Abordagem e embasamento para tomada de decisão



Melhoria contínua

- Decisões tomadas por meio do processo de governança
- Insumos para realização da fase de gestão

Riscos e oportunidades climáticas

GFANZ | Fundamentos

Mapeamento

Mapeamos e identificamos riscos (físicos e de transição) e oportunidades, seus potenciais impactos para a instituição e nossas iniciativas, considerando curto (de 0 a 2 anos), médio prazo (de 2 a 5 anos) e longo prazo (de 5 anos em diante).

Esse mapeamento inicial passa por revisão anual, com base em pesquisas, reportes científicos e documentos de organizações de referência global, como o

Financial Stability Board (G20), World Economic Forum, a Network for Greening the Financial System (NGFS), entre outros.

Riscos identificados

Categoria de risco climáticos	Localização na cadeia de valor	Impacto esperado	Iniciativas de gestão de riscos
Curto prazo (até 2 anos)			
Risco de Transição: regulatório	Transversal.	Maiores custos de atendimento regulatório. Necessidade de incorporação das regulações nos processos de análise do Itaú. Dificuldades no acesso a capital em caso de não cumprimento.	Advocacy com o objetivo de influenciar positivamente a adoção e o alinhamento das iniciativas regulatórias à realidade econômica. Monitoramento e aderência às exigências regulatórias. Participação em grupos de trabalhos multidisciplinares relacionados às mudanças climáticas.
Médio prazo (de 2 a 5 anos)			
Risco Físico: eventos climáticos agudos	Operações com clientes. Operações próprias. Operações da cadeia de valor.	Redução na disponibilidade de água, aumentando os custos de produção na agropecuária e o custo de geração de eletricidade, que podem impactar nossos clientes e, assim, nossa carteira. Chuvas extremas podem impactar alguns clientes do banco assim como nossos polos administrativos e agências.	Sensibilização de crédito de clientes. Planos de contingência a riscos climáticos. Monitoramento de disponibilidade de água para data centers. Avaliação dos fornecedores por meio do CDP Supply Chain.

Categoria de risco climáticos	Localização na cadeia de valor	Impacto esperado	Iniciativas de gestão de riscos
Médio prazo (de 2 a 5 anos)			
Risco de Transição: mercado	Operações com clientes.	Perda de mercado para concorrentes. Redução na lucratividade das empresas.	Participação em associações setoriais com foco climático, como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP Finance Initiative – UNEP-FI), o Pacto Global das Nações Unidas e a Câmara de Comércio Internacional (International Chamber of Commerce – ICC), com o objetivo de acompanhar exigências regulatórias, benchmarks de mercado e iniciativas de padronização de informações. Advocacy com o objetivo de influenciar positivamente a adoção e o alinhamento das iniciativas regulatórias à realidade econômica. Oferta de produtos verdes, como o Plano Empresário Verde e o Reserva Legal.
Longo prazo (acima de 5 anos)			
Risco de Transição: tecnologia	Operações com clientes. Operações próprias.	Não atingimento dos objetivos de descarbonização. Maiores custos operacionais. Maiores custos com compensação de emissões. Riscos reputacionais.	Fortalecimento do Cubo ESG, com foco em apoiar o desenvolvimento tecnológico e a transição de nossos clientes. Parcerias com a academia para apoiar o desenvolvimento tecnológico. Participação em associações setoriais com foco climático. Avaliação de maturidade dos clientes para direcionar a oferta de soluções.
Risco de Transição: reputação	Operações com clientes. Operações próprias.	Governança interna para aprovação de novos produtos verdes. Esforços no mapeamento das partes interessadas e de suas expectativas e no seu engajamento. Ajuste nos objetivos estratégicos das empresas.	Oferta de produtos e serviços com impacto positivo, aumentando a resiliência da carteira. Objetivos e posicionamentos de descarbonização. Phase out de carvão térmico. Objetivos de descarbonização das operações próprias.
Risco físico crônico: alterações nos padrões climáticos	Operações com clientes. Operações próprias.	Impacto na disponibilidade de recursos naturais e hídricos, à biodiversidade, ao bem-estar animal, à saúde do solo e das plantações, necessários à produção agropecuária e industrial, resultando em impactos na economia e na disponibilidade de negócios. Impacto em nossas próprias operações na disponibilidade de recursos hídricos, de energia para refrigeração, gerando maiores gastos com essa demanda, visto que a matriz energética brasileira é, essencialmente, hidrelétrica.	Planos de contingência a riscos climáticos. Monitoramento de disponibilidade de água para data centers. Avaliação de cenários e testes de estresse climáticos. Sensibilização de crédito de clientes. Investimento e apoio a projetos de adaptação e resiliência climática.

Priorização e integração aos riscos tradicionais

Os riscos climáticos têm caráter sistêmico, e por meio de canais de transmissão como eventos físicos extremos e da transição para uma economia de baixo carbono, geram potencial de impactar as demais disciplinas de risco (“riscos tradicionais”).

A partir dos riscos identificados, priorizamos os que têm maior potencial de impactar nossos negócios. Da mesma forma que o mapeamento de riscos, essa priorização ocorre por meio da avaliação de estudos acadêmicos, setoriais e regionais, como a Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF), realizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que capta a percepção das instituições financeiras sobre a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em várias dimensões, incluindo riscos prospectivos, e análise de benchmarking. Ainda, levamos em consideração fatores como concentração do risco nos setores e geografias com maior exposição ou potencial climático.

Para avaliar o reflexo dos riscos climáticos nos riscos tradicionais realizamos análises de cenários climáticos combinadas com testes de stress. Portanto, a nossa abordagem à gestão do risco SAC está integrada nas dimensões de risco tradicionais e na gestão de capital. Esta integração permite-nos avaliar o potencial de materialização dos riscos SAC no âmbito dos quadros de risco tradicionais. Assim, estamos mais resilientes para enfrentar os desafios colocados pelas mudanças climáticas e para aproveitar as oportunidades de crescimento sustentável. Somadas a essas análises, a sensibilidade climática de nossos clientes, nossa exposição setorial e nosso apetite de risco, servem de insumo para embasar nossa estratégia, nosso plano de transição climática e as ações e iniciativas que realizaremos para atingi-lo.

Nossa gestão do risco climático compreende as etapas de identificação, priorização, avaliação, monitoramento e reporte dos riscos

avaliados. Na prática, pode-se traduzir tais etapas por meio de ações como mapeamentos de processos, definição de controles, captura de novas normas e acompanhamento das ações para a sua implementação, registro e gestão de apontamentos de risco em sistemas internos, governança por meio de comitês para a análise colegiada de tolerância ao risco e reporte para o Comitê Executivo e Conselho de Administração. Atuando de forma independente, a equipe de auditoria interna realiza a avaliação do ambiente de gestão dos riscos, controles e governança.

Criamos o Painel de Visão integrada de Riscos SAC, que segue evoluindo com a inclusão de novos riscos monitorados. A ferramenta apoia a gestão de Riscos SAC, por meio de monitoramento de métricas como crédito, mercado, liquidez e exposições a eventos SAC, sendo reportado periodicamente ao Comitê de Riscos Social, Ambiental e Climático (CRSAC).





Efeitos financeiros de riscos

Risco de crédito

Diante do risco de eventos de natureza social, ambiental e climática poderem resultar em perdas financeiras, implementamos um processo que identifica as potenciais perdas de crédito. Este processo considera aspectos como embargos, condições de trabalho degradantes, eventos e desastres extremos, bem como situações com risco significativo identificadas em avaliação individualizada de clientes.

Em 2025, não foram identificadas perdas materiais de crédito associadas a eventos SAC. Esse resultado pode ser atribuído às nossas ações de mitigação, aos treinamentos e especializações, às contratações de consultorias externas para avaliação específica e

i SAIBA MAIS Mais detalhes dessas análises podem ser encontrados no capítulo "[Estratégia climática](#)".

de equipe especializada no assunto, além do uso de ferramentas externas direcionadas.

Risco Operacional

A partir das melhores práticas de mercado de responsabilidade socioambiental como as previstas na SARB 14, e de gestão de risco sociais, ambientais e climáticos (SAC) previsto na Resolução Bacen 4.943, foram definidos critérios para identificação de perdas operacionais relacionadas a eventos SAC nas áreas de riscos, jurídico e patrimônio.

Tais eventos estão relacionados a processos administrativos e judiciais em que a instituição seja ré e a danos a ativos físicos.

Uma vez construída tal identificação, ela foi incorporada no processo existente de geração da base de perdas operacionais e passou a integrar o arcabouço de monitoramento e gestão do risco operacional, que é realizado mensalmente.

No processo de monitoramento desses eventos, ao longo de 2025, não foram identificadas perdas efetivas e provisões significativas.

Risco de Mercado e Liquidez

Assim como no Risco Operacional, a incorporação do Risco Climático na gestão dos Riscos de Mercado e Liquidez seguiu as etapas de identificação e mensuração de potenciais impactos e sensibilidades para, então, ser incorporado dentro do arcabouço vigente de limites, controles e apetite.

Uma vez identificados quais ativos, passivos ou posições possuem maior sensibilidade a eventos SAC, avaliamos o potencial impacto em sua precificação e nos indicadores de gestão de cada disciplina (p.e. VaR, LCR, NSFR).

Neste processo de construção, não foram observados resultados relevantes ao longo de 2025.

Oportunidades identificadas

Sabemos que a transição climática demanda financiamento em mitigação e adaptação, com investimentos em infraestrutura resiliente e novas tecnologias para descarbonização. Para nós, esta é uma agenda de oportunidades e, por isso, estamos empenhados em desenvolver novos produtos e serviços que atendam a realidade climática em que nossos clientes estão inseridos. A tabela abaixo apresenta alguns exemplos, de forma não exaustiva, de como oportunidades climáticas têm sido incorporadas.

Categoria de oportunidade climática	Localização na cadeia de valor	Impacto esperado	Iniciativas de gestão de oportunidades
Curto Prazo (até 2 anos)			
Produtos e serviços.	Operações com clientes.	<ul style="list-style-type: none"> Apoio à jornada de descarbonização de nossos clientes. Aumento das receitas por meio da procura de produtos e serviços com menos emissões. Aumento das receitas por meio de novas soluções de adaptação (por exemplo, produtos e serviços de transferência de riscos de seguro). Melhor posição competitiva para refletir as mudanças de preferências dos consumidores, resultando no aumento das receitas. 	Oferta de produtos e serviços alinhados aos nossos objetivos de descarbonização, como produtos do mercado de capitais, linhas de crédito próprias e de repasse. Contamos ainda com um compromisso de mobilizar R\$ 1 trilhão em finanças sustentáveis até 2030.
Produtos e serviços.	Operações com clientes.	<ul style="list-style-type: none"> Maior oferta de produtos de investimento alinhados aos objetivos de nossos clientes. 	Oferta de fundos com viés ESG: lançamos produtos e serviços de investimento com impacto positivo sobre a sociedade e o meio ambiente. Ao todo, ofertamos nove produtos com estas características aos nossos clientes investidores.
Pesquisa e desenvolvimento (P&D).	Transversal.	<ul style="list-style-type: none"> Apoio à jornada de descarbonização de nossos clientes. Soluções de inovação com foco em Net Zero. Engajamento de clientes e parceiros na jornada net zero. Acesso a novos mercados e conhecimento em mudanças climáticas. 	Apoio à inovação por meio do Cubo ESG, que tem por objetivo apoiar a jornada de descarbonização dos clientes, conectando-os a startups com soluções para os seus principais desafios.

Categoria de oportunidade climática	Localização na cadeia de valor	Impacto esperado	Iniciativas de gestão de oportunidades
Curto Prazo (até 2 anos)			
Pesquisa e desenvolvimento (P&D).	Relacionamento com stakeholders.	Participação em novos mercados e apoio à inovação. Aumento da resiliência de nossos negócios. Acesso ao conhecimento em mudanças climáticas.	Parcerias com a academia: apoiamos o Observatório de Bioeconomia da FGV em estudos sobre bioeconomia, biodiversidade e questões florestais, a Jornada Amazônia, junto à Fundação Certi, para estimular o ecossistema de inovação na região, e o Centro de Inovação em Novas Energias (CINE), da Unicamp, na pesquisa por novas soluções para a transição energética. Apoiamos ainda a realização de estudo com foco em mercado de carbono e bioeconomia junto à International Chamber of Commerce (ICC).
Posicionamento de mercado.	Relacionamento com stakeholders.	Engajamento da indústria na jornada de descarbonização. Melhoria contínua de nossas práticas de gestão climática. Acesso ao conhecimento em mudanças climáticas.	Participação em associações setoriais com foco climático: Febraban, CEBDS, Unep-FI, Pacto Global, GFANZ, PCAF e ICC. Parcerias com a indústria promovem melhorias substanciais em nossa estratégia climática, em decorrência da troca de conhecimentos, benchmarking e metodologias desenvolvidas, cooperando também com a resiliência de nossa estratégia.
Eficiência no uso de recursos.	Operação própria.	Aumento de eficiência. Redução de custo operacional. Maior resiliência das operações frente aos riscos das mudanças climáticas.	Iniciativas para redução das emissões, do consumo de energia e água e da geração de resíduos.
Resiliência.	Operação própria.	Maior resiliência de nossas operações próprias aos riscos físicos oriundos das mudanças climáticas.	Adaptação de nossas agências a riscos físicos: avaliamos a exposição de nossa rede de agências a riscos de inundação decorrentes das mudanças climáticas. O estudo subsidia a adoção de ações para adaptação e melhoria da resiliência do Banco a este tipo de evento.
Resiliência.	Operações com fornecedores.	Maior transparência de dados e informações relacionadas à cadeia de fornecedores. Maior resiliência da cadeia de fornecedores.	Aplicação de questionários e auditorias que visam qualificar práticas ESG e climáticas. Engajamento de nossos fornecedores em temas relacionados às mudanças climáticas, por meio do Programa CDP Supply Chain e ações específicas de letramento.

Categoria de oportunidade climática	Localização na cadeia de valor	Impacto esperado	Iniciativas de gestão de oportunidades
Curto Prazo (até 2 anos)			
Advocacy.	Transversal.	Apoio à jornada de descarbonização de nossos clientes. Maior resiliência a cenários de regulação.	Iniciativas de advocacy com o intuito de influenciar positivamente o desenvolvimento de políticas públicas alinhadas à descarbonização da economia real. Focamos em projetos de lei e políticas que possam impactar a nossa operação e as de nossos clientes.
Médio Prazo (de 2 a 5 anos)			
Resiliência.	Transversal.	Maior resiliência de nossas operações. Integração das questões climáticas aos nossos processos de governança e gestão de riscos e oportunidades.	Melhoria nos processos de gestão de riscos e oportunidades climáticos.
Produtos e serviços.	Operações com clientes.	Apoio à jornada de descarbonização de nossos clientes. Aumento das receitas por meio da procura de produtos e serviços.	Apoio a nossos clientes no Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões: temos acompanhado a evolução no estabelecimento de um Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, no modelo de cap and trade, e entendemos que, como instituição financeira, poderemos apoiar nossos clientes na adequação a esta nova regulamentação.
Longo Prazo (acima de 5 anos)			
Produtos e serviços.	Operações com clientes.	Apoio à jornada de descarbonização de nossos clientes. Soluções de inovação com foco em Net Zero. Engajamento de clientes e parceiros na jornada Net Zero. Acesso a novos mercados e conhecimento em mudanças climáticas.	Financiamento de novas soluções climáticas (hidrogênio verde, CCUS entre outras): acompanhamento contínuo da evolução de novas tecnologias e atuação para influenciar positivamente a agenda de políticas públicas para viabilizar a descarbonização

Resultados financeiros de oportunidades

Produtos e serviços alinhados aos nossos objetivos de descarbonização

A oportunidade mais significativa que identificamos no curto prazo é o apoio à transição dos nossos clientes por meio de mecanismos de financiamento sustentável e climático.

Em 2025, direcionamos R\$ 7,7 bilhões para operações vinculadas ao financiamento climático, incluindo R\$ 22,5 milhões no financiamento de painéis solares, R\$ 1,9 bilhão no financiamento de veículos elétricos e híbridos, R\$ 241,8 milhões em operações verdes, R\$ 4,1 bilhões em operações de crédito vinculadas a metas de sustentabilidade, R\$ 1,2 bilhão em operações com edifícios sustentáveis (Plano Empresário Verde) e R\$ 380,4 milhões no programa Reverte. Este tipo de

financiamento está alinhado com o nosso objetivo de ser o banco da transição climática para os nossos clientes.

Fundos sustentáveis

Dentro da nossa estratégia ESG, estamos empenhados em aumentar a integração de questões ambientais, sociais e de governança nas decisões de investimento e ampliar nossa oferta de produtos e serviços com externalidades positivas ao meio ambiente e à sociedade.

Temos um portfólio de nove produtos abertos para investimento, sendo sete fundos de investimento e três ETFs. Um desses fundos é o Fundo Itaú Active Fix ESG (renda fixa) (IS).

Podemos destacar esse fundo por sua performance acima do CDI e crescimento expressivo, tendo atingido R\$ 2,8 bilhões (patrimônio líquido) ao final de 2025.

O produto investe em empresas de setores econômicos que geram externalidades positivas por meio de seu core business, como saúde, educação, saneamento, energia renovável, habitação popular, entre outros, demonstrando que é possível conciliar retornos acima do mercado com a geração de externalidades positivas para a sociedade e o meio ambiente.

Em linha com este fundo, o novo fundo lançado em 2024 (Horizonte) também investe em setores que promovem externalidades positivas, com um compromisso formal adicional de investir pelo menos 10% de seu patrimônio líquido na região da Amazônia Legal, por meio de empresas que operam na região ou com a maior parte da receita proveniente da região.

Eco Invest

Dentro do conceito do Plano de Transformação Ecológica, o

Governo Federal lançou o programa Eco Invest, com intuito de financiar projetos com benefícios socioambientais e atrair capital estrangeiro. Em 2025, iniciamos o desembolso do 1º leilão - realizado ao final de 2024 - e do 2º leilão, que ocorreu também em 2025. Ambos os leilões na modalidade Blended Finance, que combinam recursos públicos e privados para viabilizar projetos que contribuam com a transformação ecológica no país.

No 1º Leilão fomos contemplados ao fim de 2024 para financiar projetos na modalidade Greenfield em 60 categorias diferentes, alocadas em 4 eixos: Transição Energética, Bioeconomia, Economia Circular e Infraestrutura Verde. Iniciamos em 2025 e até dezembro desembolsamos R\$ 5,45 bilhões — sendo R\$ 2,2 bilhões em operações de crédito e R\$ 3,2 bilhões em títulos de dívida.

Para o 2º Leilão do Eco Invest o enfoque é a viabilização de

projetos voltados à recuperação de terras degradadas para conversão em sistemas produtivos sustentáveis, abrangendo todo o território nacional.

Planejamento financeiro e alocação de recursos

GFANZ | Estratégia de Implementação

Gerenciamento de riscos e capital

O gerenciamento de riscos e capital permeia toda a Instituição e é a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios. Por meio de processos robustos, que englobam testes de estresse, avaliamos a suficiência de capital para fazer frente aos riscos inerentes à nossa operação.

Em conformidade com as regulamentações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), contamos com uma estrutura de gerenciamento contínuo de capital. Por meio dela, controlamos a suficiência de capital para atender aos índices mínimos regulatórios,

além de fazer frente aos riscos e ao planejamento e objetivos estratégicos.

Avaliação anual da adequação do capital

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) avalia a suficiência de capital para fazer frente aos riscos incorridos pela instituição, representados pelo capital regulatório de risco de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos, visando garantir a nossa solidez e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios. Para fazer face a todos os riscos materiais, dispomos de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

O Conselho de Administração, que é o principal órgão responsável pelo gerenciamento do capital, aprova o ICAAP anualmente, assim como aprova as políticas de gerenciamento de capital, as diretrizes relacionadas ao nível de capitalização da organização e o Plano de Recuperação e Saída Organizada (PRSO), que é elaborado em ciclo bianual e submetido ao Banco Central.

Plano de Recuperação e Saída Organizada (PRSO)

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central publicou a Resolução nº 5.187, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação e Saída Organizada (PRSO) pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento 1, cuja exposição total em relação ao PIB seja superior a 10%.

Este plano tem como objetivo restabelecer níveis adequados de capital e liquidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática. Desta maneira, cada instituição conseguiria preservar sua viabilidade financeira, ao mesmo tempo em que mitiga o impacto no Sistema Financeiro Nacional.



SAIBA MAIS Sobre a composição dos índices de requerimentos mínimos de capital no [Pilar 3 – seção Composição de Capital](#).

Gerenciamento de risco de liquidez

Definimos risco de liquidez como a possibilidade de ocorrência de descasamento entre os fluxos de recebimento e pagamento que cause incapacidade de cumprimento dos compromissos assumidos. A gestão da liquidez nos possibilita, simultaneamente, cumprir as exigências operacionais estabelecidas, proteger nosso capital e aproveitar as oportunidades de mercado.

Nosso Conselho de Administração estabelece a política de gestão e controle do risco de liquidez, além de definir limites quantitativos para nossos apetites de risco e aprovar nossos planos de contingência, recuperação e resolução. A Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez (CSRML) é responsável pela/por:

- gestão estratégica do risco de liquidez;
- definição e estabelecimento de orientações para os limites mínimos de liquidez de curto prazo, que são revisados periodicamente com base em projeções de necessidades de caixa em situações atípicas de

mercado (por exemplo, cenários de estresse);

- acompanhamento dos indicadores de liquidez;
- reportar ao Conselho de Administração temas pertinentes ao seu escopo.

Estamos expostos aos efeitos de turbulências e volatilidade nos mercados financeiros globais e na economia dos países nos quais temos negócios, especialmente no Brasil.

Entretanto, devido às nossas fontes estáveis de captação de recursos, incluindo uma ampla base de depósitos e um grande número de bancos correspondentes, com os quais temos relações duradouras, bem como linhas de crédito disponíveis que possibilitam acesso a recursos adicionais quando necessário, não temos historicamente problemas de liquidez, mesmo em períodos de instabilidade nos mercados financeiros internacionais.



SAIBA MAIS no documento Gerenciamento de riscos e capital - [Pilar 3, item "Indicadores de Liquidez" \(página 25\)](#).

Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do Itaú Unibanco, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais

de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;

- perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- stop Loss: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("MtM – Mark to Market");
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, realizamos hedge de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os mais utilizados para a execução destas atividades de hedge, e podem se caracterizar como hedge contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no Itaú Unibanco.

Temos limites específicos que visam melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

Gerenciamento de risco operacional

Nossa gestão de risco operacional e regulatório, definidos com a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falhas de processos internos, pessoas ou sistemas ou pela falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, observa as

boas práticas de mercado, tendências e regulamentações aplicáveis. Destaque para os princípios de Basileia, COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), COBIT (Control Objectives for Information and Related Technologies), IIA (The Institute of Internal Auditors) e uso intensivo de inteligência artificial para desafiar o status quo.

A gestão está integrada às atividades das áreas de negócio e suporte, que são responsáveis diretos pela identificação, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais e de conformidade. O Itaú conta ainda com a Área de Riscos para assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos, visando a definição de parâmetros para o processo de gestão de riscos e sua supervisão, além da Auditoria Interna para avaliação independente e recorrente da adequação e eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e controles internos da organização e da qualidade na execução das responsabilidades atribuídas para atingir as metas estabelecidas pela organização. Os riscos são monitorados de forma

constante e reportados à alta administração por meio de fóruns de governança.

Clima, nossos planos de negócios e alocação de recursos

GFANZ | Estratégia de Implementação

Nossos planos de negócios e nossa alocação de recursos são impactados pelos riscos e oportunidades decorrentes das mudanças climáticas, em termos de receitas, custos, provisionamento e alocação de capital.

Buscamos incorporar nos nossos planos de negócios práticas sustentáveis que mitiguem riscos, capturem novas oportunidades de mercado e atendam às crescentes expectativas de investidores e reguladores.

Um exemplo dessas práticas se dá nas emissões próprias de títulos verdes, sustentáveis e sociais para captação de recursos, alinhadas aos princípios da ICMA e ao Framework de Finanças Sustentáveis do banco, que alcançaram R\$ 6.971 milhões em 2025.

Em termos de alocação de recursos, assumimos o compromisso de mobilizar R\$ 1 trilhão em Finanças Sustentáveis até 2030, reafirmando nosso papel no apoio aos clientes no desenvolvimento de projetos que gerem impacto positivo e contribuam para a mitigação dos riscos climáticos.

Ao priorizar essas iniciativas, ampliamos nossas receitas e diversificamos as fontes de financiamento, ao mesmo tempo em que promovemos benefícios socioambientais relevantes.

Esse compromisso também se traduz em uma vantagem competitiva, ao fortalecer nossa atratividade junto a investidores cada vez mais atentos a critérios de sustentabilidade. O objetivo contempla:

- produtos sustentáveis do varejo, como veículos elétricos e híbridos, repasse verde e finanças inclusivas;
- o financiamento de atividades sustentáveis alinhadas à Taxonomia Verde da Febraban (sistema de classificação criado pela Federação Brasileira de Bancos – Febraban, para caracterizar o crédito bancário no

Brasil sob a ótica socioambiental e climática);

- produtos e títulos com rótulo ESG como operações bilaterais, operações de renda fixa no mercado de capitais (local e externo) e produtos de prateleira:
 - Como exemplo temos a alocação de recursos em operações voltadas para instalações de usinas solares, eólicas e linhas de transmissão, que aumentam a capacidade de energia renovável no Brasil.
 - Para linhas de crédito disponíveis em nossa prateleira, temos o exemplo do Agro, onde priorizamos produtos financeiros que fomentam uma agropecuária de baixa emissão de carbono como a conversão de pastagens degradadas em áreas agriculturáveis, visando ampliar a produção agrícola sem desmatamento.

Em termos de custos e provisionamento, a adaptação às mudanças climáticas de nossas operações próprias exige um investimento em tecnologia e infraestrutura, visando reduzir nossa pegada de carbono, aumentar a nossa eficiência energética e nossa resiliência.

Estratégia climática

GFANZ | Fundamentos | Estratégia de Engajamento | Estratégia e Implementação | Métricas e Metas

56 Gestão de riscos climáticos

65 Estratégia climática e plano de transição

Gestão de riscos climáticos

GFANZ | Fundamentos | Estratégia e Implementação | Métricas e Metas

Análise de cenários de resiliência climática

Após a priorização dos riscos para avaliar a resiliência dos negócios e o impacto dos possíveis danos associados aos riscos climáticos, realizamos anualmente uma série de análises de cenários, tanto de risco de transição, nos baseando em aspectos dos cenários do NGFS (Network for Greening the Financial System), quanto de risco físico com os cenários RCP (Representative Concentration Pathways), desenvolvidos pelo IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas).

No que tange a uma visão de oportunidades, também avaliamos os cenários de transição Net Zero da Agência Internacional de Energia (IEA), cenário do International Aluminum Institute (IAI) e Cenário Nacional de Descarbonização da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que são usados como base para a definição dos nossos objetivos de descarbonização setoriais e nossa ambição comercial.

As análises apresentadas abaixo foram realizadas considerando resultados combinados de cenários de riscos físicos e de transição de nossas atividades, abordando aspectos quantitativos e qualitativos. Ou seja, nela consideramos que, ao mesmo tempo que temos a transição acontecendo, temos também riscos físicos.

Resiliência do portfólio de crédito

Avaliação de resiliência ao risco de transição

Para os exercícios de cenário de transição, analisamos o risco regulatório, bem como nossas características internas e do Brasil.

Essas análises são feitas a fim de entender a particularidade de cada cenário, as variáveis disponíveis, aqueles cuja narrativa melhor se enquadra ao momento atual e futuro do Brasil e que também servem como base para construção de cenários

internos que foram incorporados em nossos exercícios de teste de estresse.

Esses cenários incluem estimativas baseadas em como será a transição para uma economia de baixo carbono, como isso afeta as concentrações de gases do efeito estufa na atmosfera, como os desdobramentos regulatórios nacionais e internacionais afetam o Brasil e, como consequência, nossos clientes, e quais os impactos em diversas variáveis, como PIB e preço do carbono.

Os estudos do teste de estresse nos trazem uma visão holística sobre como os riscos climáticos podem se materializar em diferentes panoramas e impactar nossas operações caso venham a se concretizar.

De forma geral, alinhado com benchmarks realizados e principais práticas reportadas por diferentes órgãos supervisores, realizamos teste de estresse nos diferentes

cenários de transição, com dois tipos de abordagens.

Abordagem bottom-up do teste de estresse: estudamos o potencial de impacto da implementação de um preço de carbono na avaliação de crédito de nossos clientes. Avaliamos e usamos como base cenários mais agressivos, estipulando uma temperatura abaixo de 2 °C, e cenários em linha com a realidade das políticas atuais de taxaço, preço e compensação de carbono e um intervalo de impacto potencial. Este exercício elucida as implicações econômicas e financeiras que nossos clientes podem vir a sofrer, resultando na avaliação da saúde financeira potencial proveniente da taxaço de carbono.

Abordagem top-down do teste de stress: desenvolvemos um novo cenário climático interno que engloba os impactos esperados nos indicadores econômicos de um cenário de transição para uma economia de baixo carbono, considerando as adequações

necessárias provenientes das políticas internacionais de exportação atreladas ao desmatamento. Uma vez incorporado esse efeito, estudamos os potenciais impactos dentro do programa de teste de estresse vigente.

Os resultados do teste de estresse climático fazem parte do exercício de adequação e suficiência de capital (ICAAP).

Avaliação de resiliência ao risco físico na carteira de crédito

Para o mapeamento dos impactos dos eventos físicos em nossa carteira de crédito, as análises são feitas adaptando os cenários RCP às características das regiões nas quais operamos, e com base nas projeções apresentadas por ferramentas amplamente utilizadas e reconhecidas, como a Adapta Brasil, desenvolvida pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Esses cenários também servem como base para construção de cenários

macroeconômicos utilizados no teste de estresse. O Teste de Estresse de Balanço é uma ferramenta amplamente reconhecida na avaliação e mensuração de potenciais riscos para o sistema financeiro e suas instituições.

Desenvolvemos dois exercícios para avaliar impactos de eventos extremos de risco físico sob duas óticas complementares, que estão em contínuo aprimoramento:

Top down: baseada no evento de risco de seca, replicando o impacto de um cenário de restrição hídrica, inspirado no evento que ocorreu em 2000, simulamos o impacto em toda a economia. Esse cenário foi selecionado devido à matriz energética brasileira, majoritariamente, hídrica e ao fato da nossa economia ser dependente de commodities agrícolas, que sofrem forte impacto da disponibilidade hídrica. Por meio de projeções macroeconômicas, estudamos os potenciais impactos que se propagariam no balanço do Banco.

Bottom up: com base em estudos acadêmicos e avaliando alguns eventos recentes, estudamos o impacto de cenários dos eventos listados anteriormente, inclusive os cenários futuros, analisando o RCP 4,5 e RCP 8,5 em nossos portfólios de crédito, levando em consideração a geolocalização dos ativos e exposição ao risco climático.

Nesse exercício, classificamos, em baixo, médio e alto, os riscos por estados e municípios em que temos operações, junto com a concentração alocada em cada um.

A partir dessa classificação, é possível avaliar qual a distribuição da carteira de crédito nas localizações indicadas pelo respectivo nível de risco, para os diferentes eventos climáticos e, a partir do uso de metodologias desenvolvidas internamente, estipular o potencial de perda oriundo de eventos físicos.

Realizamos análises, com abrangência de todas as nossas operações de crédito do Brasil, para os seguintes riscos físicos:

- Risco de seca;
- Risco de inundação e alagamentos;
- Risco de deslizamento;
- Risco de elevação do nível do mar;
- Risco de incêndio.

Com essa avaliação, pudemos ver que os mais relevantes para os negócios do banco são os de seca, inundação e deslizamento de terra. Comparando as imagens apresentadas a seguir, é possível ver a evolução do nível de risco de seca, que foi identificado como o risco com maior potencial de impactar nossos negócios, entre o cenário atual e cenários pessimistas (RCP 8,5) para 2030 e 2050, indicando mudança de comportamento em diversos estados, porém com maior concentração na região Sudeste.

Esses resultados nos trazem insights para a gestão do risco climático.

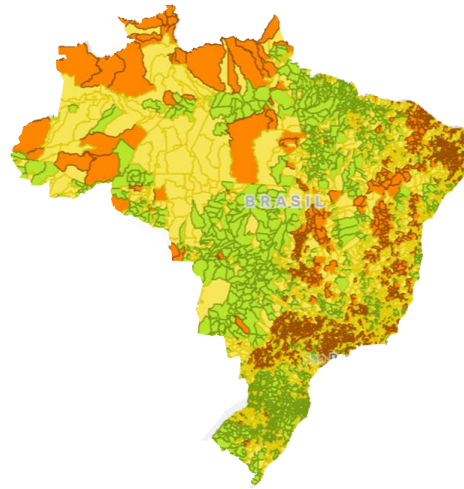
Mapeamento Risco de Seca - Adapta Brasil

Exemplo de resultado de risco de seca, considerando todas as operações de crédito no Brasil, no cenário bottom-up 8,5 RCP.

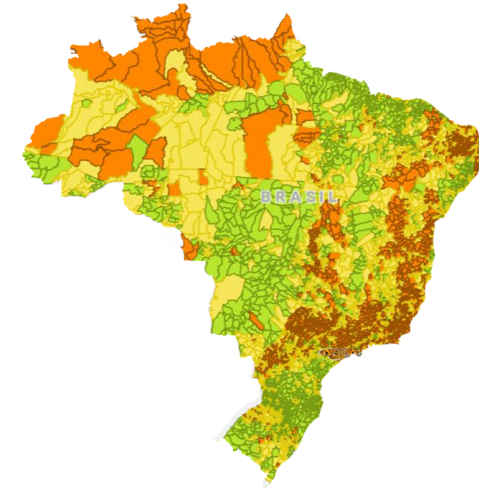
Classificação pelo cenário "Atual"



Classificação pelo cenário "Pessimista - 2030"



Classificação pelo cenário "Pessimista - 2050"



 Baixo  Médio  Alto



Análises complementares na carteira de crédito

Sensibilidade

A identificação, mensuração, avaliação e mitigação do risco social na oferta de crédito seguem diretrizes baseadas nos princípios de relevância e proporcionalidade, que orientam as áreas de negócio e crédito tanto nas concessões, quanto nas renovações de crédito. Nesse sentido, aplicamos uma ferramenta específica para mensurar a sensibilidade da carteira de Grandes Empresas ao risco climático a partir da combinação de duas dimensões atreladas à relevância e à proporcionalidade.

A relevância está associada ao grau de exposição ao risco climático dos setores em que nossos clientes atuam,

considerando a combinação de riscos físicos e de transição, e a qualidade de crédito de cada cliente.

A proporcionalidade leva em consideração questões de crédito por meio de dois fatores: a relação dos prazos das operações vigentes e a concentração que o setor ou cliente representa dentro da carteira de crédito da instituição.

Além da visão portfólio, a metodologia de cálculo de sensibilidade climática também é feita a nível cliente e seu resultado compõe a categorização de risco social, ambiental e climático dos clientes dos segmentos Large, Infra & Energia e Agro, que consiste numa das variáveis que é utilizada nos modelos de crédito para gerar o risk rating desses clientes.

Exposição setorial ao risco climático

Baseado em parâmetros do Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), fazemos a classificação da exposição da nossa carteira de crédito ao risco climático considerando a combinação dos riscos físico e de transição, ponderando as particularidades do Brasil. Abaixo, apresentamos a classificação dos setores de acordo com a exposição climática, que é utilizada como parte da avaliação da exposição do Banco ao risco climático.

- **Baixa exposição** Setores com baixa vulnerabilidade aos impactos do risco físico e possuem baixa contribuição ao agravamento dos riscos climáticos.
- ● **Média exposição** Setores que são dependentes ou estejam correlacionados com os setores de alta exposição e que possuem certa vulnerabilidade quanto aos impactos do risco físico e do risco de transição, além de contribuir de forma mais branda aos efeitos climáticos.
- ● ● **Alta exposição** Setores altamente afetados pelos eventos extremos do risco físico, tanto crônicos quanto agudos, e/ou expostos ao risco de transição e que, pela sua natureza, se não houver ações mitigadoras, contribuem para o agravamento do risco climático.

Açúcar e álcool	● ● ●	Infraestrutura	● ● ●
Administração pública	●	Lazer e turismo	●
Agro e fertilizantes	● ● ●	Materiais de construção	● ● ●
Alimentos e bebidas	● ● ●	Metalurgia e siderurgia	● ● ●
Bancos e outras Instituições	●	Mídia	●
Financeiras bens de capital	● ●	Mineração	● ● ●
Bens duráveis – exceto veículos	● ●	Petróleo e gás	● ● ●
Bens não duráveis	● ●	Petroquímica e química	● ● ●
Celulose e papel	● ● ●	Pessoa Física	●
Comércios diversos	●	Serviços	● ●
Concessões de infraestrutura	● ● ●	Tecnologia	●
Energia	● ● ●	Telecomunicações	●
Ensino e saúde	●	Tradings	● ● ●
Indústria farmacêutica e cosméticos	● ●	Transporte e logística	● ● ●
Imobiliário	● ● ●	Veículos/autopeças	● ● ●

Apetite de risco climático no portfólio de crédito

O apetite de risco define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis e a cultura de risco orienta as iniciativas e ferramentas de gestão estratégica para mitigação de risco e geração de oportunidades.

Para mensuração, monitoramento e controle da saúde da carteira de crédito em relação à sua exposição ao risco climático, o arcabouço de apetite de riscos do banco possui uma métrica específica para monitoramento da concentração do nosso portfólio em setores de alta exposição aos riscos climáticos, sejam eles físicos e/ou de transição.

Em dezembro de 2025, menos de 15% do portfólio de crédito estava concentrado em setores categorizados com “Alta” exposição ao risco climático.



SAIBA MAIS sobre os detalhes das metodologias aqui mencionadas pode ser encontrado em nosso [Relatório ESG](#).

Gestão de risco climático no portfólio de crédito

Grandes empresas

Todos os clientes classificados como grandes empresas (Large, Infra, Energia e Agro) passam por uma categorização individualizada, que considera, além dos riscos setoriais, a sensibilidade climática do cliente e os efeitos físicos e de transição das mudanças climáticas, levando em conta inclusive sua gestão climática. Essa categorização é utilizada nos modelos de cálculo do risk rating de crédito desses clientes, servindo de base para o apreçamento e alocação de capital.

Adicionalmente, produtores rurais e grandes empresas com atuação em setores sensíveis e com alçada de aprovação de crédito sênior passam por uma due diligence aprofundada, que contempla a perspectiva qualitativa e quantitativa do risco climático, e inclui aspectos como avaliação de cenários de risco de seca conforme localização geográfica das plantas dos nossos clientes, metas públicas de redução de emissões e investimentos para transição climática, dentre outros.

Produtores rurais

Aplicamos metodologias específicas de avaliação que podem contemplar, entre outros fatores, a verificação de focos de desmatamento e a suscetibilidade à escassez hídrica conforme cenários do Representative Concentration Pathways (RCP).

Project finance

Para produtos como o financiamento de longo prazo a projetos (modalidade de Project Finance), cujos riscos estão atrelados primariamente aos fluxos de caixa do próprio projeto, aplicamos os Princípios do Equador, que incluem gestão de impactos associados às mudanças climáticas com base em suas diretrizes e nos Padrões de Desempenho da IFC, o que inclui a mensuração e reporte de emissão de Gases do Efeito Estufa além de um Climate Change Risk Assessment (CCRA), cuja abrangência depende da categorização de risco do projeto.

Resiliência de seguros

As Supervisionadas SUSEP (Itaú Seguros, Cia. Itaú de Capitalização e Itaú Vida e Previdência) elaboram o estudo de materialidade a cada três anos para avaliar a solvência em

relação aos riscos de sustentabilidade, nos termos do art. 3º da Circular SUSEP nº 666/2022. O estudo inicial foi realizado em 2023, com nova realização prevista para o segundo semestre de 2026.

O último estudo utilizou métodos de quantificação baseados em cenários de estresse, modelos estatísticos, estudos científicos e análises de sensibilidade. Os resultados das simulações de estresse, por categoria de risco, indicaram imaterialidade para as Supervisionadas, uma vez que não geraram impactos relevantes sobre os níveis de solvência, sinistralidade e caixa. Dessa forma, os riscos relacionados a seguros não foram priorizados nesta divulgação.

As Supervisionadas mantêm boas práticas de gestão, considerando critérios de sustentabilidade nos processos de desenvolvimento, subscrição e precificação de produtos, bem como na seleção de investimentos e na contratação de fornecedores e prestadores de serviços. Tais critérios estão formalizados em políticas internas específicas e são disponibilizados aos colaboradores do Conglomerado Itaú Unibanco, incluindo as Supervisionadas SUSEP.

Adicionalmente, são adotados critérios globais de avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos, bem como os Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI), dos quais o Grupo é signatário desde 2012. O PSI tem como objetivo orientar a indústria de seguros na incorporação de aspectos socioambientais e de governança na gestão de seus negócios.

Resiliência do portfólio do Itaú Asset Management

A Itaú Asset Management conta com uma metodologia de análise própria aliada a serviços especializados contratados para estimar o impacto financeiro de temas ESG e climáticos nos modelos tradicionais de valuation das empresas investidas.

Essa avaliação identifica dimensões multissetoriais e prioriza as dimensões críticas para cada setor no momento de avaliar as empresas. Para avaliação do desempenho de cada empresa são considerados:

- potencial impacto no fluxo de caixa;
- gerenciabilidade;
- disponibilidade de informações.

Como resultado é apresentada uma estimativa de impacto financeiro na data da avaliação. O conhecimento e precificação prévia de temas ESG relevantes auxiliam na identificação de eventos com potencial de geração ou destruição de valor para as empresas.

Entre os fatores ambientais formalmente considerados no nosso modelo de integração ESG, há o tema de Mudanças Climáticas, além de água, energia e materiais; biodiversidade e uso do solo; gestão de resíduos.

Também foi desenvolvida uma ferramenta de análise de cenários climáticos para projetar impactos financeiros das empresas por riscos e oportunidades climáticos ([VaR Climático](#)). Esse estudo foi atualizado em 2023 para refletir novas informações sobre os temas ([link](#)).

Precificação interna de carbono

Atualmente, utilizamos dois mecanismos para a precificação interna de carbono, com abordagens distintas:

Emissões de empresas investidas: a Itaú Asset Management é uma das gestoras pioneiras no Brasil na utilização da precificação de carbono como um dos parâmetros para a integração de cenários e riscos climáticos na avaliação de investimentos.

Em seus modelos de integração ESG e de avaliação sobre a resiliência climática de portfólios, o Itaú Asset adota valores de precificação das emissões de carbono baseados nas melhores práticas globais, como mercados regulados de carbono, para gerar estimativas e cenários de impacto nos resultados das empresas investidas e portfólios de investimento. Os cenários foram gerados adotando valores entre US\$ 45 a US\$ 1.050 por tCO₂e.

Emissões operacionais: No âmbito das emissões operacionais, a

precificação interna de carbono é utilizada como instrumento para identificar e priorizar medidas de mitigação das emissões próprias, além de subsidiar a estratégia de descarbonização do Banco. Esse valor reflete o custo de compensação das emissões, por meio da aquisição de créditos de carbono, e é calculado com base no preço médio dos créditos adquiridos ao longo do ano, sendo aplicado em análises internas. Em 2025, o preço interno definido para os créditos de carbono foi de R\$ 42,76 por tCO₂e.

Por meio de nossa Mesa de Crédito de Carbono, responsável pela geração e comercialização de créditos de alta integridade, em 2025, compensamos 100% das emissões residuais de Escopo 1, relativas ao exercício anterior (2024) e abrangendo as operações no Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Colômbia, por meio da aquisição de 19.405 créditos de carbono provenientes de três tipos de projetos: Arborização, Reflorestamento e Restauração (ARR), Transformação de Aterro em Ecoparque e Energia Renovável. Essa prática está alinhada ao

compromisso do Banco de compensar integralmente suas emissões residuais de Escopo 1, como parte da sua estratégia de gestão e mitigação dos impactos climáticos.

Resiliência da cadeia de fornecedores

A resiliência de nossos negócios envolve uma série de ações internas, que incluem conhecer e mitigar riscos relacionados à nossa cadeia de valor. Para desenvolver estratégias mais eficazes, é essencial entender a diversidade e a complexidade da nossa cadeia. Nosso Questionário ESG para fornecedores possui um pilar dedicado a identificar suas práticas climáticas.

Em 2025, realizamos a Auditoria ESG em nossos fornecedores classificados como pertencentes a segmentos sensíveis — ou seja, categorias consideradas críticas sob a ótica de riscos sociais, ambientais, climáticos e de governança. Para este ciclo, selecionamos 100 parceiros, levando em conta fatores como o nível de risco da categoria, o volume e relevância dos contratos, além do impacto direto para o negócio.

Atualmente, esse processo de auditoria ocorre a cada dois anos e é conduzido com o apoio de uma empresa especializada contratada para garantir a isenção e a qualidade técnica da avaliação. Foram auditados fornecedores de diversos segmentos, incluindo Construção Civil, Serviços de Limpeza, Call Center, Transporte de Numerário, Transporte, Segurança Patrimonial, Eventos, entre outros.

O checklist utilizado na auditoria abrange temas essenciais para a gestão ESG, tais como: Direitos Humanos, Direitos Trabalhistas e Condições de Trabalho, Saúde e Segurança, Gestão de Resíduos e Emissões, Ética e Práticas Anticorrupção. Ao final do processo, cada empresa auditada recebeu um plano de ação individualizado, com recomendações específicas para aprimorar suas práticas e fortalecer a gestão sustentável de suas operações.

Do ponto de vista climático, consideramos fornecedores sensíveis aqueles que estão em setores carbono intensivos e que podem ter algum possível impacto significativo no clima, devido à natureza de suas operações, como transporte e

logística e serviços de energia. Com base nos resultados dessas práticas, podemos definir iniciativas e oportunidades de desenvolvimento climático de nossos fornecedores.

Disponibilizamos ferramentas e os incentivamos na evolução da sua adaptação climática e no fortalecimento de sua resiliência a riscos, garantindo uma cadeia de valor mais robusta e preparada para os desafios futuros.

Adicionalmente, nosso Código de Relacionamento com Fornecedores e o Guia de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e Impacto Positivo para Fornecedores determinam os valores, a conduta e as diretrizes a serem observadas. O contrato padrão com fornecedores exige expressamente o cumprimento das principais legislações relacionadas às temáticas social, ambiental e climática.

Resiliência das operações próprias

Desde 2011, temos atuado para fortalecer a resiliência das nossas operações ao identificar, controlar e mitigar riscos relacionados às nossas instalações. Buscamos promover a

certificação ISO 14001 em nossos maiores prédios administrativos. Em 2024, ampliamos o número de edifícios certificados ambientalmente, levando essa certificação também aos nossos Data Centers e à nova torre da nossa sede administrativa.

Temos painéis fotovoltaicos instalados nos principais prédios administrativos em São Paulo. Em 2025, seguindo nosso compromisso pela transição energética, finalizamos com a totalidade nossos empreendimentos solares conectados em 16 estados brasileiros sob a modalidade de Geração Distribuída.

Durante o ano, injetamos aproximadamente 35 GWh de energia renovável na rede elétrica, promovendo o aumento do acesso a fontes limpas, a redução das emissões de carbono no território nacional e o equilíbrio da matriz energética. As oportunidades identificadas em nossas operações envolvem investimentos contínuos em novas tecnologias e práticas voltadas à diminuição das emissões, dos resíduos e do consumo de água e energia, ressaltando cada vez mais a importância do monitoramento

constante dessas métricas.

Adaptação aos riscos físicos na gestão da operação

Casos de bases de perdas operacionais por eventos climáticos

Realizamos uma avaliação da exposição de nossa rede de agências a riscos físicos das mudanças climáticas com o objetivo de identificar ações para adaptação às mudanças climáticas e melhoria de nossa resiliência.

Plano de adaptação: inundação das agências e interrupção do atendimento ao cliente

Em 2025, intensificamos o acompanhamento de eventos climáticos extremos, principalmente chuvas intensas, que podem afetar parte da rede de agências em todo o país. Esses eventos têm potencial para causar interrupções operacionais, riscos à segurança de clientes e colaboradores, além de impactos financeiros e reputacionais para o banco. Por isso, foi realizado o monitoramento de 100% das agências, levando em conta as condições climáticas, o histórico de

ocorrências e a estrutura dos imóveis.

A priorização das unidades monitoradas segue critérios como o histórico de eventos climáticos, as condições do imóvel e a vulnerabilidade local, permitindo identificar as agências mais suscetíveis a impactos. Com a implementação desse monitoramento, foram registrados 276 incidentes ao longo do ano, sendo que cerca de 18% resultaram em interrupção do atendimento. Não houve registro de acidentes com clientes ou colaboradores nas agências afetadas.

Entre os principais indicadores, 14% das agências apresentaram algum impacto relacionado a eventos climáticos, e o tempo médio de resposta para resolver os incidentes foi de 6 horas.

As ações de monitoramento estão integradas ao plano de manutenção e ao planejamento de continuidade de negócios, com revisões anuais e alinhamento aos planos de contingência corporativos. Além disso, são realizadas vistorias periódicas para

identificar e solucionar questões estruturais nas agências, buscando prevenir problemas antes que eventos climáticos extremos possam causar fechamento ou impactar o atendimento.

Plano de adaptação: Contingência para os riscos hídrico e energético

Nosso plano de contingência abrange os principais centros administrativos, como o Centro Empresarial, Centro Tecnológico e Data Center, que são responsáveis por operações essenciais e pelo suporte às agências digitais. Para garantir a continuidade das atividades, o banco realiza investimentos constantes em manutenção preventiva e testes de contingência, focando na redução de riscos operacionais e ambientais. Entre as ações realizadas estão o monitoramento dos tanques de combustível dos geradores, simulados de falta de energia e a manutenção dos reservatórios de água.

O cronograma operacional prevê revisões semestrais dos sistemas e testes trimestrais de resiliência, o que contribui para fortalecer a infraestrutura e assegurar a

continuidade das operações. As instalações são priorizadas de acordo com sua importância para o negócio, o volume de dados processados e o impacto potencial para clientes digitais.

Nos últimos cinco anos, não houve registros de indisponibilidade significativa de energia ou água nas instalações cobertas pelo plano. O tempo de resposta a alertas foi reduzido para menos de duas horas, garantindo a operação contínua. Entre os principais indicadores, destacam-se a cobertura de 100% das instalações críticas, tempo de resposta inferior a duas horas, disponibilidade operacional de 99,98% e manutenção do nível mínimo dos reservatórios de água em 80% durante todos os testes.

O plano de contingência está integrado ao planejamento estratégico de infraestrutura, com sistemas de monitoramento e resposta rápida, além de revisões anuais dos protocolos de resiliência, reforçando nosso compromisso com a segurança e a continuidade das operações.

Estratégia climática e plano de transição

A transição climática representa uma oportunidade de repensar os modelos de desenvolvimento econômico e de direcionar esforços que contribuam para o alinhamento aos objetivos do Acordo de Paris, em especial a mitigação dos impactos das mudanças climáticas. Trata-se de uma responsabilidade compartilhada entre os diferentes agentes econômicos (públicos e privados, empresas e indivíduos), cuja atuação coordenada é essencial para viabilizar uma economia mais resiliente e de baixo carbono.

Nesse contexto, estabelecemos objetivos de descarbonização alinhados a padrões e referências amplamente reconhecidos pelo mercado, como as orientações da UNEP-FI e as diretrizes da GFANZ. Esses objetivos são sustentados por cenários climáticos baseados na melhor ciência disponível e orientam nossas decisões e iniciativas para apoiar uma transição ordenada, consistente e economicamente viável rumo a uma economia de baixo carbono.

Para atingi-los, dependemos de uma série de transformações e inovações que promovam a redução das emissões na economia real, trazendo oportunidades de negócio para os nossos clientes, com destaque para o estímulo às novas tecnologias de baixa ou zero emissão de carbono, a agricultura de baixo carbono, o fomento às operações de energia limpa, à bioeconomia e à conservação e restauração de nossos ecossistemas.

Engajamos com nossos clientes para mensurar suas emissões e investir em mitigação, além de viabilizar a compensação voluntária, quando aplicável.



SAIBA MAIS sobre os objetivos e a abordagem adotada em cada setor, na seção [“Objetivos de descarbonização: abordagem setorial”](#).

Estratégia de implementação

Setores prioritários para descarbonização

GFANZ | Fundamentos | Estratégia de Implementação | Métricas e Objetivos

Estabelecemos objetivos de descarbonização para setores considerados prioritários pela UNEP-FI (geração de eletricidade, carvão, aço, alumínio, cimento, transporte e agronegócio) reconhecendo sua relevância material para o perfil de emissões financiadas e a existência de rotas tecnológicas já identificadas para a transição para uma economia de baixo carbono.

A definição desses objetivos foi suportada por uma metodologia comum de análise setorial, baseada na avaliação integrada da materialidade das emissões de carbono, da exposição da carteira do banco e das principais alavancas de descarbonização ao longo da cadeia de valor. Para cada setor, conduzimos Grupos de Trabalho

setoriais, responsáveis por aprofundar aspectos metodológicos, premissas de cálculo, fatores de emissão e oportunidades de redução de emissões.

No caso do setor de Óleo e Gás, o posicionamento adotado reflete as características e o atual estágio de desenvolvimento das rotas de transição disponíveis, que ainda apresentam limitações tecnológicas e desafios econômicos, sociais e ambientais relevantes. Diante desse cenário, realizamos um acompanhamento contínuo da evolução regulatória e tecnológica, bem como das distintas trajetórias de descarbonização em discussão no setor e da demanda pelos produtos, monitorando curvas da IEA, IPCC e movimentos de mercado. Ressaltamos que, como diretriz de mitigação de risco climático, atualmente não concedemos crédito, financiamentos, projetos (Project Finance), infraestrutura (Infrastructure Finance) ou serviços de estruturação de títulos de renda fixa (Underwriting Fixed Income Product Activities) a ativos

vinculados à exploração de petróleo e gás não convencional em areias betuminosas e no Ártico.

Para o setor Imobiliário, a abordagem considera as emissões associadas à fase de uso dos imóveis (emissões operacionais). No contexto brasileiro, o setor é caracterizado por uma matriz energética relativamente menos intensiva em carbono e por diferenças em relação às curvas setoriais globais de descarbonização. Temos atuado considerando as tecnologias atualmente disponíveis, uma visão intersetorial e o incentivo a ações voltadas à eficiência no uso de energia, água e equipamentos, com potencial de mitigação de emissões. A evolução regulatória, tecnológica e das práticas de mercado é monitorada de forma contínua para apoiar o aprimoramento da estratégia ao longo do tempo.

Nosso inventário de emissões financiadas é mensurado utilizando a metodologia estabelecida pela PCAF, que incorpora o princípio de atribuição utilizado pelo GHG Protocol que calcula as emissões financiadas com base no fator de atribuição – razão entre o montante financiado ou investido e o valor econômico da empresa ou atividade financiada.



Objetivos setoriais de descarbonização

Setor ¹	Escopos cobertos			Cenário	Linha base		Objetivos de redução				
	1	2	3		Ano	Emissões	Ano	Objetivo	Emissões	Resultado 2024	
Geração de eletricidade	✓			IEA NZE	2021	103 gCO ₂ e/kWh	2030	↓ 63%	38 gCO ₂ e/kWh	31 gCO ₂ e/kWh	
Carvão	✓	✓	✓	IEA NZE	2021	N/A	2030	Phase-out	N/A	N/A	
Cimento	✓	✓		IEA NZE	2022	0,61 tCO ₂ e/t cimento	2030	↓ 23%	0,47 tCO ₂ e/t cimento	0,61 tCO ₂ e/t cimento	
Aço	✓	✓		IEA NZE	2022	1,22 tCO ₂ e/t aço	2030	↓ 23%	0,94 tCO ₂ e/t aço	1,43 tCO ₂ e/t aço	
Alumínio	✓	✓		IAI	2022	3,28 tCO ₂ e/t alumínio	2030	↓ 19%	2,66 tCO ₂ e/t alumínio	3,25 tCO ₂ e/t alumínio	
Transporte - Fabricantes de veículos leves (PJ)			✓ categoria 11	IEA NZE	2022	203 gCO ₂ e/km	2030	↓ 44%	114 gCO ₂ e/km	211 gCO ₂ e/km	
Transporte - Financiamento de veículos leves (PF)	✓			IEA NZE	2022	249 gCO ₂ e/km	2030	↓ 44%	140 gCO ₂ e/km	213,5 gCO ₂ e/km	
Agronegócio - Milho	✓	✓		FGV	2023	0,11 tCO ₂ e/t milho	2030	↓ 36%	0,07 tCO ₂ e/t milho	0,18 tCO ₂ e/t milho	
Agronegócio - Soja	✓	✓		FGV	2023	0,20 tCO ₂ e/ t soja	2030	↓ 25%	0,15 tCO ₂ e/t soja	0,18 tCO ₂ e/t soja	
Agronegócio - Pecuária	✓	✓		FGV	2023	3,09 tCO ₂ e/cabeça	2030	↓ 12%	2,72 tCO ₂ e/cabeça	2,54 tCO ₂ e/t cabeça	
Restrições a financiamento	Escopos cobertos			Compromisso							
Setor	1	2	3	Vigente							
Óleo e gás não convencionais no Ártico e em Areias Betuminosas	✓	✓	✓	Desde 2021, estabelecemos o compromisso de não conceder linhas de crédito, empréstimos, financiamento de projetos (Project Finance) e infraestrutura (Infrastructure Finance), nem estruturação de títulos de renda fixa (Underwriting Fixed Income Product Activities) a ativos relacionados à exploração de petróleo e gás não convencional em areias betuminosas e no Ártico. A restrição se aplica também à expansão de projetos ou novas operações relacionadas a estes tipos de exploração.							

1. A definição dos objetivos de descarbonização setoriais para Eletricidade, Carvão, Cimento, Aço, Alumínio e Agronegócio segue a Versão 1 das diretrizes então vigentes da NZBA.

Dependências e prioridades para descarbonização

GFANZ | Fundamentos | Estratégia de Implementação

A trajetória de descarbonização é complexa. Além dos nossos esforços, avanços tecnológicos em diferentes setores aliados ao desenvolvimento regulatório as políticas públicas terão papel fundamental para garantir a viabilidade econômica de alavancas que permitam a descarbonização do nosso portfólio e da economia real.

Trabalhamos com metodologias alinhadas à ciência e revisamos nossa estratégia continuamente. Em linha com as recomendações científicas, priorizamos, em nosso Plano de Transição as estratégias que promovam a redução das emissões de GEE, quando viável, ou a remoção de carbono.

A despeito dos nossos esforços, fatores que fogem ao controle das instituições financeiras, como o sucesso de políticas públicas que venham na direção de menores emissões de CO₂e, condições macroeconômicas, eventos geopolíticos, alterações nos padrões climáticos e eventos extremos podem agregar volatilidade às emissões de diversos setores da economia e,

consequentemente, ao atingimento de nossos objetivos.

Apoio à inovação e novas tecnologias

GFANZ | Estratégia de Engajamento

O Cubo Itaú tem se consolidado como uma das principais iniciativas de inovação e empreendedorismo tecnológico da América Latina, promovendo a conexão entre startups, grandes empresas e investidores.

Como parte desse ecossistema, o Cubo ESG avançou e é um espaço dedicado à agenda Net Zero, apoiando empresas na transição para uma economia de baixo carbono.

A iniciativa fomenta o desenvolvimento de soluções inovadoras em descarbonização e sustentabilidade, conectando startups a grandes corporações – incluindo clientes do Banco – para acelerar a implementação de novas tecnologias e modelos de negócios sustentáveis, alinhados a uma economia de baixo carbono.

O Cubo tem expandido seu escopo com iniciativas voltadas para deeptechs, startups de base científica com alto potencial de inovação e impacto na transição para uma economia sustentável.

Entre os destaques do ano, tivemos a SP Climate Week, com mais de 2.200 participantes, 100 palestrantes e 800 corporações participantes. O evento impulsionou 58 conexões diretas entre startups e grandes empresas, fomentando inovação e impacto no ecossistema climático.

Finanças sustentáveis

Desenvolvimento de produtos

Possuímos uma Política de Avaliação e Aprovação de Produtos, a qual estabelece a governança apropriada relacionada à avaliação de riscos de projetos. Essa política abrange a criação, a descontinuidade ou a alteração relevante de produtos e serviços. Ela visa viabilizar o desenvolvimento e a implementação de soluções seguras, confiáveis, que atendam as necessidades dos clientes, as diretrizes e políticas institucionais, as leis e regulamentações aplicáveis, bem como as boas práticas de mercado.

O intuito dessa política é garantir que os riscos sejam discutidos e gerenciados e que as decisões sejam sustentáveis a longo prazo. A avaliação de produtos é realizada com uma visão integrada e abrangente dos riscos, considerando os fatores internos

(natureza da atividade, qualificação técnica dos colaboradores, mudanças na organização) e externos (condições econômicas oscilantes, alterações nas legislações e regulamentações vigentes, avanços tecnológicos). Ela inclui, mas não se limita, aos riscos de natureza legal, regulatória, tributária, de imagem, de suitability, socioambiental e climática, cyber security, fraudes, entre outros.

Como resultado da avaliação, são determinadas ações para a mitigação dos riscos identificados, se o nível de risco é aceitável e gerenciável, ou ainda se o produto ou serviço deve ser negado.

Existem procedimentos específicos de cada segmento (Atacado e Varejo), com detalhamento dos Comitês de Risco de Produtos conforme as características do segmento, bem como dos testes de pós-implantação quando aplicável, para acompanhamento da robustez dos processos e controles estabelecidos, adequação ou definição de novos controles e iniciativas de mitigação caso necessário.

O Comitê de Risco de Produtos, quando julgar necessário, pode direcionar o projeto à “Comissão Superior de Produtos”, para avaliação do risco numa instância superior.

Nossos produtos e serviços sustentáveis

GFANZ | Estratégia de Implementação

Oferecemos uma variedade de linhas de crédito para setores ou projetos que trazem contribuição social e/ou ambiental e mitigam os impactos climáticos. Conheça a seguir os principais.

Financiamento de atividades alinhadas à Taxonomia Verde da Febraban

Operações com selo ESG no atacado:

- Operações de crédito com selo ESG
- Títulos de dívidas ESG
- Programa Eco Invest
- Plano Empresário Verde
- Produtos de prateleira do atacado
- Produtos de prateleira do agronegócio:
 - Linha Bioinsumos
 - Linha Energia Solar
 - Certificações (produtores rurais e cooperativas de produção)
 - Plantio de Cobertura (produtores rurais e cooperativas de produção)
 - Programa Reverte

Prateleira de fundos ESG

Seguros

Produtos sustentáveis do Varejo

- Financiamento a veículos elétricos e de baixa emissão GEE
- Repasse verde (taxa diferenciada aos correntistas tomadores de crédito imobiliário enquadrados no Plano Empresário Verde)



SAIBA MAIS sobre nossos produtos de finanças sustentáveis no [Relatório ESG](#).

Mercado de carbono

GFANZ | Estratégia de Engajamento | Estratégia de Implementação

Oferecemos soluções em carbono para nossos clientes com uma estratégia amparada em três principais pilares:

- estruturação de programas de carbono em conjunto com as cadeias de valor de nossos clientes, desde agro a indústrias;

- financiamento a projetos de descarbonização e transição climática;
- assessoria para geração de projetos de créditos de carbono, assim como a comercialização destes créditos para compensação de emissões residuais.

Queremos incentivar nossos clientes a investirem cada vez mais em entender a sua pegada de carbono e identificar projetos que possam contribuir com a redução e/ou remoção de GEE de suas atividades.

Para os casos em que a redução e/ou remoção ainda não é possível, incentivamos que a empresa invista na gestão de suas emissões e utilize o mercado de carbono. Atuamos em todas as frentes, em um conceito de balcão único de atendimento de carbono, que vai desde a origem de projetos até a sua comercialização.

Do lado de origem, assessoramos nossos clientes na identificação de novos projetos que necessitem de financiamento para iniciativas de redução e/ou

remoção e de novos projetos de créditos de carbono que possam ser desenvolvidos e monetizados.

Para a comercialização dos créditos de carbono no mercado voluntário, criamos, em parceria com outros bancos internacionais, a CarbonPlace, comercializadora de créditos de carbono que tem a intenção de facilitar o acesso ao mercado voluntário, promovendo maior liquidez e transparência. A plataforma visa eliminar algumas barreiras, como a falta de transparência em relação aos preços praticados no mercado e liquidez.

A lei 15.042 aprovada em 2024 criou um instrumento importante na política climática brasileira: o mercado regulado de emissões de carbono.

Esse sistema de comércio de permissões de emissões possibilita ao País ter um mecanismo eficiente para alinhar as emissões de parte da indústria às políticas climáticas nacionais, incentivando as companhias a descarbonizarem suas operações, investindo em tecnologias de baixo carbono.

Estratégia de engajamento

GFANZ | Estratégia de Engajamento

Estamos colocando em prática ações para alcançar nossos objetivos de descarbonização por meio da capacitação de nossa força comercial, do engajamento de nossos stakeholders, do diálogo constante com nossos clientes de diferentes setores, para compreender seus desafios e necessidades, do engajamento com associações setoriais e academia e da influência em políticas públicas. Conheça a seguir as principais ações de engajamento no ano.

Engajamento com poder público

Acompanhamos a evolução dessa agenda e atuamos para influenciar positivamente políticas públicas, com destaque para o mercado regulado de carbono, que pode viabilizar a transição climática em diversos setores.

Mantemos uma atuação estratégica e estruturada em advocacy, colaborando com a construção de políticas públicas que vão na

direção de apoiar o atingimento dos Compromissos Nacionalmente Determinados do Brasil no âmbito do Acordo de Paris, bem como com representações do setor privado, associações e entidades de classe.

Nosso compromisso é contribuir para o aprimoramento do ambiente regulatório, promovendo o alinhamento de perspectivas e oferecendo subsídios técnicos para a formulação de políticas públicas e projetos legislativos voltados às agendas ESG e climática.

Taxonomia Sustentável Brasileira

Em 2025, o Governo Federal lançou a primeira fase da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB). O Itaú Unibanco participou ativamente das consultas públicas relacionadas ao seu desenvolvimento, por meio de entidades representativas como a Febraban, a Anbima e o Cebds, que integram o Conselho Consultivo da TSB. Internamente, engajamos as áreas do banco que podem ser impactadas pela nova ferramenta e realizamos estudos

para entender os desafios e as oportunidades que a TSB pode trazer.

A Taxonomia Sustentável Brasileira é um sistema oficial criado pelo governo para classificar atividades econômicas, projetos e ativos que contribuem para objetivos ambientais e sociais no país. Na prática, ela orienta investidores e empresas na alocação de recursos para iniciativas com impactos positivos para o meio ambiente, o clima e a sociedade, além de reduzir o risco de greenwashing. A TSB também é um instrumento estratégico para mobilizar e redirecionar fluxos de capital voltados ao enfrentamento da crise climática.

Atualmente, a TSB ainda não é obrigatória para as instituições financeiras. Continuaremos acompanhando sua evolução para, no futuro, estarmos totalmente alinhados a essa ferramenta. Por enquanto, continuamos utilizando a Taxonomia Verde da Febraban. Consideramos essas iniciativas fundamentais para a padronização de atividades e operações sustentáveis,

e para a consolidação de estratégias que promovam o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Regulamentação do mercado de carbono

Apoiamos, em parceria com outros atores do mercado, as políticas públicas, a governança e as condições macroeconômicas que estimulem a geração e negociação de créditos de carbono de alta integridade no Brasil, explorando positivamente o potencial econômico e ambiental que este ativo pode trazer ao País.

Integramos o Squad de Mercado de Carbono da FEBRABAN e o grupo de trabalho de carbono da Anbima para apoiarmos o desenvolvimento e a estruturação desse mercado e aumentar a contribuição do Brasil no mundo.

O mercado de carbono representa uma oportunidade importante para o País e estamos atentos às evoluções no estabelecimento de um Sistema Brasileiro de Comércio

de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE).

Um marco importante em termos de previsibilidade e estrutura para a precificação do carbono no Brasil, podendo transformar a dinâmica de setores intensivos em emissões ao incorporar o custo do carbono às suas operações. Enquanto setores de baixa intensidade, como energias renováveis, poderão se beneficiar com novas oportunidades de receita advindas da comercialização de créditos e licenças de emissão.

Engajamento em fóruns e associações

Nossa participação em associações comerciais e setoriais leva em consideração as prioridades de atuação e o posicionamento institucional, incluindo nossos compromissos e políticas relacionados à sustentabilidade, mudanças climáticas e ESG.

Temos como objetivo contribuir positivamente para o avanço da agenda de sustentabilidade e mudanças climáticas, além de garantir a aderência de nossa estratégia de descarbonização.

Quando identificadas divergências entre nossa estratégia alinhada a 1,5°C e as associações apoiadas, buscamos harmonizar os objetivos e posicionamentos por meio de diálogos, engajamento e ações de advocacy, amparados por informações técnicas e benchmarks.

Identificamos que 22 associações em que temos filiação podem contribuir com nossa estratégia climática e com o alinhamento a 1,5°C, tendo sido avaliados aspectos como a categoria da associação, o potencial de contribuição para a estratégia de descarbonização e eventuais posicionamentos em relação a esta agenda.

Atuamos em fóruns como o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), o Pacto Global, o Fórum Econômico Mundial, a Câmara de Comércio Internacional e a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e dialogamos com os mais diversos setores da economia real, contribuindo com a disseminação de conhecimento e cooperando com os diferentes desafios de descarbonização.

A participação nestes fóruns tem nos proporcionado um conhecimento mais amplo dos desafios de descarbonização de nossos clientes. Atuamos ainda em fóruns específicos da indústria financeira, como a FEBRABAN, Unep-FI, PCAF e GFANZ, que permitem a troca de conhecimentos e o avanço em iniciativas que potencializam o papel do sistema financeiro na agenda de descarbonização.

Engajamento de colaboradores

Oferecemos aos nossos colaboradores, incluindo executivos e times comerciais, capacitações específicas sobre a agenda ESG e Climática, realizamos eventos de capacitação em formato híbrido sobre temáticas como Net Zero, risco social, ambiental e climático e mercado de carbono e, para nossos executivos, realizamos ações de capacitação e engajamento em temas como economia florestal, biodiversidade, hidrogênio de baixo carbono e mercado de carbono.

Oferecemos treinamentos específicos para atender às demandas de informações aprofundadas de algumas áreas/setores:

No Itaú BBA, nos últimos dois anos, a capacitação das áreas de negócios esteve focada na equalização do conhecimento sobre ESG, abrangendo a estratégia do banco, sua governança interna e a identificação de riscos e oportunidades de negócios.

As trilhas desenvolvidas nesse período permanecem disponíveis na plataforma de aprendizagem para todos os colaboradores no Brasil. Em 2025, as trilhas “ESG Academy” e “ESG na Prática” com foco nos profissionais do Itaú BBA, foram concluídas por 1.541 colaboradores das áreas de negócios e áreas de suporte, reforçando o compromisso com a ampliação das competências relacionadas ao tema.

Ainda no ano de 2025, com a base de conhecimento já consolidada, avançamos para diálogos de aprofundamento com times comerciais mais próximos a setores que fortalecem o pilar de finanças sustentáveis da agenda ESG. Foram realizadas sessões que contaram com a participação de 480 colaboradores, abordando panoramas setoriais, caminhos de descarbonização e identificação de oportunidades ESG.

Considerando a relevância do setor Agro na descarbonização do nosso portfólio, capacitamos nossos times comerciais e de especialistas para a oferta de produtos alinhados às melhores práticas de produção no agro, incluindo a adoção de práticas que reduzem as emissões dos sistemas produtivos.

Conteúdos de treinamento permanecem disponíveis e atualizados para toda a rede, como Biblioteca de Produtos Agro, lâminas comerciais, treinamentos sobre fluxo de RSA em produtos ESG, instruções específicas e demais materiais de apoio.

Uma capacitação ocorreu entre março e agosto de 2025, com carga horária total de 19,5 horas, envolvendo 400 participantes das áreas de backoffice, time comercial, especialistas de vendas, assistentes comerciais e time de crédito. Também foi realizado um treinamento específico para os times de backoffice de contratação sobre a aplicação da cartilha socioambiental na contratação de produtos do portfólio ESG Agro, em abril de 2025, com carga horária de 1,25 horas e participação de 32 colaboradores, focado em boas práticas e cuidados na avaliação de riscos socioambientais.

Fomentamos também o reconhecimento por meio de um programa chamado “Destaque ESG Agro” no qual os colaboradores que se destacaram na agenda ESG são reconhecidos.

Engajamento com investidores e credores

Em 2025, mantivemos um diálogo aberto e contínuo com investidores e credores sobre temas ESG. As conversas focaram principalmente na resiliência às mudanças climáticas e nas estratégias de descarbonização, como gestão de emissões, riscos climáticos e alinhamento a padrões internacionais de reporte. Outros temas abordados incluíram biodiversidade, inteligência artificial, relacionamento com clientes, cibersegurança, diversidade e governança.

As questões levantadas nessas reuniões são repassadas para as áreas responsáveis e consideradas nas decisões estratégicas do banco, com o objetivo de aprimorar nossa gestão, responder às preocupações de investidores e tornar nossa comunicação com o mercado mais transparente.

Além disso, buscamos apoiar

investidores, especialmente estrangeiros, a compreender melhor o contexto climático, econômico, político e regulatório do Brasil. Essa aproximação reforça nosso compromisso com a evolução das práticas sustentáveis e a geração de valor a longo prazo.

Engajamento com clientes

No estabelecimento de nossos objetivos de descarbonização e do plano de transição climática, mantemos diálogo contínuo com clientes de setores prioritários para compreender desafios, prioridades e níveis de maturidade na agenda climática, considerando as especificidades de cada setor e região.

Contamos com times especializados e dedicados à pauta ESG, que oferecem suporte consultivo aos clientes, atuam na estruturação de soluções de finanças sustentáveis e fomentam parcerias estratégicas para impulsionar a transformação sustentável de seus negócios.

Ao longo de 2025, engajamos mais de 1.300 clientes de setores relevantes para nossos objetivos de descarbonização, como metalurgia, siderurgia, infraestrutura, construção, energia, transporte e

agronegócio, além de abordarmos oportunidades relacionadas a finanças sustentáveis.

Complementarmente, disponibilizamos uma newsletter trazendo conteúdos relevantes relacionados a questões sociais ambientais e climáticas que possam impactar nossos clientes, como o cenário regulatório, transição energética, mercado de carbono, eficiência logística, economia circular e agronegócio, totalizando mais de 10 mil clientes engajados.

O Itaú Private Bank também tem realizado diversas ações para o engajamento de clientes de alta renda, como eventos para disseminar conhecimento a respeito do tema ESG, como:

- Debates entre consultorias e clientes no Family Wealth Across Generation (FWAG), evento com nossos clientes em posição de sucessores;
- Ações do programa Itaú Private Women, com palestras, eventos e treinamentos sobre empreendedorismo, esporte e saúde, conhecimento do mercado financeiro, ações voluntárias em prol da sociedade e mentorias;

- Envio de comunicados sobre produtos ESG, ofertando aos clientes Private fundos no Brasil e produtos “offshore” e disponibilizando um guia digital para desmitificar conceitos sobre o tema nos investimentos.

Ferramenta de avaliação de clientes

Para apoiar o engajamento com clientes, gestão de riscos e a identificação de oportunidades, desenvolvemos uma ferramenta proprietária que oferece um diagnóstico abrangente da estratégia ESG de cada empresa a partir da integração de dados públicos e internos.

Ela contribui para o entendimento do estágio de maturidade de cada cliente em temas ESG e climáticos e para o alinhamento com a estratégia do Itaú nessas agendas e com oportunidades em finanças sustentáveis e no mercado de carbono.

Em sua evolução mais recente, o diagnóstico foi aprofundado a partir da incorporação de inteligência artificial, ampliando a eficiência, a consistência e a escala das análises. Esse avanço metodológico permitiu a

reavaliação de mais de 400 clientes do Itaú BBA, com utilização pelas áreas e aplicação em comitês setoriais voltados à discussão de temas ESG materiais.

Ao longo desse processo, o modelo e a metodologia foram continuamente refinados com a contribuição das áreas diretamente envolvidas no tema – como crédito, sustentabilidade, riscos, área comercial, estratégia, entre outras –, incorporando análises históricas e fortalecendo a qualidade e a robustez dos resultados.

Engajamento com fornecedores

Oferecemos a "Plataforma Escola Itaú fornecedores" para apoiá-los em seu letramento com conteúdos ESG e climáticos. Neles abordamos desde a introdução sobre conceitos de mudanças climáticas e seu contexto global, até diretrizes de como mensurar as emissões e conteúdos sobre compensação de emissões. Além disso, realizamos, workshops para fornecedores ativos e para a diretoria responsável por este relacionamento.

Participamos também do programa CDP Supply Chain, por meio do qual desenvolvemos um programa de comunicação e engajamento com nossos fornecedores, considerando os setores de atuação e o volume de seus contratos, para a divulgação de suas informações e práticas ambientais e climáticas.

Com acesso aos dados e análises gerados pelo programa, nossos parceiros podem identificar e gerenciar seus impactos ambientais e climáticos, melhorar suas práticas e aumentar sua resiliência frente às mudanças climáticas e regulatórias.

No último ano, 69% dos fornecedores convidados reportaram suas informações. A expectativa nos próximos anos é ampliar o programa para mais fornecedores, processo essencial para garantir a transparência e a responsabilidade em nossa cadeia de fornecimento.

Engajamento com a academia

Realizamos parcerias com a academia em temas relacionados à agenda climática. Patrocinamos o Observatório de Bioeconomia da FGV, o Centro de Inovação em

Novas Energias da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com participação da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de São Carlos (UFScar) e contamos com a parceria do Insper Agro e do programa Youth COP, por meio do Cubo ESG.

Engajamento com as unidades internacionais

Continuamos atuando de maneira consultiva junto às unidades internacionais prestando orientação técnica e suporte sobre o tema sempre que solicitado. Fortalecemos o engajamento com nossas unidades internacionais por meio da realização de capacitações e encontros técnicos voltados à democratização do conhecimento, como por exemplo Finanças Sustentáveis e Estudos Setoriais, e ao alinhamento da estratégia ESG e Climática do negócio.

Promovemos o intercâmbio de experiências entre as unidades e a participação em eventos de inovação voltados à agenda climática, sustentabilidade e soluções para a transição para uma economia de baixo carbono.

Métricas e objetivos

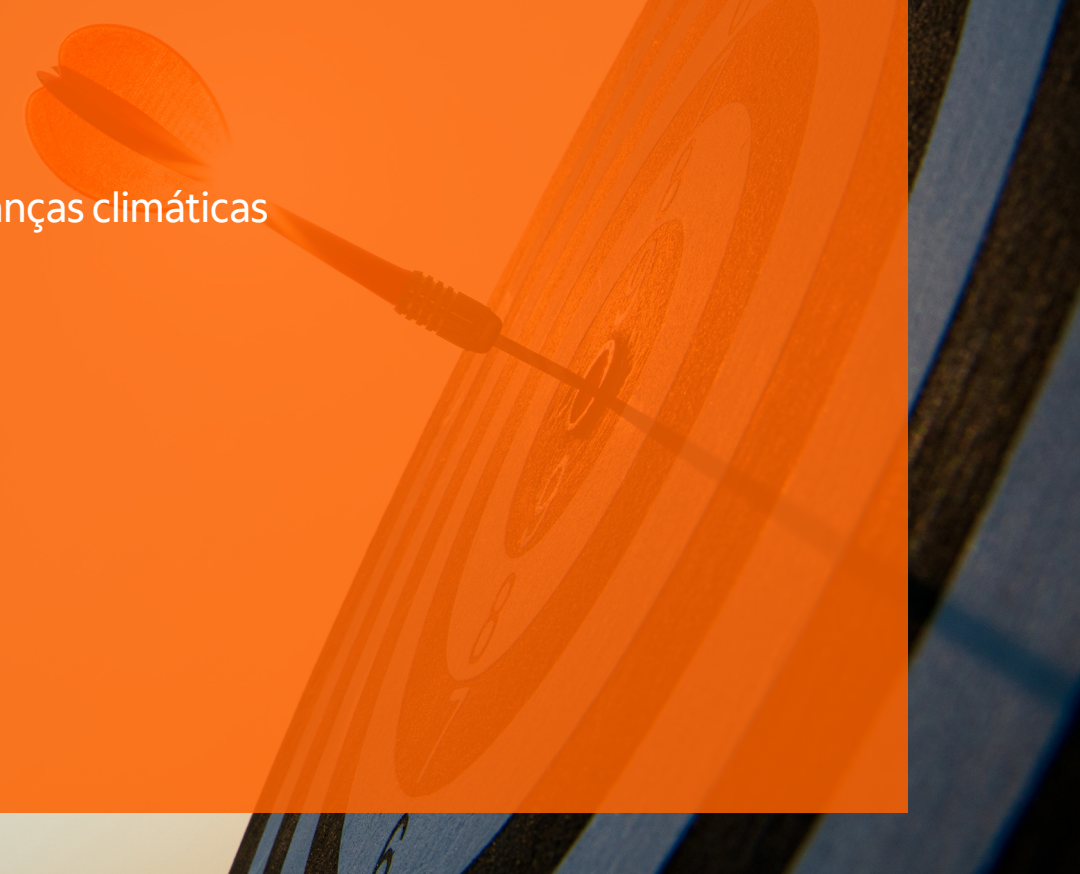
GFANZ | Métricas e Metas

75 Métrica e resultados de emissões

78 Emissões financiadas

83 Métricas e resultados de negócio relacionados às mudanças climáticas

85 Objetivo de descarbonização: abordagem setorial



Métricas e resultados de emissões

Ao longo deste capítulo, iremos apresentar nossas principais métricas e objetivos relacionados às mudanças climáticas, considerando:

- Metas, resultados e detalhamento de cálculo de emissões escopo 1, 2 e 3 (Categorias de 1 a 14).
- Métricas e detalhamento de metodologias para o cálculo de emissões financiadas de escopo 3 (Categoria 15).
- Metas e resultados de negócio relacionados a mudanças climáticas.

- Objetivos de descarbonização e metodologia de cálculo para definição desses objetivos.

Metas e resultados de emissões

As metas apresentadas estão alinhadas ao Acordo de Paris e refletem esforços consistentes para contribuir com trajetórias compatíveis com o limite de aquecimento global de 1,5°C.

Consideramos os seguintes gases no cálculo de nossas emissões: Escopo 1: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), e hidrofluorcarbonetos (HFC); Escopo 2: dióxido de carbono (CO₂); e Escopo 3, desconsiderando a

categoria 15 de emissões financiadas, o dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O).

Para o objetivo Net Zero (escopo 1, 2 e 3) de 2050 consideramos no cálculo o dióxido de carbono (CO₂); metano (CH₄); óxido nitroso (N₂O); hexafluoreto de enxofre (SF₆); trifluoreto de azoto (NF₃); perfluorcarbonetos (PFC); e hidrofluorcarbonetos (HFC).



SAIBA MAIS Para detalhes sobre outras metas e métricas relacionadas a ecoeficiência, como água, resíduos e energia, acesse nosso [Relatório ESG](#).

Tipo	Descrição	Status
Objetivo	Emissões de Escopos 1, 2 e 3 – Brasil: em 2030, atingir a redução de 50% das emissões unificadas Escopos 1 e 2 ¹ e de 50% de escopo 3 ² do Itaú Brasil (ano-base 2023: escopo 1 e 2: 18.738 tCO ₂ e; Escopo 3: 38.263 tCO ₂ e). ¹ Escopo 2: escolha de compra ² Escopo 3: exceto emissões financiadas (categoria 15) e deslocamento casa-trabalho (categoria 7). Os dados referentes à categoria 7 são monitorados em nosso inventário GEE. Contudo, há o desafio de aprimorar sua acurácia para estabelecimento de planos assertivos de redução.	Resultado no longo prazo. Status 2025 (vs. 2023): Escopo 1 e 2 (por escolha de compra): Variação (11,2)% Escopo 3: Variação (7,8)%
Objetivo	Em 2050, reduzir as emissões de escopo 1, 2, 3 e atingir o net zero de emissões líquidas diretas e indiretas.	Resultado no longo prazo.
Objetivo	Emissões de Escopo 1 – Brasil: em 2026, emitir até 14.723 tCO ₂ e.	Resultado no curto prazo.
Objetivo	Emissões de Escopo 1 – Brasil: em 2025, emitir até 16.061 tCO ₂ e.	2025 – 16.634 tCO ₂ e 2024 – 17.997 tCO ₂ e 2023 – 18.738 tCO ₂ e
Objetivo	Emissões de Escopo 2 por escolha de compra – Brasil: manter certificações pela compra de RECs, para que 100% da energia consumida no Brasil seja de fonte renovável com zero emissões pela metodologia de escolha de compra.	2025 – 0 tCO ₂ e 2024 – 0 tCO ₂ e 2023 – 0 tCO ₂ e
Objetivo	Emissões de Escopo 3 - Emissões financiadas (categoria 15) - Pessoa jurídica e física.	Objetivos setoriais de descarbonização, conforme pág. 85

Tipo	Descrição	Status
Objetivo	Emissões de Escopo 2 por localização – Brasil: em 2025, emitir até 17.993 tCO ₂ e.	2025 – 13.366 tCO ₂ e 2024 – 18.422 tCO ₂ e 2023 – 14.336 tCO ₂ e
Objetivo	Em 2026, compensar 100% das emissões residuais de nosso exercício anterior: Escopo 1, para Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Colômbia	Resultado no curto prazo.
Objetivo	Em 2025, compensar 100% das emissões residuais de nosso exercício anterior: Escopo 1, para Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Colômbia	Aquisição de 19.405 Certificados de Redução de Emissões, provenientes de três tipos de projetos: Arborização, Reflorestamento e Restauração (ARR), Transformação de Aterro em Ecoparque e Energia Renovável. Por meio de nossa Mesa de Crédito de Carbono, responsável pela geração e comercialização de créditos de alta integridade, em 2025, compensamos 100% das nossas emissões residuais de Escopo 1 relativas ao nosso exercício anterior (2024), conforme a descrição do objetivo, ao lado.
Métrica monitorada	Emissões financiadas pessoa jurídica (Escopo 3, categoria 15). Considera Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile, Colômbia, Europa, América Central e América do Norte.	2025 – 21,0 milhões tCO ₂ e 2024 – 21,4 milhões tCO ₂ e 2023 – 20,6 milhões tCO ₂ e
Métrica monitorada	Emissões financiadas pessoa física (Escopo 3, categoria 15). Considera Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile, Colômbia, Europa, América Central e América do Norte.	2025 – 0,9 milhões tCO ₂ e 2024 – 1,0 milhões tCO ₂ e 2023 – 1,8 milhões tCO ₂ e
Métrica monitorada	Emissões de Escopo 3 – Brasil, exceto emissões financiadas (categoria 15)	2025 – 61.607 tCO ₂ e 2024 – 76.954 tCO ₂ e 2023 – 62.682 tCO ₂ e
Métrica monitorada	Emissões de Escopo 1 – Latam Em 2023, considera Paraguai e Uruguai. A partir de 2024, considera Paraguai, Uruguai, Chile e Colômbia.	2025 – 1.753 tCO ₂ e 2024 – 1.408 tCO ₂ e 2023 – 470 tCO ₂ e
Métrica monitorada	Emissões de Escopo 2 por localização – Latam Em 2023, considera Paraguai e Uruguai. A partir de 2024, considera Paraguai, Uruguai, Chile e Colômbia.	2025 – 1.849 tCO ₂ e 2024 – 2.278 tCO ₂ e 2023 – 132 tCO ₂ e
Métrica monitorada	Emissões de Escopo 2 por escolha de compra – Latam Em 2023, considera Paraguai e Uruguai. A partir de 2024, considera Paraguai, Uruguai, Chile e Colômbia.	2025 – 0 tCO ₂ e 2024 – 124 tCO ₂ e 2023 – 132 tCO ₂ e
Métrica monitorada	Emissões de Escopo 3 – Latam, exceto emissões financiadas (categoria 15) Em 2023, considera Paraguai e Uruguai. A partir de 2024, considera Paraguai, Uruguai, Chile e Colômbia.	2025 – 4.936 tCO ₂ e 2024 – 5.143 tCO ₂ e 2023 – 808 tCO ₂ e

Categorias de Escopo 3 - Brasil ¹	Emissões (tCO ₂ e)			Justificativa
	2023	2024	2025	
1. Bens e serviços adquiridos	-	-	-	Avaliada como não material em função da natureza das operações do banco, predominantemente baseadas em serviços, com baixo consumo de insumos físicos e ausência de cadeias produtivas intensivas em carbono. Dessa forma, a categoria não é considerada relevante para o perfil de emissões do Grupo no escopo 3.
2. Bens de capital	-	-	-	Avaliada como não material, uma vez que os investimentos em bens de capital do banco são majoritariamente relacionados a infraestrutura administrativa e tecnologia da informação, com baixa intensidade de emissões quando comparados às emissões financiadas e às operações próprias
3. Atividades relacionadas a combustível e energia não incluídas nos Escopos 1 ou 2	-	-	-	Avaliada como não material, considerando que as principais emissões associadas ao consumo de energia e combustíveis nas operações do banco já são contabilizadas nos escopos 1 e 2. As emissões remanescentes desta categoria, como transporte de combustível para geradores, possuem baixa relevância potencial no contexto das emissões totais do banco.
4. Transporte e distribuição upstream	10.343	5.884	4.923	
5. Resíduos gerados nas operações	4.647	4.293	4.297	
6. Viagens de negócios	22.920	25.051	26.068	
7. Deslocamento de empregados (commuting)	24.419	40.076	26.319	
8. Ativos arrendados upstream	-	-	-	Não aplicável. O consumo de eletricidade e as emissões associadas às instalações operacionais do banco, incluindo imóveis arrendados, são integralmente considerados nos escopos 1 e 2, não gerando emissões adicionais nesta categoria.
9. Transporte e distribuição downstream	353	1.650	-	Não aplicável. Em 2025, após revisão dos dados, não foram identificadas atividades de transporte e distribuição downstream, uma vez que os transportes relacionados às operações do banco são custeados pela própria organização e, portanto, enquadram-se na categoria de transporte e distribuição upstream (categoria 3.4), conforme diretrizes do GHG Protocol.
10. Processamento dos produtos vendidos	-	-	-	Não aplicável. O banco não comercializa produtos físicos ou intermediários que demandem processamento, transformação ou integração a outros produtos.
11. Uso de produtos vendidos	-	-	-	Avaliada como não material, uma vez que os produtos oferecidos pelo banco são de natureza financeira e não correspondem a bens físicos cujo uso direto pelo cliente gere emissões de GEE.
12. Tratamento de fim de vida de produtos vendidos	-	-	-	Avaliada como não material, considerando que o banco não comercializa produtos físicos que demandem tratamento ou disposição final ao término de sua vida útil.
13. Ativos arrendados downstream	-	-	-	Não aplicável. O banco não realiza atividades de locação de ativos, imóveis ou equipamentos a terceiros.
14. Franquias	-	-	-	Não aplicável. O banco não opera por meio de franquias.
15. Investimentos (Emissões financiadas)	22.451.714	22.390.001	21.926.563	Valores referentes à soma de emissões financiadas de Pessoa jurídica e de Pessoa física.
Outros (upstream)	-	-	-	Não aplicável. Não foram identificadas outras categorias upstream relevantes além daquelas previstas no GHG Protocol.
Outros (downstream)	-	-	-	Não aplicável. Não foram identificadas outras categorias downstream relevantes além daquelas previstas no GHG Protocol.
Total Escopo 3	22.514.396	22.466.955	21.988.170	

1. A tabela considera valores somente do Brasil, exceto para a parte da categoria 15 referente a Pessoa jurídica, que considera Brasil, Europa, América Central, América do Norte, Paraguai, Uruguai, Chile e Colômbia.

Emissões financiadas

Como parte da estratégia do banco para a transição para uma economia de baixo carbono, as emissões financiadas representam um elemento central na avaliação e no monitoramento dos impactos climáticos associados às nossas atividades de concessão de crédito. Esse acompanhamento integra a nossa governança climática e apoia o direcionamento de ações voltadas à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) associadas a essas atividades.

Nesse contexto, a governança é orientada pelas diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), bem como por orientações específicas por setor, definidas em procedimentos internos. E como parte dela, temos o Comitê ESG Itaú BBA com papel de supervisão, deliberação e monitoramento das estratégias de descarbonização setoriais e de seus respectivos planos de ação.

Para a mensuração das emissões financiadas, são adotadas as diretrizes da Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF). Buscamos avançar na estruturação de processos internos, com maior automatização dos cálculos e aprimoramento da coleta e do tratamento de dados, com o objetivo de ampliar a precisão e a abrangência do inventário. Esse aprimoramento considera as particularidades dos diferentes setores da carteira de crédito, apresentados nos subitens a seguir, que abrangem a carteira de crédito de pessoas jurídicas e a carteira de crédito de pessoas físicas.

Em 2025, as emissões financiadas totalizaram 21,9 milhões de tCO₂e, uma redução de 2,2% em relação a 2024 (22,4 milhões de tCO₂e), mesmo com o aumento de 9,7% no saldo da carteira avaliada (de R\$ 1.359,1 bilhões para R\$ 1.490,8 bilhões). O resultado indica evolução na gestão de riscos climáticos e um portfólio progressivamente mais alinhado à economia de baixo carbono.

Panorama de emissões financiadas	2023	2024	2025	Var.
Total de emissões financiadas Escopos 1 e 2 (MM tCO₂e)	22,5	22,4	21,9	-2,2 %
Valor da carteira avaliada (R\$ bilhão)	716,1	863,3	928,3	7,5%
Total da carteira de crédito (R\$ bilhão)	1.176,5	1.359,1	1.490,8	9,7 %
Cobertura de avaliação em relação ao total da carteira (%)	60,9 %	63,5 %	62,3 %	-1,2 p.p.
Cobertura de avaliação em relação a carteira com metodologia aplicável (%) ¹	100 %	100 %	100 %	—
Valor da carteira sem metodologia aplicável (R\$ bilhão)	460,4	495,9	562,8	13,5 %

1. O Índice de cobertura da carteira foi calculado pela razão entre o valor da carteira avaliada e o valor total da carteira para o qual já existe metodologia PCAF disponível.

Compromisso e desafios

Reforçamos nosso compromisso com a meta de nos tornarmos Net Zero até 2050, atuando para reduzir emissões e apoiar a transição dos clientes para modelos de negócio mais sustentáveis. Seguimos priorizando o engajamento setorial e a promoção de práticas de menor intensidade de carbono.

Permanecem, porém, desafios relacionados à disponibilidade e padronização de informações — especialmente em determinados setores e regiões, o que reforça a importância de ampliar a qualidade e a granularidade dos dados divulgados pelos clientes.

Metodologia de cálculo de emissões

A PCAF contempla diferentes classes de ativos¹ e utiliza níveis de qualidade de dados representados por scores metodológicos. Quanto maior a disponibilidade de dados de emissões e informações financeiras padronizadas reportadas pelos clientes, maior a precisão do cálculo e melhor o score (em escala na qual 1 representa a melhor qualidade e 5, a menor).

Quando essas informações não estão disponíveis, aplicamos abordagens baseadas em fatores de emissão (associados aos métodos de menor acurácia previstos pela metodologia PCAF) e proxies compatíveis com o score 4 e 5.

Carteira de crédito – Pessoa jurídica

A seguir, apresentamos as emissões financiadas da carteira de crédito e de títulos de pessoas jurídicas, detalhando os critérios adotados para cada score e a respectiva distribuição da carteira, com comparativo dos últimos três anos. Para a carteira de crédito, adotamos a metodologia da classe de ativos Business Loans and Unlisted Equity; para a carteira de títulos, a metodologia de Listed Equity and Corporate Bonds, conforme recomendação da PCAF².

Os dados incluem as emissões de Escopo 1 e Escopo 2 dos clientes pessoa jurídica. Para a América Latina, consideramos as operações de Paraguai, Uruguai, Chile e Colômbia. As demais unidades internacionais abrangem Europa, América Central e América do Norte.

Atualmente, 23,2% da carteira de crédito e títulos para pessoas jurídicas apresenta score 1, 2 ou 3, o que indica o uso de dados públicos reportados pelos clientes. Os demais 76,8% apresentam scores 4 ou 5, baseados em estimativas.

Em 2024, essa proporção era de 22% em scores 1–3, o que demonstra estabilidade na qualidade dos dados disponíveis. No total, as emissões financiadas de Escopo 3 — categoria 15 (investimentos) — do portfólio de pessoas jurídicas avaliado somaram 8,6 milhões de tCO₂e.

Emissões financiadas Escopo 1 e 2 - Pessoa jurídica	2023	2024	2025	Var.
Total de emissões financiadas (MM tCO₂e)	20,6	21,4	21,0	-1,9%
Valor da carteira avaliada (R\$ bilhão)	588,1	700,2	750,6	7,2%
Emissões financiadas relativas Escopos 1 e 2 (MM tCO ₂ e/R\$ bilhão)	0,035	0,031	0,028	-9,7%
Cobertura de avaliação em relação a carteira com metodologia aplicável (%) ¹	100%	100%	100%	—
Score de qualidade ponderado PCAF - Escala de 5 a 1 (sendo 1 o melhor desempenho)	3,83	3,72	3,72	—

1. O índice de cobertura da carteira foi calculado pela razão entre o valor da carteira avaliada e o valor total da carteira para o qual já existe metodologia PCAF disponível.

Qualidade de dados utilizados no cálculo de emissões financiadas	2023	2024	2025	Var.
Score 1 – Emissões publicadas e asseguradas	16,5%	20,2%	19,3%	-0,9 p.p.
Score 2 – Emissões publicadas, mas não asseguradas	1,9%	2,2%	3,2%	1,0 p.p.
Score 3 – Emissões estimadas por produção física	1,4%	1,0%	0,7%	-0,3 p.p.
Score 4 – Emissões estimadas por faturamento	42,2%	39,0%	39,3%	0,3 p.p.
Score 5 – Emissões estimadas pelo crédito contratado	38,1%	37,6%	37,5%	-0,1 p.p.

1. Classes de ativos consideradas incluem, entre outras: títulos corporativos e patrimoniais (listados e não listados), carteira de empréstimos, financiamento a projetos, projetos imobiliários, hipotecas, financiamento de veículos e títulos de dívida pública.

2. Para maiores detalhes sobre os métodos de cálculo das categorias de ativo cobertas pela PCAF, consultar o Manual [The Global GHG Accounting & Reporting Standard – Part A Financed Emissions](#).

Intensidade de emissões financiadas por classe de ativos - Pessoa jurídica	Emissões financiadas Escopos 1 e 2 (MM tCO ₂ e)			Carteira de crédito (R\$ bilhão)			Emissões financiadas relativas Escopos 1 e 2 (MM tCO ₂ e/R\$ bi)		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025
Empréstimos comerciais	11,7	11,3	11,2	412,2	481,8	508,9	0,028	0,023	0,022
Títulos corporativos	8,9	10,1	9,9	175,9	218,5	241,7	0,051	0,046	0,041
Intensidade de emissões financiadas por região - Pessoa jurídica									
Brasil	15,3	15,1	15,3	410,3	474,2	530,0	0,037	0,032	0,029
América Latina - Paraguai, Uruguai, Chile e Colômbia	3,0	3,9	3,5	108,7	131,8	135,3	0,027	0,030	0,025
Demais unidades internacionais - Europa, América Central e América do Norte	2,3	2,4	2,3	69,1	94,2	85,3	0,034	0,026	0,026
Total	20,6	21,4	21,0	588,1	700,2	750,6	0,035	0,031	0,028

Intensidade de emissões financiadas por setor de atividade ¹ - Pessoa jurídica	Emissões financiadas Escopos 1 e 2 (MM tCO ₂ e)			Carteira de crédito (R\$ bilhão)			Emissões financiadas relativas Escopos 1 e 2 (MM tCO ₂ e/R\$ bi)		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025
Agro	8,2	7,6	7,9	47,5	56,7	63,9	0,172	0,133	0,124
Cimento	1,6	0,7	0,6	3,2	2,0	2,5	0,508	0,361	0,224
Metalurgia e siderurgia	1,5	1,1	2,6	11,8	12,3	15,7	0,125	0,091	0,166
Comércio	1,3	1,9	1,8	107,5	127,0	125,3	0,012	0,015	0,014
Energia	1,3	1,1	1,0	50,5	56,6	52,6	0,025	0,019	0,020
Petróleo e gás	1,2	1,3	1,2	18,8	26,1	19,7	0,064	0,051	0,063
Indústria - diversos	1,0	0,9	0,5	11,7	14,6	18,7	0,087	0,061	0,029
Petroquímica e química	0,9	0,9	1,2	13,4	16,0	20,1	0,064	0,055	0,062
Alimentos e bebidas	0,8	0,9	0,9	29,4	39,0	36,0	0,027	0,023	0,024
Transportes	0,8	0,9	0,5	32,8	34,2	37,6	0,023	0,027	0,014
Serviços – diversos	0,3	1,6	0,6	57,2	74,1	76,0	0,006	0,021	0,008
Mineração	0,3	0,2	0,2	3,7	5,1	5,1	0,082	0,037	0,039
Papel e Celulose	0,3	0,4	0,5	7,0	11,3	18,6	0,036	0,035	0,028
Saneamento	0,2	0,0	0,1	6,6	9,7	6,5	0,030	0,002	0,020
Farmacêuticos e cosméticos	0,2	0,2	0,2	5,5	4,3	5,3	0,028	0,042	0,030

Intensidade de emissões financiadas por setor de atividade ¹ - Pessoa jurídica	Emissões financiadas Escopos 1 e 2 (MM tCO ₂ e)			Carteira de crédito (R\$ bilhão)			Emissões financiadas relativas Escopos 1 e 2 (MM tCO ₂ e/R\$ bi)		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025
Madeira e móveis	0,1	0,1	0,1	3,9	4,4	3,9	0,030	0,025	0,018
Calçado e têxtil	0,1	0,1	0,1	6,8	8,0	8,7	0,013	0,011	0,010
Eletrônicos e TI	0,1	0,1	0,1	5,4	7,7	7,9	0,014	0,011	0,008
Veículos e autopeças	0,1	0,1	0,1	7,7	10,0	13,8	0,008	0,005	0,004
Imobiliário	0,1	0,7	0,1	28,8	30,9	35,8	0,002	0,024	0,003
Construção	0,1	0,1	0,1	28,9	39,1	24,9	0,002	0,003	0,005
Reciclagem	0,1	0,1	0,0	0,4	0,4	0,2	0,138	0,148	0,150
Carvão	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,618	0,055	0,000
Bens de capital	0,0	0,0	0,0	3,6	3,9	2,9	0,009	0,008	0,007
Bancos e instituições financeiras	0,0	0,0	0,0	27,4	34,7	33,8	0,002	0,001	0,001
Saúde	0,0	0,2	0,0	11,0	4,3	7,7	0,002	0,047	0,003
Comunicação	0,0	0,0	0,0	10,9	14,3	13,2	0,002	0,002	0,002
Lazer e turismo	0,1	0,0	0,0	6,9	8,1	8,4	0,010	0,003	0,004
Logística	0,0	0,0	0,0	4,8	5,8	1,9	0,004	0,008	0,005
Infraestrutura	0,0	0,0	0,0	6,8	6,2	8,7	0,003	0,004	0,001
Educação	0,0	0,0	0,0	5,2	5,2	4,7	0,001	0,002	0,002
Seguros, resseguros e previdência	0,0	0,0	0,0	2,7	2,0	3,1	0,003	0,002	0,000
Serviços públicos	0,0	0,0	0,0	3,2	4,0	1,7	0,002	0,002	0,000
Cultura e recreação	0,0	0,0	0,0	1,5	2,1	1,6	0,001	0,001	0,000
Terceiro setor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,003	0,003	0,000
Diversos	0,1	0,0	0,4	15,7	20,2	63,1	0,005	0,002	0,006
Total	20,6	21,4	21,0	588,1	700,2	750,6	0,035	0,031	0,028
Score de 5 a 1 (sendo 1 o melhor desempenho)	3,83	3,72	3,72	-	-	-	-	-	-

1. Os setores de atividades utilizados são gerados por uma agregação setorial proprietária baseada no CNAE, utilizada para aprimorar a leitura estratégica e a comparabilidade das informações setoriais, sem alterar a classificação aplicada no cálculo das emissões financiadas. Quando não disponível, no caso de unidades internacionais utilizamos as marcações dos países de origem.

Carteira de crédito – Pessoa física

Financiamento de veículos

As emissões GEE relacionadas ao financiamento de veículos para pessoas físicas são calculadas conforme a metodologia da PCAF para a classe de ativo “Motor Vehicle Loans”. Para estimar as emissões geradas pelo uso dos veículos financiados, utilizamos fatores de emissão e parâmetros de desempenho, considerando o tipo de combustível e as características do veículo. O método de cálculo é escolhido de acordo com o nível de detalhamento das informações disponíveis em cada contrato (scores 3 a 5)¹.

Até 2024, o cálculo das emissões era feito principalmente com os scores 4 e 5. A partir de 2025, passamos a usar também o score 3, que traz um nível adicional de detalhamento, incluindo informações como marca e modelo do veículo. Isso aumenta a precisão do cálculo e melhora a qualidade das informações utilizadas.

Emissões financiadas - Financiamento de veículos (Pessoa física)	2023	2024	2025	Var.
Total de emissões financiadas Escopos 1 e 2 (MM tCO₂e)	1,5	0,6	0,5	-16,7%
Valor da carteira avaliada (R\$ bilhão)	33,2	36,5	36,3	-0,5%
Emissões financiadas relativas Escopos 1 e 2 (MM tCO ₂ e/R\$ bilhão)	0,045	0,016	0,014	-12,5%
Cobertura de avaliação em relação a carteira com metodologia aplicável (%) ¹	100%	100%	100%	—
Score de qualidade ponderado PCAF - Escala de 5 a 1 (sendo 1 o melhor desempenho)	4,20	4,10	3,69	-9,8%

1. O Índice de cobertura da carteira foi calculado pela razão entre o valor da carteira avaliada e o valor total da carteira para o qual já existe metodologia PCAF disponível.

Crédito imobiliário

Para as emissões financiadas da carteira de crédito imobiliário para pessoas físicas, utilizamos a metodologia “Mortgages” e métodos de cálculo que levam em consideração o consumo médio de energia dos imóveis (score 4 e 5)². Caso seja necessário, realizaremos ajustes retroativos nas apurações subsequentes para garantir transparência e comparabilidade dos dados.

Emissões financiadas - Crédito imobiliário (Pessoa física)	2023	2024	2025	Var.
Total de emissões financiadas Escopos 1 e 2 (MM tCO₂e)	0,3	0,4	0,4	—
Valor da carteira avaliada (R\$ bilhão)	94,8	126,5	141,4	11,8%
Emissões financiadas relativas Escopos 1 e 2 (MM tCO ₂ e/R\$ bilhão)	0,003	0,003	0,003	—
Cobertura de avaliação em relação a carteira com metodologia aplicável (%) ¹	84%	100%	100%	—
Score de qualidade ponderado PCAF - Escala de 5 a 1 (sendo 1 o melhor desempenho)	4,00	4,20	4,20	—

1. O Índice de cobertura da carteira foi calculado pela razão entre o valor da carteira avaliada e o valor total da carteira para o qual já existe metodologia PCAF disponível.

Emissões Asset Management

Desenvolvemos no Itaú Asset Management uma ferramenta própria para avaliar a pegada de carbono de nosso portfólio com base no PCAF, implantada no universo dos portfólios de renda variável, que nos permite medir a pegada e a intensidade de carbono de todas as carteiras de ações listadas do Itaú Asset Management, sendo refletidas em um relatório interno estruturado. Isso contribui para que os gestores de portfólios de renda variável do Itaú Asset Management tenham uma decisão de investimento mais informada e um melhor retorno ajustado ao risco, considerando o perfil de carbono dos portfólios.

1. Adotamos score 3 quando dispomos de informações granulares por tipo de combustível, tipo de motor, marca e modelo do veículo; score 4 quando as informações permitem considerar tipo de combustível e tipo de motor; e score 5 quando utilizamos parâmetros mais agregados, considerando apenas o tipo de combustível.

2. No contexto brasileiro há uma limitação de dados detalhados sobre consumo energético dos imóveis. Portanto, adotamos para o score 4 a metragem do imóvel calculando o consumo médio de energia por metro quadrado e para o score 5, consideramos as emissões de um imóvel médio no Brasil.

Métricas e resultados de negócio relacionados às mudanças climáticas

Tipo	Descrição	Status
Objetivo	Mobilizar R\$ 1 trilhão em finanças sustentáveis até dez/2030 (cumulativo, originação desde jan/2020).	2025 – R\$ 565,0 bilhões 2024 – R\$ 446,5 bilhões 2023 – R\$ 333,3 bilhões
Métrica monitorada	Finanças climáticas – Crédito para veículos elétricos e híbridos (cumulativo, originação desde jan/2020).	2025 – R\$ 3,4 bilhões 2024 – R\$ 1,5 bilhão 2023 – R\$ 0,3 bilhão
Métrica monitorada	Finanças climáticas – Operações de crédito com critérios ESG.	Em 2025: • R\$ 241,8 milhões de créditos em operações verdes • R\$ 10 milhões de créditos em operações sustentáveis • R\$ 4,1 bilhões de créditos em operações vinculadas a metas de sustentabilidade (SLB)
Métrica monitorada	Finanças climáticas – Títulos de dívida ESG.	Em 2025: • R\$ 9,5 bilhões em operações verdes • R\$ 1,3 bilhões em operações sustentáveis • R\$ 1,7 bilhões em operações vinculadas a metas de sustentabilidade
Métrica monitorada	Finanças climáticas – Valor financiado em construções sustentáveis.	Em 2025, o valor financiado pelo Plano Empresário Verde alcançou R\$ 2,5 bilhões, correspondendo a cerca de 24,8% do total de contratações do ano do Plano Empresário, e totalizou um Valor Geral de Vendas (VGV) de R\$ 7 bilhões em projetos de construções sustentáveis.
Métrica monitorada	Finanças climáticas – Programa Reverte.	Em 2025, foram contratados R\$ 404 milhões destinados à conversão de 46 mil hectares de pastagens degradadas em lavouras. Desde o início do programa, em 2021, já se somam R\$ 2,0 bilhões contratados e destinados à conversão de 268 mil hectares, o que torna o Programa a maior iniciativa privada de apoio à conversão de áreas degradadas, contribuindo de forma central para o crescimento da produção agropecuária sem a necessidade de expansão da fronteira agrícola sobre áreas de vegetação nativa.
Métrica monitorada	Preço interno de carbono – Referente ao custo para compensar as emissões operacionais próprias com créditos de carbono.	2025 – R\$ 42,76/tCO ₂ e 2024 – R\$ 81,56/tCO ₂ e 2023 – R\$ 55,00/tCO ₂ e
Métrica monitorada	Preço interno de carbono – Referente às Emissões de empresas investidas (Itaú Asset Management). Cálculo realizado por estimativas e cenários de impacto nos resultados das empresas investidas e portfólios de investimento	2025 – Entre US\$ 45 a US\$ 1.050 por tCO ₂ e
Métrica monitorada	Gestão de riscos climáticos – Avaliação individual quanto a riscos social, ambiental e climático.	2025 – Desde 2023, garantimos a avaliação de mais de 50% dos clientes de grandes empresas e produtores rurais. Isso representa cerca de 50% da exposição de crédito.

Tipo	Descrição	Status
Objetivo	Até dez/2025, ter avaliação ambiental, social e de governança (ESG) em 100% dos ativos elegíveis sob gestão do Itaú Asset Management (AUM).	Em 2025: • 99,7% de cobertura (considera ativos sob gestão, exceto moedas, commodities, derivativos e ETFs)
Objetivo	Até dez/2025, crescer continuamente nosso volume de ativos ESG sob gestão do Itaú Asset Management (AUM).	Em 2025: • R\$ 1.236 bilhões de ativos sob gestão em fundos abertos. • R\$ 11,5 bilhões de PL em ativos ESG (fundos de investimentos, ETFs, títulos privados onshore e offshore)
Métrica monitorada	Engajamento com investidas do Itaú Asset Management.	• 382 profissionais qualificados. • 234 engajamentos com empresas de diferentes setores. • 255 participações em assembleias de empresas investidas.
Métrica monitorada	Concentração do portfólio do Itaú Asset Management.	Apenas 2% dos recursos estão alocados em setores que podem apresentar riscos para o consumidor, ou para terceiros, e os setores de produção ou distribuição de combustíveis fósseis e derivados.
Métrica monitorada	Conexão entre grandes empresas, investidores e startups, que atuam com soluções voltadas aos temas ESG e net zero no Cubo ESG.	Em 2025, tivemos 31 startups no Cubo ESG.
Objetivo	Até 2030, engajar em ESG 100% dos fornecedores ativos (contratados de forma centralizada na área de Compras). • Até 2026, ter o questionário sobre práticas ESG respondido por 100% dos fornecedores ativos. • Até 2030, atingir 75% dos fornecedores ativos com os treinamentos básicos concluídos.	Resultado no longo prazo. Status 2025: • 73% com questionário sobre práticas ESG respondido. • 6% com os treinamentos básicos concluídos.
Objetivo	Auditoria de fornecedores considerados sensíveis sob a ótica de riscos sociais, ambientais e climáticos. • Até 2030, realizar auditoria ESG em 100% dos fornecedores sensíveis. • Até 2026, garantir a implementação de canal de denúncia em 100% dos fornecedores sensíveis auditados. • Até 2030, garantir implementação de censo de Diversidade e Inclusão nas operações de 100% dos fornecedores sensíveis auditados. • Até 2030, ter 80% dos fornecedores sensíveis auditados com inventário de emissões de suas operações.	Resultado no longo prazo. Status 2025: • 98% com auditoria ESG realizada. • 73% com implementação de canal de denúncia. • 47% com implementação de censo de Diversidade e Inclusão. • 56% com inventário de emissões de suas operações.

Objetivos de descarbonização: abordagem setorial

O Itaú possui objetivos de descarbonização da sua carteira dos setores carbono intensivo Geração de Eletricidade, Cimento, Aço, Alumínio, Transportes e Agronegócio, além de um compromisso de phase-out para o setor de Carvão. Nossa atuação está focada na oferta de produtos e soluções financeiras e não financeiras que viabilizem uma trajetória de descarbonização para nossos clientes, alinhada ao Acordo de Paris.

Dentre as premissas adotadas para o estabelecimento destes objetivos, destacam-se:

Cenários:

O cenário adotado considera os esforços necessários para manter a elevação da temperatura global em 1,5°C. Conforme recomendação da UNEP-FI, utilizamos cenários científicos alinhados ao Acordo de Paris, como o cenário Net Zero da Agência Internacional de Energia (IEA NZE), que consideram os esforços necessários para manter a elevação da temperatura global em 1,5°C sem estouro (no overshoot) ou com estouro limitado (limited overshoot), respeitam as particularidades de nossas carteiras, das geografias em que operamos e o papel das políticas públicas na transição.

Adicionalmente, ao estabelecer nossos objetivos levamos em conta os esforços essenciais para acelerar a transição climática de maneira justa e

equilibrada em todas as regiões em que atuamos, respeitando eventuais barreiras legais e observando os princípios de transição justa e de integridade das informações.

Seguindo as diretrizes da UNEP-FI e boas práticas de mercado, nossos objetivos podem ser revisitados periodicamente face a mudanças materiais nos cenários climáticos e nas evoluções do mercado para transição climática.

Metodologia:

Adotamos as melhores práticas estabelecidas pelo GHG Protocol para mensuração das emissões em cada um dos setores carbono intensivo, definindo as emissões financiadas a partir da metodologia da Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF).

Linha de base:

Importante destacar que, uma vez que diferentes abordagens metodológicas podem ser adotadas no cálculo da linha de base e na definição dos objetivos de descarbonização, as divulgações de diferentes instituições financeiras não são diretamente comparáveis.

Nossa linha de base adota as metodologias definidas pelas diretrizes do IPCC para inventários de emissões, aplicando a metodologia

PCAF, alinhada ao princípio de atribuição utilizado pelo GHG Protocol, em que as emissões financiadas são calculadas com base no fator de atribuição – razão entre o montante financiado ou investido e o valor econômico da empresa ou atividade financiada. Em nossos cálculos, adotamos dados primários dos clientes sempre que disponíveis.

Nossos objetivos foram estabelecidos com base na intensidade de emissões financiadas, refletindo a quantidade de CO₂e¹ associada à produção física dos clientes que compõem nossa carteira.

Cobertura:

Para todos os setores que possuem objetivo de descarbonização, cobrimos a etapa do processo com maior representatividade de emissões dentro da cadeia de valor setorial.

Os objetivos cobrem ativos financeiros com metodologia de cálculo de emissões financiadas disponível de acordo com o Standard de cálculo de emissões financiadas da PCAF, como títulos corporativos, empréstimos corporativos, financiamento de projetos, projetos imobiliários, hipotecas, financiamento de veículos e títulos de dívida pública. Especificamente para o setor de Agronegócio, a cobertura é composta pelos produtos CPR (Cédula de Produtor Rural) e crédito rural.

1. Resultados reportados em CO₂e, unidade padronizada utilizada para expressar o impacto climático dos diferentes gases de efeito estufa (GEE) em termos de dióxido de carbono equivalente, considerando CO₂, CH₄, N₂O e gases fluorados, conforme os Potenciais de Aquecimento Global (GWP – Global Warming Potential).

Os objetivos de Geração de Eletricidade, Aço, Alumínio, Cimento e o compromisso de phase out do Carvão incluem operações no Brasil e nas unidades internacionais em que operamos, enquanto os objetivos de Agronegócio e Transportes refletem as operações de crédito na unidade brasileira.

Para o setor de Óleo e Gás, cuja transição também é essencial para a descarbonização da matriz energética, seguimos acompanhando alternativas e rotas para a transição, observando limitações econômicas, sociais e ambientais.

Para o setor Imobiliário, considerando limitações relacionadas à baixa intensidade de emissão das residências brasileiras – Unidade de Negócio onde se encontra a exposição de maior materialidade ao Setor Imobiliário – e à efetiva adoção de alavancas de descarbonização, monitoramos e incentivamos a evolução tecnológica e regulatória que permita reduzir as emissões operacionais do setor.

Geração de eletricidade

Contexto

O uso de fontes com baixa emissão no setor de eletricidade é fundamental para o desenvolvimento sustentável e para a descarbonização de nossa carteira. Ao apoiar a descarbonização dessa atividade, estamos contribuindo também para a descarbonização do escopo 2 de nossos clientes de todos os setores.

Objetivo

Com base no Cenário Net Zero em 2050 da Agência Internacional de Energia (IEA), definimos o seguinte objetivo de descarbonização:

Setor	Geração de Eletricidade
Cenário	IEA NZE
Score PCAF ¹	2,5
Cobertura de emissões	Escopo 1
Ano-base	2021
Intensidade da Linha de base	103 gCO ₂ e/kWh
Intensidade de Emissões 2030	38 gCO ₂ e/kWh
Objetivo de Redução % (2030)	63%
Net zero - Intensidade de Emissões 2040	0 gCO ₂ e/kWh
Objetivo de Redução % (2040)	100%

Evolução do objetivo

Data	2022	2023	2024
Emissões (gCO ₂ e/kWh)	44	33	31

1. Métrica da metodologia que varia de 5 (baseado em fator de emissão médio indicado pela PCAF) a 1, (informações coletadas através dos inventários publicados pela contraparte/cliente e auditadas).

Resultados

A realidade de nossa carteira está alinhada ao perfil de emissões do setor elétrico brasileiro, que é fortemente influenciado por fatores climáticos. Períodos de seca tendem a elevar a intensidade de emissões em função do maior despacho de usinas termelétricas, enquanto anos com regimes de chuva acima da média contribuem para sua redução.

Em 2024, observou-se uma nova redução da intensidade média do sistema elétrico, explicada não apenas pelas condições climáticas mais favoráveis, mas também pela expansão estrutural da geração eólica e solar na matriz energética brasileira, que passaram a representar aproximadamente 29% da geração nacional.

Para os próximos anos, identificamos como um dos principais desafios engajar nossos clientes que ainda geram energia a partir de fontes com maior intensidade de emissões de GEE para diversificar sua matriz de produção, promovendo o uso de tecnologias alternativas de baixo carbono, sem negligenciar a importância das fontes de geração contínuas para garantir a segurança energética nacional.

Carvão

Contexto

Em linha com os cenários climáticos baseados na ciência, é necessária a transição dos combustíveis fósseis para fontes de menor emissão de gases do efeito estufa, de modo a limitar a elevação da temperatura global. A Glasgow Financial Alliance for Net Zero (GFANZ) sinaliza que o phase out (isto é, a saída gradual) de atividades altamente intensivas em carbono, como a geração de energia termelétrica a carvão mineral, é necessária para acelerar a transição para uma economia de baixo carbono.

Phase out de carvão

Definimos o compromisso de promover o phase out do setor de carvão térmico até 2030, em linha com o cenário Net Zero da Agência Internacional de Energia (IEA NZE), que aponta a aposentadoria total de usinas a carvão sem abatimento de emissões até 2030, nos países-membro da OCDE, e 2040 em todo o mundo.

Excetuam-se à regra, neste momento, contratos específicos para fornecimento de carvão para siderúrgicas; operações específicas com destinação de recursos contratualmente definida para promoção da transição energética, desde que monitorado e comprovado o avanço e o atingimento dos objetivos de transição; e operações que ajudem a promover o phase out responsável (“managed phase out”) de ativos relacionados ao carvão

mineral, cumpridos os critérios estabelecidos pela GFANZ.

As restrições apresentadas abaixo e declaradas em nosso compromisso, se submetem às imposições legais que existam nas geografias em que operamos e se aplicam inicialmente ao carvão térmico, isto é, ativos ou projetos de termelétricas a carvão mineral e de extração de carvão mineral e infraestrutura dedicada.



RESTRIÇÕES:

1. Para Financiamento direto e refinanciamento, por exemplo, por meio de operações como Project Finance e Infrastructure Finance, o limite é 0, ou seja, não são permitidas novas operações.
2. Para Clientes que estejam aumentando sua dependência de Carvão, o limite é 0, ou seja, não são permitidas novas operações.
3. Para Serviços de Linhas de Crédito e Financiamento, as restrições se aplicam conforme tabela abaixo, a depender se são clientes atuais ou novos clientes.
4. Para Serviços de Investment Banking como Underwriting de Operações de Renda Fixa, Initial Public Offers (IPOs), dentre outros, as restrições se aplicam conforme tabela abaixo, a depender se são clientes atuais ou novos clientes.
5. Para Investimentos via tesouraria proprietária ou quasi-equity, as restrições se aplicam conforme tabela abaixo, a depender se os ativos são de clientes atuais ou novos clientes.

DEFINIÇÕES:

O limite relativo se refere ao percentual máximo da receita do cliente oriunda de Termelétricas a Carvão ou de Mineração de Carvão e Infraestrutura Dedicada.

O limite absoluto se refere à capacidade máxima instalada em Termelétricas a Carvão ou à extração máxima de Carvão Mineral.

Ativos, grupos econômicos ou companhias	Relação comercial com o Itaú	Limites Vigentes		2030	
		Limite Relativo	Limite Absoluto	Limite Relativo	Limite Absoluto
Termelétricas a carvão	Project Finance	0	0	0	0
	Grupos aumentando a sua dependência de Carvão	0	0	0	0
	Clientes Atuais	15% da receita	1.000 MW	0	0
	Novos Clientes	10% da receita	1.000 MW	0	0
Mineração de Carvão e Infraestrutura Dedicada	Project Finance	0	0	0	0
	Grupos aumentando a sua dependência de Carvão	0	0	0	0
	Clientes Atuais	15% da receita	10 milhões de toneladas	0	0
	Novos Clientes	10% da receita	10 milhões de toneladas	0	0

Principais contribuições com o phase out

Apoiamos nossos clientes a adotarem fontes mais limpas e eficientes de geração de energia e apoiá-los numa transição adequada, promovendo a capacitação de nossos colaboradores, o engajamento de clientes e a criação de condições contratuais que prevejam o descomissionamento dos ativos de carvão antes de 2030.

Este processo deve ser realizado de forma ordenada e alinhada aos princípios de uma transição justa, considerando a adoção de boas práticas de gestão ambiental, social e climática.

Uma vez atendidos os critérios indicados em nossa Política para o setor, financiaremos e prestaremos serviços aos clientes atuais e futuros para iniciativas que resultem na descarbonização de suas matrizes. Caso o cliente não zere sua exposição a carvão até 2030, a consequência será a não realização de novas operações, por desenquadramento, de acordo com nossa política de “phase out”.

Cimento

Contexto

O cimento é o segundo material mais consumido no mundo, atrás apenas de água, e desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento das atividades de construção civil e imobiliária. No Brasil, por conta de nossa matriz elétrica e de práticas produtivas já adotadas pela indústria nacional, como o coprocessamento e a redução do fator clínquer, as emissões do setor já são mais baixas do que a média global.

Objetivo

Com base no Cenário Net Zero em 2050 da Agência Internacional de Energia (IEA), definimos um objetivo de descarbonização para o setor.

Os valores são expressos em tCO₂e/tonelada de cimento. Escolhemos essa abordagem, pois uniformiza as emissões decorrentes da produção tanto de cimento, quanto do concreto, por meio da produção de clínquer. Adicionalmente, escolhemos a abordagem de emissões brutas, pois entendemos que traz maior comparabilidade e se beneficia do uso de materiais alternativos na fabricação de cimento.

Setor	Indústria Cimentícia
Cenário	IAI NZE
Score PCAF ¹	1,5
Cobertura de emissões	Escopo 1 e 2
Perímetro	Fabricação de produto cimentício/cimento
Ano-base	2022
Intensidade da Linha de base	0,61 tCO ₂ e/t cimento
Intensidade em Emissões 2030	0,47 tCO ₂ e/t cimento
Objetivo de Redução % (2030)	23%

Evolução do objetivo

Data	2023	2024
Emissões (tCO ₂ e/t cimento)	0,61	0,61

1. Métrica da metodologia que varia de 5 (baseado em fator de emissão médio indicado pela PCAF) a 1, (informações coletadas através dos inventários publicados pela contraparte/ cliente e auditadas).

Resultados

Parte significativa dos drives de descarbonização deste setor dependem de avanços regulatórios, da maturidade tecnológica e da disponibilidade de soluções inovadoras, fatores que continuamos monitorando e integrando à nossa estratégia. Entre as iniciativas mais adotadas no mercado, destacam-se a utilização de combustíveis alternativos, como biomassa e resíduos. Ambos permitem a redução de emissões na fabricação de produtos cimentícios, mas há ressalvas quanto à disponibilidade, o que pode trazer volatilidade às emissões da indústria.

Aço

Contexto

A produção de aço é estratégica para diversas cadeias produtivas e desempenha papel central na transição climática, tornando sua descarbonização um elemento-chave para a redução das emissões globais. No Brasil, o setor parte de uma posição relativamente favorável, em função do uso de eletricidade majoritariamente renovável e do potencial de desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono.

Objetivo

Com base no Cenário Net Zero em 2050 da Agência Internacional de Energia (IEA), definimos o objetivo de descarbonização para o setor de aço, alinhado a trajetórias compatíveis com a transição para uma economia de baixo carbono.

Setor	Aço
Cenário	IEA NZE
Score PCAF ¹	1,2
Cobertura de emissões	Escopo 1 e 2
Perímetro	Produção de aço (redução do minério de ferro)
Ano-base	2022
Intensidade da Linha de base	1,22 tCO ₂ e/t aço
Intensidade das Emissões 2030	0,94 tCO ₂ e/t aço
Objetivo de Redução % (2030)	23%

Evolução do objetivo		
Data	2023	2024
Emissões (tCO ₂ e/t aço)	1,59	1,43

1. Métrica da metodologia que varia de 5 (baseado em fator de emissão médio indicado pela PCAF) a 1, (informações coletadas através dos inventários publicados pela contraparte/ cliente e auditadas).

Resultados

A evolução observada na intensidade de emissões da carteira reflete o papel estratégico do setor de aço na transição climática e os esforços recentes de parte relevante do mercado brasileiro na definição e implementação de metas de descarbonização, com impactos progressivos sobre os processos produtivos.

Para avançar na descarbonização do setor, os maiores esforços concentram-se na etapa de produção do aço, com destaque para alavancas como a transição energética, o fortalecimento da circularidade, o aumento do uso de sucata

no processo produtivo e a adoção de tecnologias mais eficientes, como os fornos elétricos a arco (EAF – Electric Arc Furnace). No médio e longo prazo, soluções como o hidrogênio de baixo carbono e a Captura e Armazenamento de Carbono (CCS) tendem a desempenhar papel relevante na redução adicional das emissões.

Nesse contexto, seguimos atentos aos movimentos do mercado, monitorando avanços regulatórios, a maturidade e a escalabilidade das tecnologias disponíveis, com o objetivo de apoiar nossos clientes na adoção de alternativas que contribuam para a descarbonização de suas atividades.

Alumínio

Contexto

O alumínio é um insumo importante para diversas outras indústrias e atividades além de ter um papel relevante na descarbonização por possuir atributos importantes, como leveza, resistência à corrosão e reciclabilidade e por ser fundamental para o desenvolvimento de tecnologias que viabilizarão a transição energética, como painéis solares e carros elétricos.

No contexto brasileiro, o setor apresenta uma intensidade de emissões significativamente inferior à média global, principalmente em decorrência de uma matriz elétrica majoritariamente composta por fontes renováveis.

Objetivos

Com base no cenário do International Aluminum Institute (IAI), definimos um objetivo que cobre a etapa de salas-forno (smelting) na fabricação de alumínio primário, uma vez que essa etapa representa 72% das emissões da produção de alumínio primário, segundo a próprio IAI.

Setor	Alumínio
Cenário	IAI NZE
Score PCAF ¹	2,2
Cobertura de emissões	Escopo 1 e 2
Perímetro	Redução da alumina para alumínio (smelting)
Ano-base	2022
Intensidade da Linha de base	3,28 tCO ₂ e/t alumínio
Intensidade de Emissões 2030	2,66 tCO ₂ e/t alumínio
Objetivo de Redução % (2030)	19%

Evolução do objetivo		
Data	2023	2024
Emissões (tCO ₂ e/t alumínio)	3,18	3,25

¹Métrica da metodologia que varia de 5 (baseado em fator de emissão médio indicado pela PCAF) a 1, (informações coletadas através dos inventários publicados pela contraparte/ cliente e auditadas).

Resultados

Os resultados observados indicam que a intensidade de emissões da carteira de alumínio

permanece amplamente alinhada à trajetória setorial de descarbonização brasileira e ao cenário IAI NZE. A variação observada entre 2023 e 2024 reflete dinâmicas operacionais e de mix produtivo, sem alterar de forma estrutural o alinhamento da carteira ao objetivo de redução. Esse desempenho é consistente com o perfil do setor no Brasil, que se beneficia de uma matriz elétrica majoritariamente renovável, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de avanços contínuos em eficiência energética e tecnologias de redução de emissões no processo de smelting.

Nesse contexto, mantemos nossa carteira alinhada aos objetivos climáticos do Banco, acompanhando a evolução do setor e apoiando nossos clientes na adoção de práticas mais eficientes de economia circular, com foco na otimização do uso de materiais, no aumento da circularidade e na redução da intensidade de emissões.

Entre as principais alavancas de transição, destaca-se a elevada reciclabilidade do alumínio, que permite evitar parcela significativa das emissões do processo produtivo. Embora a elevada reciclabilidade do alumínio represente uma importante alavanca de transição ao reduzir emissões associadas ao processo produtivo, seu efeito é intrinsecamente limitado quando desacompanhado de ganhos estruturais na produção primária.

Nesse contexto, a escalabilidade do potencial de mitigação depende do avanço em tecnologias e

práticas de eficiência energética que reduzam a intensidade de emissões ao longo da cadeia produtiva.

Agronegócio

Agronegócio e Soluções Climáticas

O amadurecimento da nossa jornada de mensuração das emissões dos produtores rurais tem se mostrado um processo virtuoso. O aprimoramento contínuo do cálculo de emissões tem ampliado de forma significativa o nosso conhecimento sobre as práticas adotadas por nossos clientes, permitindo uma compreensão mais profunda de seus sistemas produtivos. Esse avanço fortalece nossa capacidade de apoiá-los de maneira mais qualificada e de reconhecer, de forma justa, os esforços já realizados ao longo dessa trajetória. Essa evolução nos conduz a reflexões importantes.

A primeira delas é a constatação de que produtores que adotam níveis mais elevados de tecnologia e boas práticas produtivas apresentam, de fato, menores níveis de emissão por unidade produzida, assim como amplamente demonstrado pela ciência. Além disso, são produtores que registram maiores níveis de produtividade, melhor gestão dos recursos produtivos e maior eficiência operacional. Esse resultado reforça a visão de que a adoção de práticas sustentáveis não apenas contribui para a agenda climática, mas também gera valor econômico direto para o negócio de nossos clientes.

Uma segunda conclusão relevante é que tais práticas contribuem de forma significativa para a redução dos riscos climáticos, tornando os sistemas produtivos e, conseqüentemente, nossa carteira, mais resilientes às mudanças do clima. No contexto do agronegócio brasileiro, setor estratégico para a segurança alimentar global, para a geração de renda e para a competitividade do país, a sustentabilidade dos sistemas produtivos é condição essencial para a manutenção econômica dos negócios no longo prazo. Temos a convicção de que a adoção de práticas sustentáveis desempenha um papel central na mitigação dos riscos das operações com produtores rurais, fortalecendo a resiliência do setor como um todo.

Nesse contexto, no âmbito da agenda de Soluções Climáticas somados a todo avanço dos compromissos e regulações climáticas, a crescente exigência de rastreabilidade, a incorporação de critérios ambientais nas cadeias globais de valor e a maior sofisticação das métricas de mensuração de emissões, seguimos convictos de que essa agenda é não apenas benéfica, mas essencial para o setor agropecuário. A evolução da qualidade e da profundidade dos dados permanece como base fundamental para um entendimento cada vez mais preciso do negócio de nossos clientes. Em 2025, realizamos avanços relevantes na metodologia de cálculo de emissões, consolidando esse pilar como elemento central de nossa estratégia.

Para 2026, priorizaremos de forma ainda mais estruturada a agenda de dados, com a construção de um bureau de terras, cujo objetivo é integrar informações sobre nossos clientes e possibilitar uma leitura mais fiel de sua realidade produtiva. Essa iniciativa busca promover um reconhecimento mais justo dos esforços realizados por muitos produtores na adoção de práticas sustentáveis, esforços que, até aqui, nem sempre são plenamente capturados ou refletidos nos modelos tradicionais de crédito e de mensuração de emissões.

Em paralelo, avançaremos de maneira consistente na integração entre a agenda ESG e a visão de crédito. A partir do acúmulo de dados, evidências empíricas e aprendizados ao longo dos últimos anos, temos aprofundado nossa capacidade de avaliar como práticas ESG — tanto do ponto de vista agrônomo quanto de gestão — se relacionam com a eficiência produtiva, a resiliência operacional e o perfil de risco dos produtores. Esse movimento tem orientado o aprimoramento contínuo de nossos modelos de análise, nos quais a maturidade ESG do cliente passa a se consolidar, de forma progressiva e fundamentada, como um critério relevante na avaliação de crédito.

Em 2026, daremos continuidade à expansão da nossa carteira de ESG Agro, fortalecendo nossa prateleira de soluções e parcerias. Encerramos o último ano com uma carteira próxima a R\$ 5 bilhões, considerando tanto a Prateleira ESG Agro quanto programas como o Reverte. Para este ano, estão previstas novas parcerias, além do início dos desembolsos do EcolInvest II, com foco na recuperação de áreas degradadas.

Dessa forma, a agenda Soluções Climáticas reafirma-se como um pilar estruturante da nossa estratégia no agronegócio — seja por meio da expansão da nossa atuação em ESG Agro, seja pelo aprofundamento contínuo do conhecimento sobre nossos clientes. Afinal, compreender a realidade produtiva de cada produtor e apoiá-lo de forma consistente em sua trajetória de evolução é parte essencial do nosso papel como financiadores do desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro.

Objetivo

O agronegócio permanece como um dos pilares estratégicos de nossa ambição climática, em função de sua relevância no portfólio e de sua contribuição para as emissões financiadas. Em consonância com os compromissos assumidos, seguimos avançando na consolidação metodológica, no refinamento das bases de dados e no fortalecimento da trajetória de descarbonização do setor.

Em 2025, realizamos uma atualização dos números de linha de base, considerando a carteira em dezembro de 2024, apoiada na metodologia da Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF), no GHG Protocol e nos fatores do 4º Inventário Nacional de Emissões, abrangendo exclusivamente atividades dentro da carteira e os produtos CPR e Crédito Rural. Esse ciclo representou uma evolução relevante em termos de precisão e profundidade das informações, com maior fluidez de dados entre os sistemas de contratação de operações, ampliação da

cobertura de dados e ajustes metodológicos voltados a refletir, de forma mais fiel, as práticas produtivas predominantes na realidade brasileira. Outra evolução metodológica compreende a inclusão do uso de fertilizantes na segunda safra do milho, o que refletiu no recálculo do baseline para esta cultura, com valores alterando de 0,11 para 0,15 MtCO₂e/ton. milho. As demais culturas permanecem com metodologia inalterada.

Para a definição da trajetória de descarbonização e a aferição das intensidades setoriais, mantivemos como referência o Cenário Nacional de Descarbonização no Agronegócio, desenvolvido pela FGV e reconhecido por seu rigor técnico e aderência às especificidades dos sistemas produtivos nacionais. Esse arcabouço orienta a comparação anual entre o desempenho da carteira e o movimento esperado em um cenário compatível com a limitação do aquecimento global a 1,5°C. O cenário também está aderente às mudanças metodológicas implantadas na cultura de milho.

O acesso a informações primárias que permitam maior precisão na mensuração das emissões ainda representa um desafio relevante. No entanto, seguimos avançando de forma estruturada na agenda de automatização dos processos e de enriquecimento das bases de dados, com o objetivo de qualificar progressivamente os cálculos de emissões e ampliar a capacidade de diferenciação dos clientes, considerando as práticas adotadas em seus sistemas produtivos.

Setor	Milho	Soja	Pecuária
Cenário	FGV	FGV	FGV
Score PCAF ¹	3	3	3
Cobertura de emissões	Escopo 1 e 2	Escopos 1 e 2	Escopos 1 e 2
Perímetro	CPR e Crédito Rural	CPR e Crédito Rural	CPR e Crédito Rural
Ano-base	2023	2023	2023
Intensidade da Linha de base	0,15 tCO ₂ e/t milho ²	0,20 tCO ₂ e/t soja	3,09 tCO ₂ e/cabeça
Intensidade de Emissões 2030	0,07 tCO ₂ e/t milho	0,15 tCO ₂ e/t soja	2,72 tCO ₂ e/cabeça
Objetivo de Redução % (2030)	36%	25%	12%
Evolução do Objetivo			
Data	2024	2024	2024
Emissões	0,18 tCO ₂ e/t milho	0,18 tCO ₂ e/t soja	2,54 tCO ₂ e/t cabeça

1. Métrica da metodologia que varia de 5 (baseado em fator de emissão médio indicado pela PCAF) a 1, (informações coletadas através dos inventários publicados pela contraparte/ cliente e auditadas).

2. Em linha com a compatibilização das nossas metodologias com as práticas utilizadas no agronegócio brasileiro, alteramos a metodologia de cálculo de intensidade do milho para considerar a aplicação de fertilizantes (cobertura) nos plantios de segunda safra. Esta visão foi discutida e incluída nos cenários de descarbonização elaborada pela FGV, mantendo as curvas de descarbonização alinhadas ao nosso baseline.

Resultados

O conjunto das revisões metodológicas, a ampliação da cobertura de dados e a calibração das proxies utilizadas contribuíram de forma significativa para o fortalecimento da robustez do cálculo. Como resultado, passamos a dispor de indicadores mais precisos para apoiar a priorização de tecnologias de baixa emissão e orientar o engajamento com produtores na adoção de práticas agropecuárias mais sustentáveis.

Neste último ciclo, além do ajuste metodológico, a intensidade do milho sofreu um aumento na sua intensidade causado principalmente por condições climáticas que diminuíram a produtividade média da cultura. Por outro lado, na cultura de soja, houve redução na intensidade possibilitada pela redução nas emissões via mudança de uso da terra. Por fim, os ajustes no último ciclo também permitiram ampliar o conhecimento sobre o nosso cliente quanto à pecuária: deixamos de usar uma lotação média (cabeças/ha) e incluímos o dado real para 88% das operações de pecuária dentro do escopo do nosso objetivo, o que permitiu detectar uma maior produção média por hectare, reduzindo as emissões relativas a área financiada.

Esses aprimoramentos reforçam a transparência, a integridade e o alinhamento às melhores práticas internacionais no reporte de nossos objetivos climáticos e na condução da estratégia setorial.

Principais contribuições com o objetivo

Contamos com área específica para a agenda ESG no agronegócio, com o objetivo de agregar conhecimento, propor soluções e desenvolver produtos financeiros e negócios verdes corroborando ao mesmo tempo com a nossa estratégia de crescimento nesse setor e com a estratégia de descarbonização, por meio da escala de práticas adequadas.

Nossa oferta de produtos conta com soluções financeiras direcionadas e incentivadas para práticas e tecnologias que apoiam o produtor rural na transição para uma agricultura mais resiliente e sustentável, como: Bioinsumos Uso, Bioinsumos Comercialização, Energia Solar, Certificações e Cobertura. Em 2025, essas modalidades compuseram uma carteira de R\$ 4 bilhões.

Nossa estratégia ESG para o Agro do Itaú BBA contempla também a abordagem de “cadeias sustentáveis”, na qual, por meio de convênios e parcerias, reconhecemos Programas de Boas Práticas de Produção Sustentável e somos o parceiro financeiro dos produtores rurais aderentes a esses Programas.

Também fazemos parte de parcerias e apoiamos programas capazes de dar escala e maior atratividade para adoção de boas práticas de produção. Vale destacar como exemplo o Programa Reverte da Syngenta, do qual somos o parceiro financeiro. Este programa provê soluções técnicas (Syngenta) e financeiras (Itaú) para produtores rurais aderentes a certos critérios socioambientais, com o objetivo de converter áreas de pastagens degradadas em áreas agriculturáveis, incrementando a produtividade sem a necessidade de abertura de novas áreas.

Em 2025, foram contratados R\$ 404 milhões destinados à conversão de 46 mil hectares de pastagens degradadas em lavouras. Desde o início do programa, em 2021, foram contratados R\$ 2,0 bilhões destinados à conversão de 268 mil hectares. Esses resultados fazem com que o Programa seja a maior iniciativa privada de apoio à conversão de áreas degradadas.

Transportes

Contexto

O setor de transportes abrangendo diferentes modais — aéreo, ferroviário, rodoviário e

marítimo — é um setor essencial para o funcionamento da economia, mas que, ao mesmo tempo, apresenta desafios relevantes do ponto de vista climático.

Globalmente, o setor de transportes figura entre os maiores emissores de gases de efeito estufa (GEE), sendo responsável por aproximadamente 14% das emissões globais, segundo dados da Climate Trace. No contexto brasileiro, sua relevância é ainda mais evidente: de acordo com o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), os transportes respondem por cerca de 9,3% das emissões totais do país, das quais aproximadamente 92% estão associadas ao modal rodoviário. Dentro desse modal, observa-se uma concentração significativa das emissões em veículos leves e pesados movidos a combustíveis fósseis, refletindo tanto a predominância do transporte rodoviário na matriz logística nacional quanto a elevada idade média da frota.

Estudos recentes sobre a descarbonização do transporte rodoviário no Brasil indicam que, apesar dos desafios, o modal apresenta alto potencial de redução de emissões, especialmente por meio da eletrificação de veículos leves, do uso crescente de biocombustíveis e da modernização da frota. Ao mesmo tempo, o setor enfrenta barreiras estruturais relevantes, como o custo inicial elevado das tecnologias de baixo carbono, a necessidade de expansão de infraestrutura e a dependência de mecanismos adequados de financiamento — fatores que reforçam a materialidade do tema para instituições financeiras.

Considerando esse contexto, bem como o perfil da nossa exposição ao setor, priorizamos a definição de objetivos de descarbonização voltados ao modal rodoviário, que concentra a maior parcela das emissões e representa a principal frente de risco e oportunidade climática associada à nossa carteira. Esse direcionamento reflete uma abordagem baseada em materialidade, na qual esforços são alocados onde o impacto potencial é mais significativo.

Nesse sentido, direcionamos nossas ações principalmente para (i) fabricantes de veículos leves, incentivando a transição para tecnologias de menor intensidade de carbono, e (ii) operações de financiamento para aquisição de veículos leves por pessoas físicas, reconhecendo o papel do crédito como elemento habilitador da renovação da frota e da adoção de soluções mais eficientes do ponto de vista energético e climático. Essa estratégia busca não apenas mitigar riscos de transição associados ao setor, mas também capturar oportunidades relacionadas à expansão do financiamento sustentável, contribuindo para a redução das emissões financiadas e para o avanço da agenda de mobilidade de baixo carbono no país.

Objetivo

A maior parte das emissões ao longo do ciclo de vida de veículos leves com motor de combustão interna está concentrada na fase de uso, podendo representar até 99% das emissões totais, quando comparada às etapas de produção, manutenção e descarte. Esse padrão decorre da elevada intensidade de carbono dos combustíveis fósseis atualmente utilizados e do

volume acumulado de emissões gerado durante a vida útil do veículo.

Diante desse perfil de emissões, a definição da linha de base utilizada para o estabelecimento dos objetivos climáticos no setor considerou exclusivamente as emissões do tanque à roda (tank-to-wheel ou tailpipe emissions), por refletirem de forma mais direta o desempenho ambiental dos veículos ao longo de sua operação. Essa abordagem é amplamente adotada em políticas públicas e instrumentos regulatórios voltados à mobilidade sustentável, incluindo o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) do Inmetro, que avalia a eficiência energética e as emissões associadas ao uso de veículos leves.

No que se refere às métricas de intensidade de emissões, cenários internacionais amplamente reconhecidos — como o Net Zero Emissions by 2050 (NZE) da Agência Internacional de Energia (IEA) — utilizam indicadores baseados em gramas de CO₂ equivalente por passageiro-quilômetro (gCO₂e/pkm), incorporando variáveis relacionadas ao nível de ocupação dos veículos. No entanto, considerando a ausência de dados oficiais consolidados sobre a taxa média de ocupação de veículos leves no Brasil, adotamos, de forma conservadora e transparente, a premissa de um passageiro por veículo.

A partir dessa premissa, as emissões de linha de base e os objetivos definidos para o setor são apresentados na métrica de gCO₂e por quilômetro rodado (gCO₂e/km). Essa escolha

metodológica assegura comparabilidade temporal, simplicidade de mensuração e alinhamento com as informações atualmente disponíveis no mercado brasileiro, ao mesmo tempo em que preserva a integridade técnica dos resultados reportados. Eventuais revisões dessa abordagem poderão ser realizadas à medida que dados mais robustos sobre ocupação veicular se tornem disponíveis, reforçando o compromisso com a melhoria contínua e a transparência na mensuração das emissões financiadas.

Com base no Cenário Net Zero em 2050 da Agência Internacional de Energia (IEA), definimos os seguintes objetivos de descarbonização.

Setor	Montadoras de Veículos Leves	
Cenário	IEA NZE	
Score PCAF ¹	3	
Cobertura de emissões	Escopo 3 – Categoria 11	
Perímetro	Emissões do uso de veículos (tanque à roda)	
Ano-base	2022	
Intensidade da Linha de base	203 gCO ₂ e/km	
Intensidade de Emissões 2030	114 gCO ₂ e/km	
Objetivo de Redução % (2030)	44%	
Evolução do objetivo		
Data	2023	2024
Emissões (gCO ₂ e/km)	204	211

1. Métrica da metodologia que varia de 5 (baseado em fator de emissão médio indicado pela PCAF) a 1, (informações coletadas através dos inventários publicados pela contraparte/ cliente e auditadas).

Setor	Financiamento de Veículos Leves	
Cenário	IEA NZE	
Score PCAF ¹	4,11	
Cobertura de emissões	Escopo 1	
Perímetro	Emissões do uso de veículos (tanque à roda)	
Ano-base	2022	
Intensidade da Linha de base	249 gCO ₂ e/km	
Intensidade de Emissões 2030	140 gCO ₂ e/km	
Objetivo de Redução % (2030)	44%	
Evolução do objetivo		
Data	2023	2024
Emissões (gCO ₂ e/km)	225,1	213,5

1. Métrica da metodologia que varia de 5 (baseado em fator de emissão médio indicado pela PCAF) a 1, (informações coletadas através dos inventários publicados pela contraparte/ cliente e auditadas).

Resultados

A descarbonização do setor de transportes demanda o incentivo à eletrificação, o financiamento de tecnologias voltadas à eficiência energética e a avaliação de soluções complementares, como o avanço e a ampliação do uso de biocombustíveis sustentáveis. O progresso dessas alternativas está condicionado à expansão da infraestrutura necessária — incluindo redes de recarga, distribuição e soluções adequadas para o descarte e reciclagem de baterias — bem como ao fortalecimento de políticas públicas que estimulem melhorias estruturais e a renovação gradual da frota.

Nesse contexto, o Brasil apresenta vantagens competitivas relevantes, especialmente associadas ao uso de biocombustíveis em sua frota, considerado um vetor estratégico para a redução de emissões no curto e médio prazo.

Como parte do nosso objetivo com a descarbonização dos transportes, temos apoiado esta transição por meio do financiamento de veículos de baixa emissão ou de zero emissão, com destaque para elétricos e híbridos, com taxa reduzida e temos apoiado nossos clientes na transição para práticas de baixo carbono.



Informações adicionais

98 Anexo de notas

99 Índice remissivo GFANZ

101 Índice remissivo TCFD

104 Asseguração independente

105 Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações não financeiras contidas no Relatório Anual Integrado 2025

Anexo de notas

Criação de valor

Para maior clareza e alinhamento das nomenclaturas utilizadas pela GRI e pela DVA, segue:

Valor econômico direto gerado = Demonstração do Valor Adicionado

Valor econômicos distribuído:

- **Salários e benefícios de empregados** = Remuneração, benefícios e incentivos
- **Pagamentos ao governo** = Impostos e Contribuições
- **Pagamentos a provedores de capital** = Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio (JCP)
- **Custos operacionais** = Prestadores de Serviços e Outros Setores

Valor econômico retido = Reinvestidos no negócio

Alocação de recursos e seus resultados

1. Carteira de Crédito com Garantias Financeiras Prestadas e Títulos Privados.
2. JCP – Juros sobre Capital Próprio. Valores pagos/provisionados, declarados e destacados no patrimônio líquido.
3. Índice de Eficiência com base no modelo gerencial em BRGAAP.
4. Inclui PAEs e pontos em estabelecimentos de terceiros. Não considera Banco 24 horas.

5. Considera Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai.
6. Considera o total de contratações, transferências e pagamentos realizados em todos os canais, exceto numerário.
7. Considera Remuneração, encargos, benefícios sociais, provisões trabalhistas, desligamentos, treinamento, Participação nos Lucros e Pagamento baseados em ações.
8. Liderança: considera cargos de nível executivo, diretoras, superintendentes, gerentes e algumas especialistas.
9. Força de trabalho (cargos efetivos): não considera aprendizes e estagiários.
10. Data base do percentual de conclusão de treinamentos obrigatórios do Programa de Integridade e Ética: dezembro de 2025.
11. Certificações por entidade independente: ISO 27001 define as melhores práticas para identificar, analisar e implementar controles para gerenciar riscos de segurança da informação e proteger a confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados essenciais aos negócios. ISO 27701 extensão da ISO 27001, fornece diretrizes e requisitos sobre a proteção da privacidade do titular dos dados, assegurando a confiabilidade de nossos fluxos e engajamento com o tema, tendo a segurança de nossas governanças e a gestão de dados pessoais, para o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
12. Considera Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Colômbia.

Índice remissivo GFANZ

Código	Pilar	Itens e Páginas
GFANZ Fundamentos	Objetivos, metas, cronogramas e abordagens prioritárias para toda a organização.	40-42; 44-51; 55-61; 65-68
Fundamentos 1	Prioridades de objetivos.	Abordagem climática Nossa abordagem climática Plano de transição climática Riscos e oportunidades climáticas Estratégia climática Gestão de riscos climáticos Setores prioritários para descarbonização
GFANZ Governança	Estruturas para supervisão, incentivo e apoio à implementação do plano de transição para o net-zero.	21; 34-39; 40-42
Governança 1	Funções, responsabilidades e remuneração.	Governança Governança de riscos e oportunidades ESG e climáticas Abordagem climática Plano de transição climática
Governança 2	Habilidades e cultura.	Governança Governança de riscos e oportunidades ESG e climáticas
GFANZ Estratégia de Engajamento	Comunicação e colaboração com as empresas da carteira de clientes, colegas do setor, sociedade civil e setor público em apoio aos objetivos do net-zero.	40-42; 55; 68-73
Estratégia de Engajamento 1	Clientes e empresas da carteira.	Abordagem climática Plano de transição climática Estratégia climática Apoio à inovação e novas tecnologias Mercado de carbono Estratégia de engajamento
Estratégia de Engajamento 2	Setor.	Engajamento em fóruns e associações Engajamento com as unidades internacionais
Estratégia de Engajamento 3	Governo e setor público.	Engajamento com poder público Engajamento com a academia

Código	Pilar	Itens e Páginas
GFANZ Estratégia de Implementação	Alinhamento das atividades comerciais, produtos, serviços e políticas com os objetivos e as prioridades do net-zero.	40-43; 52-64; 65-69
Estratégia de Implementação 1	Produtos e serviços.	Nossos produtos e serviços sustentáveis Mercado de carbono
Estratégia de Implementação 2	Atividades e tomada de decisões.	Abordagem climática Plano de transição climática Nosso modelo de atuação climática Planejamento financeiro e alocação de recursos Clima, nossos planos de negócios e alocação de recursos Estratégia climática Gestão de riscos climáticos
Estratégia de Implementação 3	Políticas e condições.	Setores prioritários para descarbonização Dependências e prioridades para descarbonização
GFANZ Métricas e Metas	Métricas e metas para avaliar e monitorar o progresso em direção aos objetivos do net-zero.	55-56; 65-68; 74-96
Métricas e Metas 1	Métricas e objetivos.	Estratégia climática Gestão de riscos climáticos Setores prioritários para descarbonização Dependências e prioridades para descarbonização Métricas e objetivos

Índice remissivo TCFD

Recomendação	Nossa atuação	Páginas
Governança		
Supervisão do Conselho sobre os riscos e oportunidades relacionados ao clima.	O Conselho de Administração e o Comitê Executivo supervisionam a evolução da agenda climática, por meio de comitês dedicados a temas sociais, ambientais e climáticos, deliberam sobre a incorporação de questões climáticas em decisões estratégicas e monitoram o progresso em relação aos compromissos e objetivos estabelecidos pelo banco.	págs. 34-37
Papel dos executivos na avaliação e na gestão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.	Executivos têm responsabilidade sobre a agenda climática, com métricas que impactam sua remuneração variável, uma governança climática tratada em políticas corporativas e procedimentos, além de iniciativas de capacitação sobre o tema.	págs. 36-39
Estratégia		
Riscos e oportunidades relacionados ao clima que a organização identificou no curto, médio e longo prazo.	Riscos climáticos Curto prazo: risco de transição (políticas públicas e legal). Médio prazo: risco de transição (mercado) e risco físico (eventos climáticos extremos). Longo prazo: risco de transição (tecnologia e reputação), risco físico crônico (alterações nos padrões climáticos). Oportunidades Climáticas Curto prazo: produtos e serviços, pesquisa e desenvolvimento (P&D), posicionamento de mercado, eficiência no uso de recursos, resiliência e advocacy. Médio prazo: resiliência, produtos e serviços. Longo prazo: produtos e serviços.	págs. 43-54
Impactos dos riscos e oportunidades relacionados ao clima nos negócios, na estratégia e no planejamento financeiro da organização.	Nosso planejamento financeiro é impactado pelos riscos e as oportunidades decorrentes das mudanças climáticas em termos de receitas, custos, provisionamento e alocação de capital. Realizamos uma revisão do planejamento financeiro para incorporar práticas sustentáveis que mitiguem riscos, capturem novas oportunidades de mercado e atendam às crescentes expectativas de investidores e reguladores. Os riscos e oportunidades identificados também influenciam nossa estratégia em frentes como a adoção de ações de engajamento de stakeholders e a evolução de produtos e de soluções para a redução de impactos das mudanças climáticas em nossos negócios e operações próprias.	págs. 43-45 ; 48-54
Resiliência da estratégia da organização, considerando diferentes cenários relacionados ao clima, incluindo um cenário de aumento de temperatura de 2 °C ou inferior.	Aplicamos os diferentes cenários climáticos para guiar nossos processos de gestão de riscos e a definição de nossos objetivos de descarbonização setoriais. Pautados no cenário Net Zero da Agência Internacional de Energia (IEA), no do International Aluminum Institute (IAI) e no cenário Nacional de Descarbonização da Fundação Getúlio Vargas (FGV), esses objetivos estão alinhados com a trajetória de 1,5°C e fundamentam nossa ambição de ser o banco da transição climática para nossos clientes. Também realizamos anualmente uma série de análises de cenários, tanto de risco de transição, com cenários do NGFS (Network for Greening the Financial System), quanto de risco físico com os cenários RCP (Representative Concentration Pathways).	págs. 56-58 ; 61-64

Recomendação	Nossa atuação	Paginas
Gestão de Riscos		
Processos da organização para identificar e avaliar riscos relacionados ao clima.	Estamos atentos às evoluções de regulações. Alinhamos nossa gestão do risco climático à metodologia e ao framework do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), que compreende as etapas de identificação, priorização, resposta ao risco, monitoramento e reporte dos riscos avaliados. Para identificá-los, também levamos em consideração análises de cenários, nossa exposição setorial, análises de sensibilidade climática e setores priorizados para descarbonização. Esses insumos embasam nossa gestão, estratégia e plano de transição climático.	págs. 59-60
Processos da organização para gerenciar riscos relacionados ao clima.	Nosso apetite de risco define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis, enquanto a cultura de risco orienta as iniciativas e ferramentas de gestão estratégicas para mitigação de risco. Para gerenciar nossos riscos, adotamos avaliações como a da sensibilidade climática de nossos diferentes perfis de clientes. Esse processo de categorização serve de base para o apuração do crédito e a alocação de capital. Também desenvolvemos ações para nossas operações próprias, como certificações e acompanhamento das ações de ecoeficiência e ações com fornecedores, como treinamentos, questionários, e auditorias. Essas e outras práticas têm como foco reforçar nossa resiliência.	págs. 26 ; 54 ; 61-66
Processos de identificação, avaliação e gestão de riscos relacionados ao clima estão integrados à gestão geral de riscos da organização.	O modelo de gestão de riscos SAC é realizado de forma equivalente, integrada e transversal ao modelo aplicado para os riscos do negócio. Para o risco de crédito, implementamos um processo que identifica as potenciais perdas de crédito, considerando aspectos como embargos, condições de trabalho degradantes, eventos e desastres extremos, bem como situações com risco significativo identificadas em avaliação individualizada de clientes. Para Riscos Operacionais, foram definidos critérios para identificação de perdas relacionadas a eventos SAC. Essa identificação foi incorporada no processo existente de geração da base de perdas operacionais e passou a ser integrado ao monitoramento e gestão do risco operacional (realizado mensalmente). Para Riscos de Mercado e Liquidez, foram realizadas as etapas de identificação, mensuração de potenciais impactos e sensibilidades e sua incorporação aos limites, controles e apetite. Uma vez identificados quais ativos, passivos ou posições têm maior sensibilidade a eventos SAC, avaliamos o potencial impacto em sua precificação e nos indicadores de gestão de cada disciplina (p.e. VaR, LCR, NSFR).	págs. 47 ; 53-54 ; 65-69
Métricas e Metas		
Métricas utilizadas pela organização para avaliar riscos e oportunidades relacionados ao clima, em linha com sua estratégia e com seu processo de gestão de riscos.	Acompanhamos métricas e objetivos relacionados ao portfólio de nossos negócios, operações próprias e fornecedores. Adicionalmente, participamos de discussões de mercado focadas em construções de novas métricas, assim como na evolução de cálculos e metodologias de quantificação de emissões.	págs. 75-81

Recomendação	Nossa atuação	Paginas
Emissões de gases de efeito estufa (GEE) dos Escopos 1, 2 e, quando aplicável, do Escopo 3, bem como os riscos relacionados.	Mensuramos, monitoramos e definimos objetivos diversos para nossas emissões de escopos 1, 2 e 3. Essas práticas estão alinhadas com as diretrizes do GHG Protocol e com a metodologia da Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF). Como banco, nossos maiores riscos e oportunidades vêm das atividades que financiamos. Por este motivo, reconhecemos que nosso desafio é a soma dos desafios de nossos clientes e buscamos apoiá-los em cada etapa da transição para uma economia de baixo carbono.	págs. 68-69 ; 78-86 ; 94
Metas utilizadas pela organização para gerenciar riscos e oportunidades relacionados ao clima e o desempenho em relação a essas metas.	<p>Considerando nossos principais riscos e oportunidades, a disponibilidade tecnológica atual e o cenário de políticas públicas, até o momento definimos os seguintes objetivos:</p> <p>Mobilizar R\$ 1 trilhão em finanças sustentáveis até dez/2030 (cumulativo desde: jan/2020).</p> <p>Em 2050, reduzir as emissões de escopo 1, 2, 3 e atingir o net zero de emissões líquidas diretas e indiretas.</p> <p>Em 2030, atingir a redução de 50% das emissões unificadas escopo 1 e 2 (escolha de compra) e de 50% de escopo 3 (exceto categoria 7 e 15) do Itaú Brasil</p> <p>Escopo 3 (categoria 15):</p> <p>Até 2030, atingir a redução na intensidade de emissões financiadas do setor de: Geração de eletricidade: 63%; Aço: 23%; Alumínio: 19%; Cimento: 23%; Fabricação de veículos leves: 44%; Financiamento de veículos leves: 44%; Agronegócio - Cultura de Milho: 36%; Cultura de Soja: 25%; Pecuária: 12%.</p> <p>Saída de operações financeiras com o setor de carvão térmico até 2030.</p> <p>Não concessão de linhas de crédito, empréstimos, financiamento de projetos e infraestrutura, nem estruturação de títulos de renda fixa para ativos relacionados à exploração de petróleo e gás não convencional em areias betuminosas e no Ártico.</p>	págs. 67 ; 87-88 ; 75-96

Asseguração independente

Neste relatório, apresentamos dados referentes ao clima, emissões e ecoeficiência, que foram assegurados no escopo de nosso [Relatório ESG](#). Listamos aqui as principais métricas GRI asseguradas, relevantes para este Relatório.

GRI 201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído
GRI 201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas
GRI 2-25	Processos para remediar impactos negativos
GRI 2-29	Abordagem para engajamento de stakeholders
GRI 201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas
GRI 302-1	Consumo de energia dentro da organização
GRI 305-1	Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) - Escopo 1
GRI 305-2	Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia - Escopo 2
GRI 305-3	Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) - Escopo 3
GRI 305-4	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)
GRI 305-5	Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)



SAIBA MAIS Para mais detalhes, acesse nosso [Índice Suplementar](#).

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações não financeiras contidas no Relatório Anual Integrado 2025

Ao Conselho de Administração e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados pelo Itaú Unibanco Holding S.A. ("Companhia" ou "Itaú Unibanco") para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre as informações não financeiras constantes no Relatório Anual Integrado 2025 do Itaú Unibanco relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nossa asseguração limitada não se estende a informações de períodos anteriores ou a qualquer outra informação divulgada em conjunto com o Relatório Anual Integrado 2025, incluindo quaisquer imagens, arquivos de áudio ou vídeos incorporados.

Responsabilidades da administração do Itaú Unibanco

A administração do Itaú Unibanco é responsável por:

- (a) Selecionar ou estabelecer critérios adequados para a preparação e apresentação das informações constantes no Relatório Anual Integrado 2025.
- (b) Preparar as informações de acordo com a base de preparação, elaborada pela própria Companhia, e com a Orientação CPC 09 – “Relato Integrado”, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), correlata à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, elaborada pelo International Integrated Reporting Council (IIRC).
- (c) Desenhar, implementar e manter controles internos sobre as informações relevantes para a preparação das informações constantes no Relatório Anual Integrado 2025, para que estejam livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro.

Limitações na preparação e apresentação das informações e indicadores não financeiros

A administração, na preparação e apresentação das informações e indicadores não financeiros, seguiu as definições da base de preparação elaborada pela Companhia e a Orientação CPC 09 – Relato Integrado, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), correlata à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, elaborada pelo International Integrated Reporting Council – IIRC, portanto, as informações apresentadas no Relatório Anual Integrado 2025 não possuem o objetivo de assegurar o cumprimento de leis e regulações sociais, econômicas, ambientais ou de engenharia. Os referidos padrões preveem, entretanto, a apresentação e divulgação de eventuais descumprimentos a tais regulamentações quando da ocorrência de sanções ou multas significativas.

A ausência de um conjunto significativo de práticas estabelecidas nas quais se basear para avaliar e medir informações não financeiras permite técnicas de avaliação e medição diferentes, porém aceitáveis, que podem afetar a comparabilidade entre entidades e ao longo do tempo.

Nossa independência e gestão de qualidade

Cumprimos com os requisitos de independência e outras exigências éticas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que são fundamentados nos princípios de integridade, objetividade, competência e zelo profissional e que, também, consideram o sigilo e o comportamento dos profissionais.

Aplicamos a NBC PA 01 – “Gestão de Qualidade para Firms (Pessoas Jurídicas e Físicas) de Auditores Independentes”, e, conseqüentemente, projetamos, implementamos e mantemos um sistema de gestão de qualidade abrangente, incluindo políticas e

procedimentos relacionados com o cumprimento dos requisitos éticos, padrões profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações não financeiras constantes no Relatório Anual Integrado 2025 com base nos trabalhos de asseguração limitada conduzidos de acordo com NBC TO 3000 – “Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão”, emitida pelo CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 - Assurance Engagements other than Audits or Reviews of Historical Financial Information, emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), aplicáveis a informações não financeiras. Essas normas requerem que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações não financeiras constantes no Relatório Anual Integrado 2025, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, seja por fraude ou erro,

e emitir um relatório de asseguração limitada que inclui a nossa conclusão. Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração do Itaú Unibanco e outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir, na forma de asseguração limitada, sobre as informações tomadas em conjunto.

Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações divulgadas no Relatório Anual Integrado 2025, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Como parte de um trabalho de asseguração limitada de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional durante todo o trabalho. Nós também:

(a) Determinamos a adequação nas circunstâncias da Companhia do uso da Orientação CPC 09 – Relato Integrado, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), correlata à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, elaborada pelo International Integrated Reporting Council – IIRC como base para a elaboração das informações e indicadores não financeiros.

(b) Executamos procedimentos de avaliação de risco, incluindo a obtenção de um entendimento dos controles internos relevantes para o trabalho, para identificar onde é provável que surjam distorções relevantes, seja devido a fraude ou erro, mas não com o objetivo de fornecer uma conclusão sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

(c) Desenhamos e executamos procedimentos que respondam aos casos em que é provável que surjam distorções relevantes nas informações e indicadores não financeiros. O risco de não detectar uma distorção relevante resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, ou a violação dos controles internos.

Sumário dos procedimentos executados

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação, materialidade e apresentação das informações contidas no Relatório Anual Integrado 2025, de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre atividades e sobre os processos associados às informações materiais divulgadas no Relatório Anual Integrado 2025, em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes no Relatório Anual Integrado 2025;

(b) o entendimento das metodologias de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de indagações com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

(c) a aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados no Relatório Anual Integrado 2025;

(d) a aplicação de testes substantivos para determinadas informações e indicadores não financeiros; e

(e) para os casos em que os dados não financeiros se correlacionem com indicadores de natureza financeira, o confronto desses indicadores com as demonstrações financeiras auditadas. Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a análise da aderência aos princípios do Relatório Integrado, conforme a Orientação CPC 09 – “Relato Integrado” e ao disposto na base de preparação elaborada pela Companhia. Nossos procedimentos não incluíram a avaliação da adequação do desenho ou da eficácia operacional dos controles, o teste dos dados nos quais as estimativas se baseiam ou separadamente desenvolver nossa própria estimativa para comparar com a estimativa do Itaú Unibanco. Acreditamos que as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriadas para

fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião sobre os dados contidos no Relatório Anual Integrado 2025.

Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança razoável de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com o objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nos dados contidos no Relatório Anual Integrado 2025. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações. Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade,

relevância e precisão dos dados estão sujeitas a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas. Nosso relatório de asseguração deve ser lido e compreendido no contexto das limitações inerentes ao processo de preparação das informações e indicadores não financeiros pela administração, incluindo o fato de que essas informações não possuem o objetivo de assegurar o cumprimento de leis e regulações sociais, econômicas, ambientais ou de engenharia. Os conteúdos incluídos no escopo desta asseguração são apresentados na base de preparação do Relatório Anual Integrado 2025.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório e nas evidências que obtivemos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações não financeiras contidas no Relatório Anual Integrado 2025 do Itaú Unibanco, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios estabelecidos pela base de preparação e e com a Orientação CPC 09 – “Relato Integrado”.

Outros assuntos – Restrição de uso e distribuição

Este relatório foi elaborado para uso do Itaú Unibanco e poderá ser apresentado ou distribuído a terceiros, desde que estejam familiarizados com o objeto e critérios aplicáveis a este trabalho de asseguração, tendo em vista sua finalidade específica descrita no primeiro parágrafo deste relatório. Qualquer outra parte que não seja o Itaú Unibanco que obtiver acesso a este relatório, ou à cópia deste, e confiar nas informações nele contidas irá fazê-lo por própria conta e risco. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade e negamos qualquer responsabilidade perante qualquer outra parte que não seja o Itaú Unibanco pelo nosso trabalho, pelo relatório de asseguração ou pelas nossas conclusões.

São Paulo, 30 de abril de 2026.

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maurício Colombari
Contador CRC 1SP195838/O-3